ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

SUMÁRIO

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

DIRECTORES:

ANTÓNIO FERRO
ANTÓNIO VIEIRA DE MELO

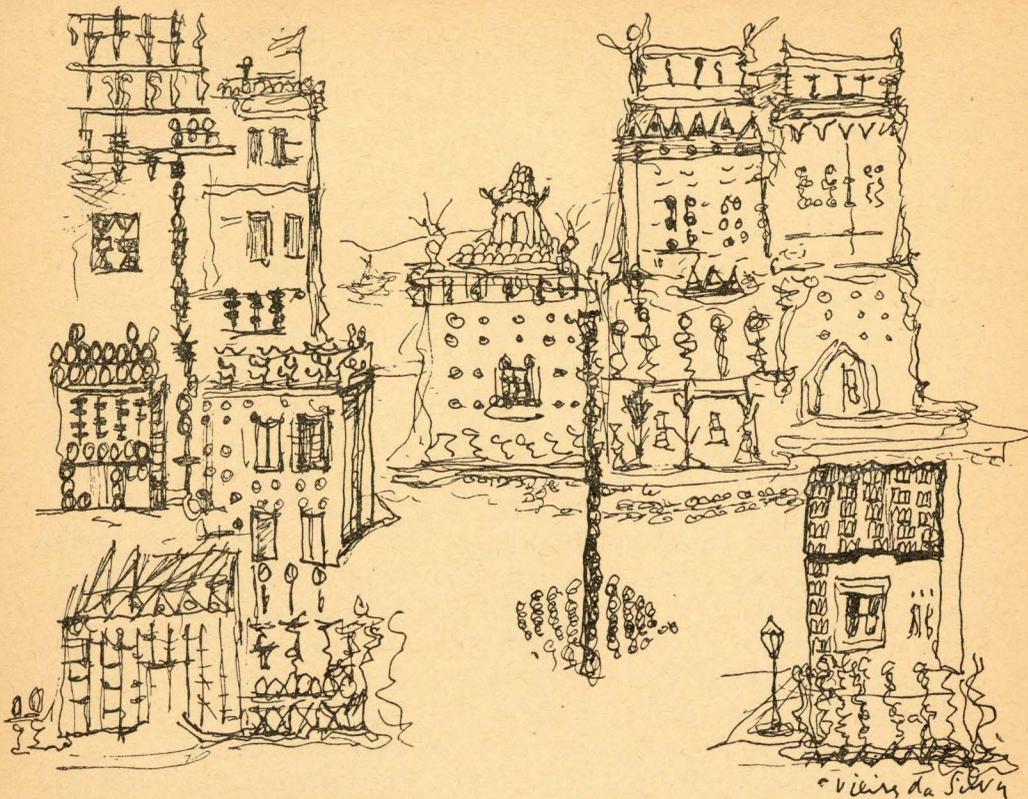
SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

REDACTOR:

ORLANDO VITORINO

EDIÇÃO DO S. N. I. E DA A. N.
LISBOA — RIO DE JANEIRO

NOVA SERIE NÚMERO 6

EVOCAÇÃO LÍRICA DE LISBOA

ACORDAS num lugar de brumas: brumas azuis e cor-de-rosa. Não tens certeza do céu, mas sentes em redor de ti um arejado bocejo de água. Dizem-te: LISBOA. Não podes ainda ver claramente. São tudo espumas de aurora. Mas de repente o sol atira certeira uma chispa de ouro. E sentes um brilho súbito de nácar descoberto. Repetem-te: LISBOA. Percebes à beira do rio aquele caramujo enrodilhado, que vai ficando cintilante, poliédrico, de ouro, de vidro, de límpido e húmido azulejo. É um caramujo quieto, a cuja sombra o rio inventa e desmancha líquidos jardins

de muitas cores. É um caramujo de outros tempos, que escutou muitas fábulas, que guarda dentro de si uma vasta memória marinha e em seus dédalos interiores, de sucessivos espelhos, vê passarem reis, cortejos, martírios, intermináveis navegações.

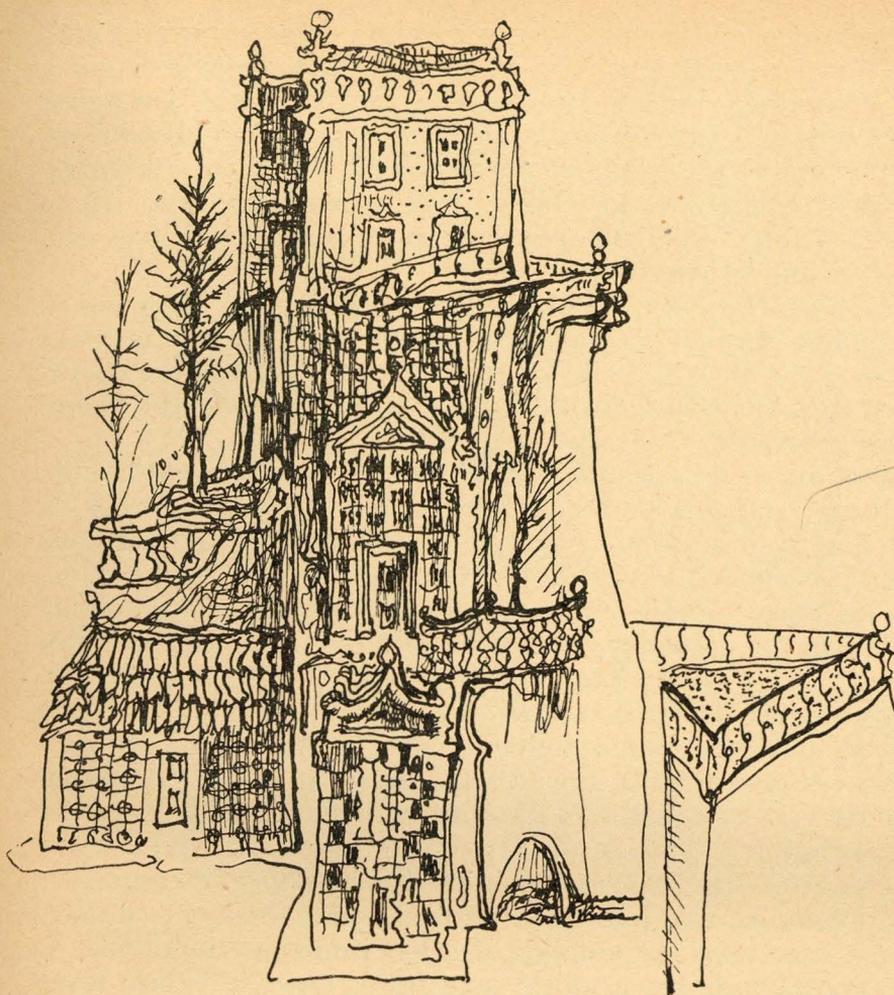
Obrigam-te a chegar perto, a pisar um chão que não sabes bem se existe: e em tudo percebes a respiração e o alento do mar. Entras numa torre que está mergulhada na água. E pensas em condenados que se puderam desfazer em limo, em alga, cujos suspiros devem andar incorporados ao lamento longo das ondas, cujas lágrimas se foram como ribeiros ao rio, e do rio a todos os oceanos onde estarão até quando nunca mais se chorar.

Chegas a um mosteiro, e vês o mar encrespando-se em pedra, vês um lavor só de água formando grutas, contorcendo-se em todas as cristalizações que só pertencem às planícies submarinas: vês a medusa e a estrela, e o copioso nascimento do coral.

Sais como um mergulhador, sentindo ainda às costas o peso dessa riqueza oceânica, e na primeira mulher que encontras reconheces a Sereia dos mares clássicos, arregaçando suas saias de onda, erguendo o busto de areia, levantando nos ares a canastra espelhante de peixe. Queres ouvir-lhe o canto e não o entendes. Ó linguagem das náiades, ó grito das vastas solidões! — Queres segui-la e não podes: ela não anda, resvala, deslisa pela beira do dia, e logo desaparece, por seu destino marinho — e ao longe sua voz é um bordado caído no rio, por onde os peixes vão correndo, todos transparentes.

Vais contornando esse lugar de saudade, e encontras as barcas briosas que partem para a pesca; e ainda com muçulmana paciência vês enrolar os cordéis para os anzóis, com tal vagar e simetria, dentro dos cestos redondos, como se ali na areia não os estivessem enchendo, mas pròpriamente tecendo-os, de seda em seda levantando-os.

E olhas para o interior de casas que são como aquários, onde uns altivos camarões estendem seus lisos bigodes mongóis, e gigantescas lagostas meditam sobre a fina cerâmica da sua arquitectura.

Por toda parte sentes o cheiro da água, o apelo à navegação, um chão mole de praia próxima, um desejo de desprender velas. Até o cavalo de D. José vai ficando verde, comido de mar, gasto pela salsugem desta saudade marinha que lentamente vive minando tudo.

Vês a praça do mercado, e juras que tudo isto nasceu das águas: não é orvalho nem chuva nem rega da horta que goteja dos desabrochados repolhos, que escorre pelo caprichoso mármore das abóboras: é uma água mais longa, que funde os pés das regateiras num pedestal móvel, escorregadio, sem fortes certezas de terra. Sua voz também é de alto mar: grito de temporal, exclamação entre mastros, em horas viris de aventura, com o naufrágio aberto ao redor.

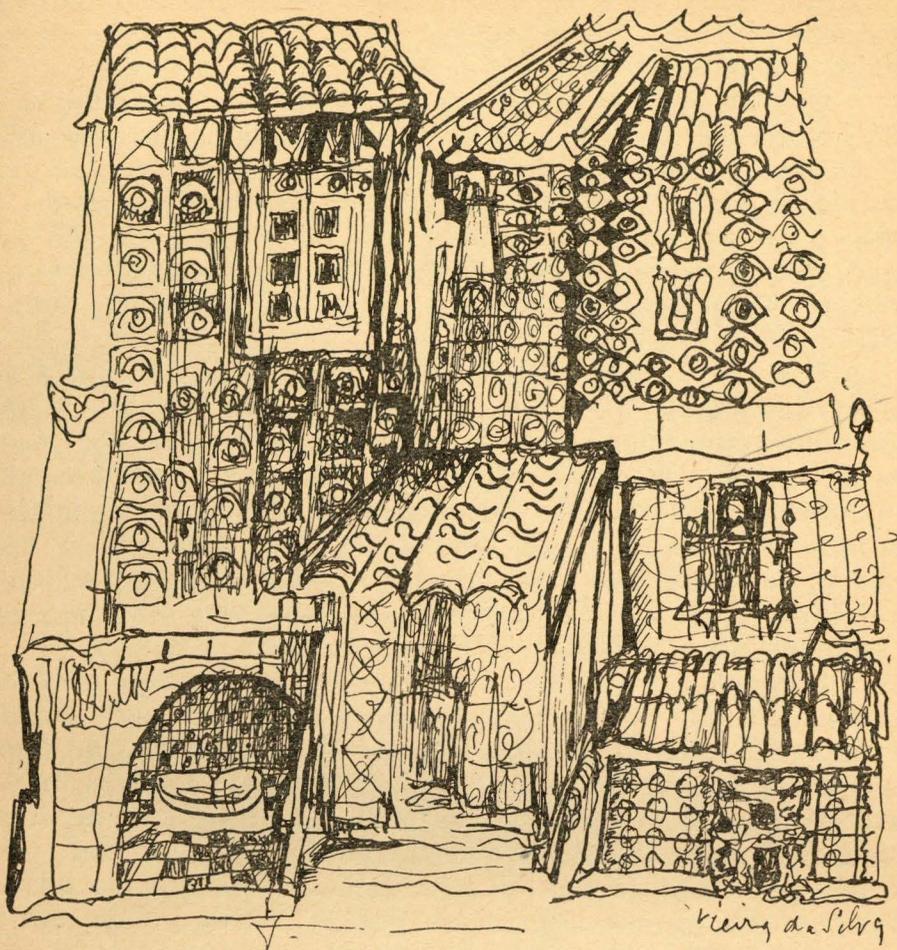
De rampa em rampa, chegas ao cimo desse caramujo imóvel, — e é o rio que lá em baixo te seduz. Mesmo se te levarem a Sintra, se te afogarem em árvores, é a transparência das águas que estás sentindo através das largas folhas; é o capricho das espumas que vês brilhar frouxamente na vaga inflorescência erguida. Retornas enfeitiçado. Queres fugir a esse contorno que a maresia desenha: esse contorno sussurante e acre. E vais pelo labirinto do imóvel caramujo.

Mostram-te palácios, — fatigados de tectos tão faustosos — igrejas onde — entre a dormente prata imortal, as negras arcas perenes — estão envelhecendo os santos, com suas barbas de pó, e aqueles carunchosos dedos de que se vão desprendendo os milagres em liberdade.

Mostram-te museus, onde há coches para rodar pelo mundo da mitologia; tapetes para te fazerem esquecer as histórias da gente de hoje, sem mistério; panóplias para te sugerirem uma nova conquista do mundo: e sais de tanta riqueza e tanto sonho como sob um malefício, e vais à procura dessas vielas sujas, por onde perpassam gatos desconfiados até da sombra dos homens; por essas vielas que cheiram duramente a coisas pobres, cujas crianças, sarapintadas de lama, rolam pelas pedras com uma alegria intemporal, um movimento sonhado, um entendimento sem palavras; e vês por cima de tua cabeça roupas que não pertencem a nenhuma época, estendidas de uma casa para outra, como se não pertencessem a dono certo. E perguntas que gente pode viver por aí, e és atravessado por um sentimento estranho de desgraça e grandeza, como se não pudessem viver de outra maneira os netos dos heróis, essa raça desprendida das leis humanas, retalhada de acasos, exposta cada dia à morte, sem raízes nesse território firme em que as pessoas comuns plantam sua casa, seu recreio e seu túmulo. Voam as roupas cheias de adeuses no alto das nuvens. Na janela negra, canta um passarinho e abre-se uma flor.

Erras por esses lugares e só por aí podes encontrar figuras de égloga. Sòmente por aí podes ver pés que sabem estar tão lindamente descalços, com tanta pureza sujos, com tanta graça pousados nas pedras, que vais procurando até o princípio das idades as gerações de pés nobremente desnudos que um dia transformaram a rotina do passo na insólita invenção da dança.

Querem levar-te por essas casas sumptuosas onde as últimas figuras de Eça de Queiroz, preocupadas e embaraçadas com o mo-

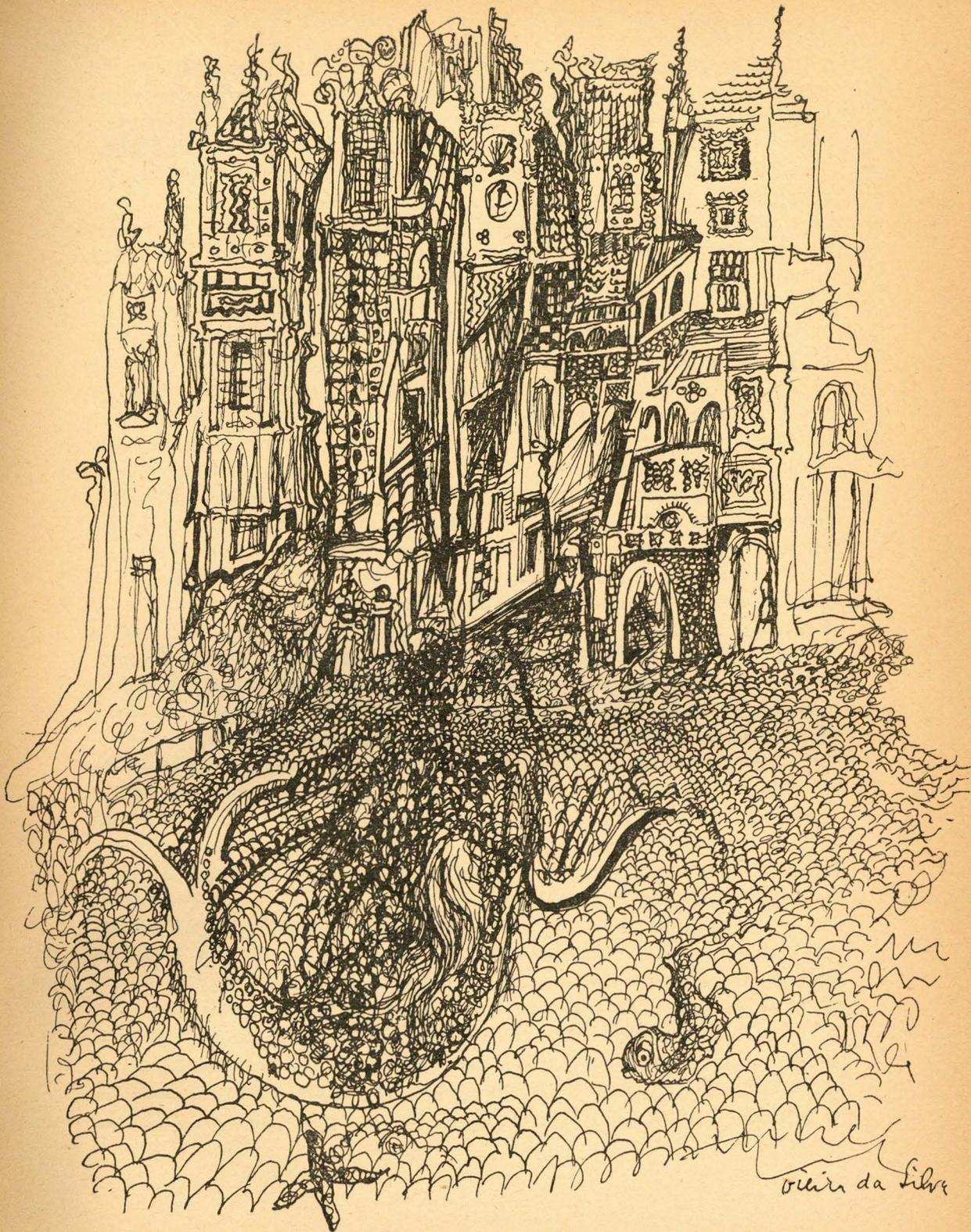
nóculo, o chapéu, a piteira e as polainas, esmiúçam asas de perdizes, discutindo brasões e romances franceses, alongando pestanas mouriscas a pitorescas damas turísticas, de tempos ainda sem guerra. Mas tu preferes a penumbra dos cafés sonolentos, em cujas mesas todos os poetas da Lusitânia fincam, algum dia, o cotovelo, e, de fronte pesada apoiada ao punho, criam aqueles sonhos que eles mesmos não governam, que são construídos como acima de sua cabeça, por séculos de desejada vida, de esperanças obscuras, e no entanto latejantes como o próprio coração. Preferes esses cafés, em cujas mesas amargas mãos inspiradas vão traçando versos que ninguém ouve, histórias que ninguém lê: um mapa de

paixão sobre mármore precário que o criado vem lavar sem tristeza nem piedade, — como acaso patético do tempo que desfaz, elimina o acontecido.

Querem levar-te pelas ruas novas, querem que admires os palácios recentes, de dentro dos quais estás sentindo uma ressonância de estrangeirismo alardear falsidades. Mas segues é pelas ruas sombrias, e olhas é para as casas de sucessivas varandas, todas diversas umas das outras, até a mansarda misteriosa onde não consegues saber se haverá uma velhinha cosendo a roupa do neto que anda em algum barco, ou um neto querendo entender nos livros a razão da vida e da morte.

Mais que as avenidas claras, as ruas negras agarram-se aos pés do caminhante: aí, as casas fechadas estão de bruços, e fitam o transeunte como quimeras, esfinges, medusas. Têm corvos pousados na testa. Têm a cara toda em bicos. Têm varandas de ressalto, como escaleres para algum desembarque. Como as velhas fidalgas dos retratos, apoiadas em espaldares, em mesas inverosímeis, também elas se recostam em arcos que dão passagem para o sobrenatural, a portas cuja serventia ficou paralisada, mas sobre as quais se sente inscrita a assombração inexplicável e para sempre.

Hão-de dizer-te que há praças movimentadas, com eléctricos rodando como num *carroussel;* com meninas tímidas que acreditam em novelas, baixando os olhos à possível aproximação do impetuoso herói. Mas tu procurarás a praça mais escondida, com seu jorro de água, com seus degraus molhados, com suas raparigas assustadiças, que aparecem e desaparecem pelas paredes, pelas escadas, pelas rampas, por mil esconderijos de moiras. E ainda estarás ouvindo o ruído do mar pela pedra, no riso que deixam ao passar, antes de se encantarem no seu reino, que não penetras.

Hão-de falar-te em belas mulheres caprichosas, que desabrocham em redor dos teatros, que cruzam as ruas de luxo e fazem parar com súbito assombro o gesto do derradeiro romântico, ainda em peroração à porta das livrarias — o chapéu de abas largas, a capa de ópera, a gravata ao vento. Mas tu queres ver é a mulher triste que anda cumprindo o fado pelas ladeiras de sombra, sob as janelas mortiças, na solidão da meia-noite, como se fosse solidão e meia-noite na terra inteira, em todos os planetas e até no céu.

E caminharás à procura do companheiro que lhe falta, e andarás por essas encruzilhadas vazias, onde até o vulto das casas

estremece com o pisar dos passantes ; e descobrirás em alguma taverna o homem que está cismando coisas difíceis, que se enredam umas nas outras — barcos, sorte, superstição — o homem de viola e de naipes, que, se começa a cantar, é o mesmo que abrir diques de séculos a torrentes de jamais compreendida nem consolável melancolia.

Pela suave tarde, quererão que vejas os pardais crepitando nas árvores, e as finas senhoras esquecendo-se do dia entre chávenas perfumosas, tomando entre vagos dedos displicentes essas gulodices tradicionais como jóias ténues: a filigrana dos doces de ovos, o camafeu das amêndoas, esses retratos da ilusão que são os transparentes pastéis desfeitos ao mais brando toque. Mas tu verás tudo isso e caminharás sem querer para os bairros ásperos, cujos habitantes dirias estarem ali desde o mais remoto passado, bruscos e imortais, com o seu copo rústico de vinho denso e a sua sardinha chiando no azeite. Tudo tão forte, tão autêntico, que a própria vulgaridade tem estilo e beleza, e se une directamente à nobreza mais alta, sem trânsito pelo janotismo supérfluo, pelo artifício casquilho e anedótico de alguns salões.

Dorme, afinal, Lisboa seu sono de caramujo enrolado em lembranças. Quererão que escutes a música dos bairros iluminados, de seus casinos e teatros, — mas é a pequena música dorida e mal afamada que precisas ouvir, porque está entrelaçada de muitas veias de eternidade, e não vale pelo que dela nìtidamente se ouve, mas pelo que ao longe acorda, quando soa, pelo que zune em suas franjas, emaranhadas de derrota e de perduração.

Dorme Lisboa com seus fantasmas de reis, de degredados, de descobridores, de mártires, de gente afogada em cataclismos, esquartejada em forcas, festejada com esplendor que jamais se repetirá. Silêncio tão aconchegado que os doentes dos hospitais é como se não sofressem, e perguntas até porque haverá sentinelas à porta da cadeia calada.

É quando percebes como ressoam teus passos pelas ruas de pedras ; pelas enormes escadas das casas de quatro andares, com os degraus já tão gastos no meio. E sentes o suspiro do rio abrir-se na noite, evaporado em frágil música.

Do último mármore do último café já se despediu o último poeta. Que canseira de versos por cima das mesas, pelo espaldar das cadeiras ! Há muitas horas se extinguiram os últimos boatos, o último vestígio de mexerico extraviado pelas calçadas. Andam

longe, as bocas que falavam. E só há pontas de cigarro pelo chão. Cada um vai começando a sonhar o sonho que pode: há o sonho complicado dos hotéis de luxo, com prestidigitações de orquídeas e diamantes; há o sonho espectacular das ruas novas, com perguntas que amanhã teremos de interpretar, no claro dia; há o sonho das ruas antigas, grandes, chorosos, com rostos do passado, casos por acabar, uma inquietação de raça que nem dormindo se esquece; há o sonho das vielas negras — sobressaltados sonhos! — com o grito repentino de quem não sabe se ainda pode dormir ou se já deve acordar; há o sonho dos jardins públicos, da soleira das portas, dos lampiões discretos: livre sonho sem limites, como no princípio do mundo, quando não havia paredes nem tectos. Há o sonho das estátuas, no meio da noite, em pleno tempo, encarando-se umas às outras, recordando-se, de olhos para sempre abertos. Há o pequeno sonho dos pardais, debaixo das asas, por cima das árvores, e o oscilante sonho dos peixes, ao longo do rio, do rio acordado, do rio sem pausa nem esquecimento, sem ontem nem dia seguinte, guardando a sua cidade, rondando todos os sonhos, construindo e reconstruindo, num ritmo certeiro, seu corpo esbelto e sem cansaço.

Sabes que é manhã por estas vozes que se levantam em redor de ti com pregões singulares: vozes cabalísticas que anunciam números de sorte; vozes frescas, recém-colhidas, húmidas vozes saídas de vergéis, e derramando aroma de flor e sumo de fruta. Mas principalmente pelo grito agudo e intraduzível da varina que outra vez vem à tona do rio, com as pregas da saia amoldando-se à escultura das ancas e as mãos de coral brunido cintilando entre os peixes.

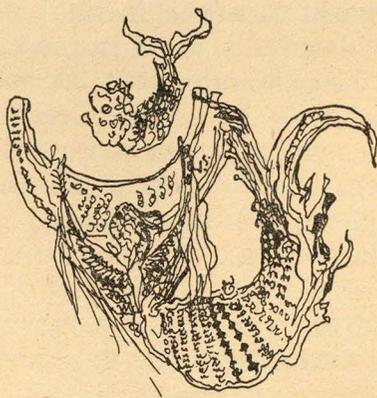
Ficas deslumbrado na névoa matinal, perdido entre os azulejos que começam a despertar, um a um, e são olhos de todas as cores mirando o céu e espelhando o dia. De todos os lados recebes esses olhares, esses lampejos. Principias a recordar essas mãos que, numa hora sem data, suspenderam para sempre essas pequenas lembranças eternas em redor da encaracolada cidade. E vais recordando as mãos que marcaram cada pedra da sua construção com essa firma simples e forte como a que o dono prega a fogo no lombo de suas reses.

Sentes em redor de ti o poder e a graça: o peso de um velho destino épico, e a airosa leveza de uma luz que, sobre o severo passado, desenha uma asa quase frívola.

Ficas tão rico de antigamente, tão vencido por um amor de cancioneiro, por uma ternura conventual, dolorosa, — e ao mesmo tempo desejas sorrir, dançar, não pensar nada, ficar por essas praças, por esses jardins que são a imagem da vida, e por onde andam crianças como pequenas flores soltas, com laços nos cabelos, iguais a felizes borboletas aprisionadas.

Tens vontade de estar em todas as varandas, de olhar a paisagem por todas as suas curvas, de avistar os caminhos que desaparecem longe de ti. Que está para acontecer? A quem esperas? Tens vontade de ficar agarrado a esse caramujo de nácar, de percorrer sem descanso os seus recessos, — e ao mesmo tempo sentes o rio... — ah, o rio... — e tens vontade de partir, de descer pela onda azul que vai baixando, degrau por degrau, até a praça rumorosa do oceano... Vontade de partir para tornar a voltar. E é quando avistas as gaivotas que sobem tão lisas, com seu peito de alabastro, suas asas finamente lavradas, e vão atrás dos navios, loucas pela distância que se vai alongando, e na qual penetram certeiras e altivas, sem se esquecerem de onde partem, por mais longe que se aventurem.

Se lhes perguntares onde irão pousar, depois de terem visto o mundo, as viagens, o ar sem termo, a largueza da água, responderão: «Em LISBOA». Em Lisboa. E elas não sabem porque. Tu também não o sabes, não entendes. Ficas apenas extasiado.

C E C Í L I A   M E I R E L E S

SOARES DOS REIS — «*Nossa Senhora da Vitória*»

CHEM-EM-EM

Todos os dias era a mesma a tua prosa:
«Sua amizade é criminosa, isso assim não me convém!»
Mas, logo após essa recusa mentirosa,
Tudo um sonho cor-de-rosa, um queixoso chem-em-em...

— Chem-em-em... Chem-em-em... Chem-em-em...
Coisa gostosa é a gente querer bem!

Porém um dia foi verdade tua prosa
E te foste cautelosa para o Amor que te convém.
São pesadelos nossos sonhos cor-de-rosa,
Mas, que coisa dolorosa, continua o chem-em-em...

— Chem-em-em... Chem-em-em... Chem-em-em...
Coisa terrível é a gente querer bem!

ASCENSO FERREIRA

O PODER DO SONHO

(DIÁLOGO RADIOFÓNICO, INADEQUADO A QUALQUER PROGRAMA)

Ouvem-se os sons do piano enunciando uma melodia que alguém executa distraìdamente com a mão direita. É GUIDA que, continuando sempre no mesmo vago exercício, exclama para a irmã:

— Já viste coisa mais aborrecida do que passar o domingo metida dentro de casa ! ?

HELENA *(a irmã) :*

— Pior é andar pelas ruas, no passeio obrigatório dos que não têm nada com que se entreter.

GUIDA, *parando de tocar:*

— Já vais começar com o teu sermão habitual, menina exemplar ?

HELENA :

— Não compreendo a tua revolta, sempre que não estou de acordo contigo.

GUIDA :

— Não é revolta, enganas-te. É discordância apenas. Lá porque tu encontras distracção nas páginas bafientas dos livros, não compreendes que os outros possam detestar isso. Eu, por mim, quero ar livre, preciso de ar, preciso de viver o que contam os teus livros.

HELENA, *interrompendo :*

— Mas quem se opõe ?

GUIDA, *com voz de espanto :*

— Quem se opõe ? Boa pergunta. Com certeza que não és tu, com o

teu arzinho melancólico. *(pequena pausa)* Olha! queres ver? *(ouve-se o ruído de dinheiro caindo sobre a mesa)*. Um, dois... dois... e quinhentos, três... pronto... três escudos! É tudo quanto possuo.

HELENA, *irónica:*

— Sim; de facto não chega para ires ao Tamariz.

GUIDA, *chorosa:*

— E ainda por cima fazes troça.

HELENA:

— Que ideia! Eu tenho até muito respeito por desgostos dessa natureza...

GUIDA:

— Eu sei! Estás mas é a documentar-te para escrever um romance... Eu já te conheço.

HELENA:

— Mas que ideia! Eu leio romances, não os faço; e mesmo que assim fosse, não recorria a ti. Cada pessoa que passa na rua, leva consigo uma história. É questão de saber olhar.

GUIDA:

— Vê lá! Não olhes demais. Às vezes pode dar mau resultado...

HELENA:

— Não há perigo. Aqueles a que te referes, com certeza, ...os bonitos... como tu lhes chamas, não precisam de ser olhados longamente. Têm uma história feliz, com poucos episódios...

GUIDA, *irónica:*

— E os feios? Podem-te descompor, perguntar: «O que é que tem que ver?», ou deitar-te a língua de fora...

HELENA:

— Levas tudo para a brincadeira.

GUIDA:

— É o que te vale; se não fosse eu, já estavas coberta de musgo como as pedras seculares e... pensativas... da serra de Sintra!

HELENA:

— Mas que horror que tens ao pensamento!

GUIDA:

— Ao pensamento não; ao musgo.

HELENA:

— Por exemplo: Dá-te ao trabalho de lançar a vista para aquele navio que está a atracar ali no cais.

GUIDA:

— É por Deus teres esta janela em frente do Tejo.

HELENA:

— Deixa-te disso! Pensa quantas alegrias, quantas ansiedades, quantas lutas, essas vidas representam.

GUIDA:

— Mas para que queres tu que eu pense nas outras vidas? O meu mal é não saber o que hei-de fazer à minha...

HELENA:

— Ora aí tens tu uma coisa que nunca me sucedeu!

GUIDA:

— Parabéns! Pois aproveita lá isto para uma documentaçãozinha: Sabes o que é ter a cabeça vazia? Sabes o que é olhar para o mundo e não

ter nem um fio que nos ligue a ele? Sabes o que é passar a vida a desejar sem saber o quê? Sabes o que é ter o coração a bater e não saber de alguém que modere o ritmo dessa correria sem sentido? Sabes o que é não saber nada, e não ter forças para rasgar a cortina que nos esconde tudo?

HELENA:

— Minha querida... perdoa!

GUIDA:

— Não acuso ninguém... Já passou. Apagou-se a fogueira.

HELENA:

— Mas ficou o tédio!

GUIDA:

— O tédio sou eu. Olha! põe-me lá num romance. Devia dar uma coisa esquisita, não achas? Também tenho muitas coisas dentro de mim, mas está tudo tão embaraçado que não consigo perceber nada.

HELENA:

— Porque não fazes um esforço para pensar?

GUIDA:

— Mas é isso mesmo que eu não quero. Fazia-me cabelos brancos, e eu adoro a minha cabeleira preta!

HELENA:

— Ainda não me tinhas confessado que eras tão vaidosa.

GUIDA:

— Eu envaideço-me com o que tenho por fora, e tu...

HELENA:

— Eu!?

GUIDA:

— Com o que tens por dentro.

HELENA:

— Não te iludas também a meu respeito. Se tu sofres com a tua ignorância, eu sofro com o pouco que sei. A minha ambição é tão grande, que uma vida inteira não chegava para a satisfazer. Não sorrias. Afinal somos muito parecidas!

GUIDA:

— Parecidas!? Em quê?

HELENA:

— A única diferença está em que tu sentes... desculpa... como um animalzinho que não pensa; e eu analiso o que sinto.

GUIDA:

— Palavra de honra que hoje até já estou cansada de pensar!

Levanta-se e coloca um «swing» na grafonola, que começa a tocar com grande vibração, ao mesmo tempo que HELENA exclama indignada:

— Meu Deus! Lá vem o gramofone! Mas que horror que tens ao pensamento...

GUIDA:

— O «swing» pensa agora por mim. Preciso de estímulo, de movimento.

HELENA, *parando o disco:*

— Não, decididamente não. Tu tens uma cabeça para pensar; experimenta fazer uso dela!

GUIDA, *melancòlicamente:*

— Também tenho braços para abraçar, e não me deixam exercitá-los...

HELENA:

— Mas quem querias tu abraçar?

GUIDA:

— Alguém... não sei!...

HELENA:

— Ouve, Guida. Sonha o teu sonho. Tece-o de ponta a ponta. Não desprezes um fio. *(Pequena pausa)*. Queres ver? Fecha os olhos... *(pequena pausa)* Assim... Ouves?

Quase indistintamente, ouvem-se, primeiro em surdina, depois aumentando o volume de som, lentamente e sempre muito «piano», os «Murmúrios da Floresta», de Wagner.

HELENA:

— Agora! Repara! Eles aí vêm.

VOZ FEMININA, *quase ciciada:*

— Como se respira bem aqui! O mundo é isto, esta liberdade dos nossos olhos... este verde dos campos... este perfume...

VOZ MASCULINA:

— E mais nada?

VOZ FEMININA, *um pouco sumida:*

— E tu!

VOZ MASCULINA:

— Que estranha vida a nossa!

VOZ FEMININA:

— Não sei como aparecemos aqui!

VOZ MASCULINA:

— Somos pedaços do pensamento de alguém.

VOZ FEMININA:

— Quem nos estará sonhando?

VOZ MASCULINA:

— Não importa. Somos filhos duma grande ansiedade... de alguém que pôs em nós o que desejava para si. Vivamos o nosso momento... um grande momento de amor!

VOZ FEMININA:

— Eu queria ter a vida das pessoas reais... não ser apenas um momento de sonho.

VOZ MASCULINA:

— A tua boca é um pedido... os teus braços são de luz... Vem para mim! Tudo o que vejo se esvai numa poeira de sol...

VOZ FEMININA:

— Não são os nossos olhos que vêem. De onde nos vem — meu amor! — esta luz que foge?

VOZ MASCULINA:

— De alguém que está morrendo no nosso mundo! *(pausa)*. O azul dos céus, o verde dos campos... este perfume... e tu... *(a última frase é apenas ciciada)*.

Ouvem-se, ainda, os «Murmúrios da Floresta», diminuindo de intensidade até se perder de todo, a música, a meio do disco.

GUIDA, *estremunhada:*

— Meu Deus! que foi isto?

HELENA:

— O teu sonho...

GUIDA:

— Não! Não é possível...

HELENA:

— Desprenderam-se de ti duas vidas. Pensaram, viveram, sofreram. A nossa imaginação também povoa o mundo... o teu mundo real. E depois... quem pode distinguir? Não sabemos nada.

R A C H E L   B A S T O S

HORA OBSCURA

Embora teus lábios amarguem como nesga fria de praia
há pouco descoberta pela vazante das marés,
onde as mal pousadas algas húmidas vão morrer;

embora teus seios me viessem às mãos
à flor de águas impuras de torrente escura
a cuja margem nocturna me debruçara
com as claridades da alma invadidas
de ventos palpáveis de desconforto e incompreensão;

embora teu hálito do mundo afugentasse, atónitas,
as sombras dos anjos da tarde que fugiram para os fojos das florestas;
embora resultasse turvo em meu espírito, à tua espessa aproximação,
o sentido bíblico da noite;
embora minhas mãos aladas de intenções fecundas
já encontrassem em teu ventre sulcos profundos, desses que
nas terras mornas da carne só o arado da maternidade cava;

embora...
mas meu ser, nesta hora obscura, é do teu ser como o sangue é das artérias;
como a eternidade é da vida;
como a raiz é da terra.

FINAL HUMANO

Antes do sono.
Antes da inundação do sono;
antes do afogamento da luz dos sentidos e da razão
nas impressentidas águas crescentes da preamar oleosa do sono;
antes do apagar das estrelas rútilas no céu humano
e do dissolver dos contornos das coisas imóveis sobre o corpo nítido
mas, por entre a atmosfera crepuscular do ante-sono, oscilante da realidade;

antes da eliminação total dos rumores da vida vária
pela nebulosa envolvente e dominadora do sono,
pela cheia da torva nuvem apagadora do sono, que se aproxima
alagando a alma e extinguindo mansamente o pensamento;

antes da flutuação plena de ser além do mar espesso do sono,
com as raízes da alma perdidas profundamente e embriagadas
das esquivas essências do mundo enigmático;
antes do sono mas já na cerração da superfície horizontal da consciência
à vacilante osmose da bruma interior do sono e da luz aparente da vida.

A essa hora opaca penso na alma das criaturas que, no mesmo instante,
penetram comigo fraternais a vaga paz amorfa do sono
sem no entanto nela suspeitar a mais leve advertência da morte omnipresente;

penso nas criaturas que se apagam no sono
mas, na razão, sangrando como agora em mim,

a certeza da existência íntegra
dos liames obscuros de retorno à claridade da vida e à dor da memória.

Em horas de exaustação da vida
recolho-me ao sereno refúgio do sono, onde a vida só chega
pela escassa luz suspeita do sonho...

*

Ah! poder um dia ir para a morte como se vai para o sono...

C A R V A L H O F I L H O

ANTÓNIO DA COSTA — «*Nossa Senhora de Fátima*»

(Na fachada da igreja da sua invocação em Lisboa)

SOBRE O PROBLEMA DO AUTOCONHECIMENTO

(APONTAMENTOS PARA UM ENSAIO)

A história de cada homem é o seu carácter; assim como das fontes a água, conhecêmo-la enquanto flui.

GOETHE

A imagem no espelho

EM frente do espelho, — nos olhos, o brilho fixo da atenção concentrada, na face, a severa imobilidade dos momentos graves, — a coqueta examina a sua imagem, reflectida pelo lume prateado do vidro. Crispou-se-lhe naquela tensa atitude, que o hábito não fez ainda maquinal, o ritmo vivente do corpo. E se fosse possível surpreendê-la ali, a sós consigo, no mudo diálogo cujo tema é ela própria, aprender-se-ia alguma coisa do mistério irredutível da feminilidade, por cada mulher genuína tão avaramente guardado nos mais subtis refolhos da da sua maneira de ser que até o amado, a quem todavia concede a dádiva suprema de si mesma, nunca chega a desvendá-lo por inteiro.

Mas a coqueta, ao usar do espelho como meio auxiliar da convivência consigo mesma, permanece fiel ao seu feitio. O minucioso e pontual exame quotidiano destina-se a preparar a continuação do seu reinado no mundo. Está dirigido intencionalmente, portanto, desde o silencioso isolamento do quarto de vestir, ao objecto normal da coquetaria. Se com hiperestésica agudeza sente a necessidade de se conhecer cada vez mais e melhor, é para cada vez mais e melhor conseguir apurar-se na difícil arte de valorizar dotes pessoais, de utilizar expressivamente roupas e jóias no vestir e desvestir do corpo, de si fazendo a composição viva de uma personalidade agradável e atraente, renovada segundo a disposição momentânea, e capaz de perturbar e seduzir os homens, de lhes excitar a curiosidade e a imaginação.

A muitos escapa o que de natural e tràgicamente humano oferece a sede autoconhecimento da coqueta, o cuidado, talvez excessivo, que manifesta por si mesma. No entanto, o sorriso trocista ou irónico com que tantas vezes se comenta seus jeitos e trejeitos, denuncia feia mesquinhez, quase sempre filha da vaidosa incompreensão masculina. Mais ingénua e simpatizante consideração da sua peculiar atitude levaria a descobrir alguma coisa do sentido último, subjacente, daquele seu exame diário.

Como qualquer outra pessoa, procura a coqueta do espelho resposta à pergunta: como estou hoje? Contudo, ao inquirir do modo «como está», «como se apresenta», diligencia obter conhecimento de si mesma. Este é o móbil profundo do seu acto, muito embora ele lhe escape à consciência vigil. Para a mulher, — e patenteia-se aí traço específico que do homem a distingue, — o corpo não é coisa sentida como diferente da alma ou do espírito, mas como sín-

tese e símbolo da concreta e harmoniosa unidade do próprio ser. No amor, por isso, o seu gesto de dar-se é total, e pressupõe sempre o correlato da total doação e fidelidade do amado; a mulher não admite, porque a não pode sofrer, a traição corpórea junto à constância espiritual — dualismo fácil e perfeitamente vivido pelo homem. Por outro lado, manifesta-se nela mais intensa e constante exigência de se relacionar com o próprio corpo, já que ao estudá-lo, para o conhecer, tem a impressão de se conhecer a si própria.

Acresce que a mulher, por natural predisposição, encontra-se muito mais identificada com a essência e a cadência da vida que o homem. Existir, para ela, não consiste no ensaio de com a própria vitalidade alimentar uma ideia, referida à qual vem a receber conformação adequada predominante tendência individual. Só característico do homem é o subordinar a vida ao espírito, encontrando nas formas objectivas de manifestação o seu típico modo de expressão. Mais instintiva, porque nela vida e ser íntimo constituem unidade complexa, a mulher exterioriza-se de outro modo, e só pode ser compreendida para lá da contraposição do subjectivo ao objectivo, pois constitui o que se pode chamar, na falta de frase mais ajustada, «uma intimidade vivente». Ao solo movediço do quotidiano prendem-se as raízes do próprio ser. E não por outro motivo, acompanha a sucessão inexorável das mudanças vitais com acuidade mais aguda que a do homem, — tão naturalmente este refere seus fins temporais imediatos a conceitos ou valores, cuja essência é atemporal.

Semelhante traço, depara-se-nos exageradíssimo na coqueta, que dir-se-ia ter para si eleito, utòpicamente e por instinto, a tarefa vital que consiste em manter intactos, senão refinados pela experiência já feita, os dotes atraentes da sua personalidade. Muitos a julgam ridícula por desejar aparentar idade favorável, escondendo a cronológica. No entanto, ela procede assim, não movida pelo mero e pueril desejo de fugir à velhice, mas porque em si continua a sentir renovada a feminilidade, apesar da vida ter seguido seu curso inabalável. Idêntica razão a leva inconscientemente a soterrar debaixo da pergunta: «como estou hoje?» a outra, verdadeiramente fundamental e decisiva: «quem sou?».

O comportamento da coqueta não tem a ditá-lo, ao contrário do que vulgarmente se crê, a pura adoração de si mesma, ou a pura vaidade,—mas o impulso, tão natural como humano, de a nós mesmos aplicar a faculdade de conhecer. Lembremo-nos da sofreguidão, que nem sempre se consegue refrear ou dissimular, da nossa curiosidade por nós mesmos, evidente, sobretudo, com respeito aos dados em que julgamos descobrir o que somos: o efeito nos outros produzido por nós; o que se diz das nossas palavras e atitudes; o modo como nos interpretam. Recordemos, ainda, como nos procuramos àvidamente nos nossos contactos com os outros, na tomada de consciência dos nossos gestos e pendores, nas nossas escolhas e nas fotografias, — em tudo, numa palavra, que recebeu vestígios da nossa maneira de ser e nos permite contemplá-la, portanto, objectivamente. Pode-se afirmar que, ao vivermos, a cada instante acompanhamos implìcitamente as nossas acções e reacções com a perturbadora, insistente pergunta: quem somos?

A pergunta a respeito do «quem» da vida humana é, como disse, para segundo plano empurrada pela coqueta. Contudo, quando se abstrair dos problemas levantados pelo acto de nos mirarmos ao espelho, — poderá este fornecer rigorosos elementos de autoconhecimento? Seremos despreconcebidos e sinceros quando nos procuramos ver reproduzidos nele? a nossa visão da imagem es-

pelhada não incluirá já interpretação dela segundo a disposição momentânea? — é lícito afirmar que a coqueta adquire certa dose de autoconhecimento, muito embora a partir da perspectiva dominante da coquetaria. Na pergunta a respeito do modo como se está vai já envolvida a pergunta a respeito de «quem» está daquele modo.

Exactamente porque nele certos aspectos nos são oferecidos com desenvolvimento exorbitante, é o da coqueta bom exemplo para se conceder alguma atenção ao problema da autognose. Repare-se, desde logo, em duas coisas, que nem por serem peculiares da atitude da coqueta, deixam de possuir sentido mais vasto e genérico. A primeira é esta: a inspecção diária de si mesma, feita com o auxílio do espelho, ostenta visível sinal actualista. A ela desinteressa o que já foi; seu cuidado, filho da preocupação de ser, dirige-se ao presente, em cada dia amanhecido com novas exigências. No entanto, e simultâneamente, é determinado por certa antecipação do futuro. Embora a velhice esteja ainda longe, e dela a coqueta não tenha ainda experiência directa, faz parte do seu saber adquirido a certeza de que ninguém evita a decadência espiritual e física trazida pela idade. Mora já nela, por conseguinte, a imagem prefigurada do seu declínio, que a mortifica e angustia, Mas, por isso mesmo, acorda nela o instinto de defesa e conservação, o desejo de recuar o momento da renúncia às prerrogativas actuais da sua beleza, do seu encanto, do seu poder de sedução. Os actos pelos quais, dia a dia, lança mão de pomadas e carmins, trapos e bijuterias, ou concede propositado desvelo ao cultivo das atitudes sociais, do gesto, do sorriso, do andar, se correspondem à efectiva satisfação da sua vocação de coqueta, têm contudo a determiná-los o conhecimento que de si mesma obtém no presente com vista à manutenção do próprio ser no futuro.

Por outro lado, — e esta era a outra coisa sobre a qual pretendi chamar a atenção, — a coqueta tem de si própria uma ideia, certa ou falsa, não importa, como toda a gente acaba por ter, afinal, ao cabo de certo tempo de existência. No seu acto de autoconhecimento, vai essa ideia pesar inconscientemente, levando-a a apreciar aspectos da sua personalidade e a depreciar outros. Viver, para ela, consiste precisamente em diligenciar ser conforme à sua ideia nas várias situações trazidas pela duração vital e movendo-se por entre as facilidades ou resistências que nelas se lhe deparam. Por isso, para ela, como para os demais, viver é ocasião de confrontar a ideia formada acerca de si mesma com o que, em cada situação, chega efectivamente a ser, confirmando-a ou desmentindo-a.

Ora bem: mostra o caso da coqueta que, junto ao conhecimento que de nós mesmos é possível tentar mediante acto deliberado, — vermo-nos ao espelho, por exemplo, — outro há, independente da vontade, e tão inevitável como viver: o que nos proporciona o esforço de subsistir, actuando e reagindo nas sucessivas situações trazidas pelo quotidiano. Mas mostra-nos ainda o seu caso que o conhecimento do que fomos no passado, se pode influir no conhecimento do que somos no presente, contudo, não coincide com ele. O conhecimento que vamos obtendo de nós mesmos é sempre um conhecimento interino, duvidoso, vago por muitos aspectos, além de influído pela ideia do que desejaríamos ser.

Conhece-te a ti mesmo

Cada um de nós — disse-o Nietzsche já — é quem está mais distante de si mesmo. Tão aparentemente os factos parecem desmentir o asserto que soa a

frase a paradoxo ousado. Será de colher a afirmação, se nenhuma outra convivência nos é mais assídua e constante do que a forçada convivência com nós mesmos, — com o nosso corpo e a nossa alma que nele habita? Por outro lado, no trato com o mundo circunstante e com o meio social ambiente, não estamos frequentemente a ser solicitados por inadiáveis requerimentos, que de nós exigem pronta resposta na forma de decisão, — logo, como dizia Dilthey, pronta manifestação vital do que somos, de facto?

Assim é. E, no entanto, Nietzsche tinha, e continua tendo razão. Conhecimento, seja ele prático ou teórico, é acto só possível quando tem a suportá-lo relação determinada entre quem pretende conhecer e a coisa a ser conhecida: a relação de contraposição. Ora nenhum de nós pode assumir perante si próprio semelhante relação. O eu só consegue contrapor-se ao não-eu ou aos outros eus. Não lhe é concedido, portanto, relacionar-se directamente consigo mesmo. Por isso, as notícias que chega a obter de si, são indirectas e *a posteriori*.

A esta impossibilidade supre todavia a nossa natureza, permitindo ao espírito assumir atitude peculiar ante si mesmo: a reflexiva. Graças a ela, podemos obter pela via oblíqua o que nos é negado pela via recta. Assim se explica que, tendo vindo ao mundo com a mais funda ignorância de nós mesmos, esperamos ardentemente que a vida nos mostre quem somos e nos ensine a ser nela o que somos. «Mihi quaestio factus sum» — exclamava já St.º Agostinho nas Confissões, entre angustiado e perplexo.

Note-se agora que a pergunta: quem sou eu? tem um cunho pessoalíssimo, intransmissível. Quem a faz, em vez de querer saber do homem abstractamente considerado — do género humano — antes deseja saber do homem concreto, de carne e osso, que ele é. Não equivale a autognose a conhecimento científico de nós próprios, com o intuito de se obter definição conceitual, válida para todos os tempos e lugares; equivale, sim, ao ensaio de adquirir consciência de nós mesmos, de nos tornarmos presentes a nós mesmos, de tomarmos posse de nós, compreendendo-nos.

Sem dúvida, o facto de ser homem e de ter consciência de que o sou, interessa de algum modo à pergunta: que homem sou eu? No entanto, também de algum modo lhe é indiferente. A mim não basta a certeza de que pertenço com outros homens ao género humano, pois tenho interesse vital em saber de que modo único, particular, o humano está em vias de se realizar em mim. Se para o conhecimento científico sou apenas homem, — para mim mesmo, sou muito mais do que isso: certo homem, — eu próprio, na minha concreta individualidade.

Ora bem: quando uma pessoa, desejosa de se aproximar de nós pela amizade, ou de obter de nós compreensão para o seu caso, pretende mostrar-nos quem é, — que faz? Isto: relata-nos a sua vida até ao momento em que nos conhecemos. Com tal relato, convida-nos a assistir ao que lhe aconteceu, ao que sonhou e realizou, ao modo como se comportou em diversas situações nos anos transactos. Isto é: fornece-nos o meio de penetrar na sua personalidade, considerando-a, não como algo já feito e concluso, mas no próprio acto da formação dela ao longo das fases já vividas da vida. O relato com que somos presenteados tem, por isso, o significado de uma confidência completa; o seu pressuposto basilar, embora o relator não tenha dele consciência desperta, é de que o relato do que já conseguimos ser se mostra valioso como meio de dar aos outros conhecimento do que nós somos e, porventura, seremos.

Merece reflexão, ainda que curta, pois,

neste momento, não é este o tema a tratar, o facto aludido, tão frequentemente verificado. Desde logo, há que notar o seguinte: pelo relato da própria vida, o relator entrega-se à reconstituição dela com o auxílio da memória. Não nos conta, por conseguinte, a totalidade da sua vida já efectivamente vivida, mas tão só lances ou episódios dela que, por qualquer motivo ou circunstância, mais funda e persistentemente lhe ficaram na lembrança. Por outro lado, como o acto de rememorar não consiste na mecânica reprodução dos acontecimentos não esquecidos, mas sim, e precisamente, em uma interpretação do modo como eles, ao verificarem-se, foram vividos por quem os recorda, — segue-se que o relator, ao fazê-lo, transmite a sua visão pessoal da própria personalidade. A sua descrição é simultâneamente uma versão da própria vida.

Note-se agora que o relato é feito à custa da palavra falada ou escrita. Destina-se, por conseguinte, a ser ouvido ou lido por aquele a quem é dirigido. Este, por sua vez, ao ouvi-lo ou ao lê-lo, procura imaginar o que cuida ser a reconstituição da vida do relator. Mas como a sua imaginação trabalha estimulada pelo que conseguiu entender das palavras ouvidas ou lidas, segue-se que o relato é por ele reinterpretado.

Acresce que para essa reinterpretação também necessàriamente concorre a sua própria experiência da vida. Dos episódios em que se decompõe a vida relatada, os melhores compreendidos serão aqueles mais semelhantes ou próximos dos episódios vividos directamente. Sem querer pois, compara o ouvinte ou o leitor do relato a sua à vida relatada. E ao seu acto de conhecimento do outro vem assim a juntar-se acto de autoconhecimento.

Já se está a descobrir aqui que a convicção dominante de que o relator, narrando a sua vida, de algum modo se dá a conhecer, se tem alguns motivos, levanta também alguns problemas. Constitui o relato, sem dúvida, via de acesso à vida pessoal do relator. Mas uma vez que nesse relato ele, no lugar da pura descrição, terá inevitàvelmente de oferecer uma versão, — resulta daí o seguinte: nesse relato exprime sobretudo o que, ao viver a própria vida, ou ao reconstituir pela memória alguns lances dela, ele chegou a aprender de si mesmo e da sua vida no mundo. Na versão da sua vida, o relator, que é simultâneamente o espectador forçado de si mesmo, diz o que da sua personalidade lhe foi sendo revelada ao longo das situações da vida. Por outro lado, pretende que o relato do seu passado sirva para a compreensão do seu actual modo de ser. Parte do pressuposto inconsciente da identidade fundamental do seu ser e considera o que «já foi» capaz de iluminar com luz clara o «que é» no momento do relato, e o «que será no futuro».

Por sua vez, o ouvinte ou o leitor do relato, só chega verdadeiramente a compreender dele o que já tinha chegado a compreender na própria vida. Quer dizer: do outro só chegou a conhecer o que já conhecia de si mesmo — pois a emigração de uma vida para outra vida, exactamente porque só é de fazer à custa da imaginação e da faculdade da revivescência, está condicionada e limitada pelo saber já obtido por cada qual ao viver a própria vida. Com profunda intuição psicológica e filosófica, disse Schiller em verso célebre, hoje justamente clássico: «Se pretendes conhecer-te, atende ao que sentem os outros. Se queres conhecer os outros, olha para o teu próprio coração».

Bem vistas as coisas, significa isto que tanto o nosso conhecimento dos outros como de nós mesmos reduz-se a um «com-saber acerca do homem», ou a um saber comum aos homens da mesma época. A esse com-saber imprime a ex-

periência única, intransmissível de cada qual, colorido e intenção pessoais. Mas todo o com-saber é «com-ciência». No espelho desta consciência projectamos nós os nossos actos, pois só aí, uma vez projectados, os podemos considerar objectivamente. A autognose nunca é directa, mas oblíqua; nunca é espontânea, mas reflexa. Nós chegamos ao conhecimento de nós mesmos pelo caminho desviado das outras pessoas e das coisas. O conhecimento histórico, impessoal do homem está na base do nosso conhecimento da pessoa humana que na vida somos. Ao vivermos a nossa vida, relacionando-nos, a partir da circunstância histórica em que nos foi dado existir, com o mundo circundante e com os homens nossos conterrâneos, estamos submetidos a individual processo forçoso de experimentação de nós mesmos, ao longo de cujas fases vamos sendo presenteados com a revelação de algumas facetas do que somos, logo interpretadas mediante o saber comum do que o homem é.

Por outro lado, significa também isto que cada homem, enquanto efectiva possibilidade de existência, desponta, mostra-se e afirma-se tão só nas diversas situações em que, ao viver, lhe foi dado encontrar-se, e onde pela vida se sentiu coagido a ser ele próprio. Cada um de nós, como «eu», como «si mesmo», é sombra e claridade, ou mistério que a vida, e só ela, se encarrega de lacunar e parcialmente desvendar. Enquanto vivemos, podemos ser experimentados pela dor e pela alegria, pelo cuidado e pelo desprendimento, pela dúvida e pela certeza, pelo trabalho e pelo ócio, pela satisfação moral e pelo remorso; mas, ao sermos assim experimentados, vamos fazendo experiências sucessivas e variadas do que somos, e trazendo até ao plano da consciência, onde o «eu» mora, o nosso obscuro fundo pessoal.

A vida por nós efectivamente vivida fortalece qualidades ou nutre defeitos, afirma tendências ou anula certos impulsos, a pouco e pouco nos empurrando, com aquela força inexorável que tão de antigo chamamos Destino, para uma das possibilidades de ser em nós latente. Mas, porque ela nos *acontece* assim, com a desejável clareza resulta que vivê-la constitui para nós, queiramo-la ou não, dramática tarefa selectiva, pela qual nos arreigamos a certa maneira de existir, renunciando simultâneamente a outros modos de em nós realizarmos o humano. Neste processo vital, em que cada um põe seu pessoalíssimo módulo, são irreversíveis as fases; e, todavia, nada, absolutamente nada nos pode garantir que no futuro sejamos o que já fomos no passado. Aliás, em nome de quê afirmam severos moralistas que a coerência consiste em ser hoje o que já se chegou a ser ontem? Não será ela, antes, íntima e espontânea fidelidade ao que genuìnamente somos em cada instante da nossa vida?

Quem sou? eis, por conseguinte, interrogação perturbadora, à qual a vida de cada um de nós vai contestando. É esta a situação ambígua do homem: só consegue saber alguma coisa de si à custa do que já foi! Quer dizer: à custa do que, porventura, já não é! Se o homem recebeu uma vida pelo nascimento, tem no entanto que a reinventar e de a fazer, pois ela não lhe foi dada já feita. Mas, fazê-la é, conjuntamente, e não por acaso, fazer-se a si mesmo. Por isso, com inteira propriedade se pode afirmar que o seu primeiro e principal dever se cumpre utilizando a duração da própria vida para nela procurar ser o que é e, assim, saber quem é. A nossa vida, — já belamente o escreveu Unamuno em passo bem conhecido da sua obra, — é, ante a nossa própria consciência, revelação contínua, no tempo, da nossa eternidade, o desenvolvimento do nosso sím-

bolo; vamo-nos descobrindo consoante nela actuamos.

Situação e auto-revelação

Convém todavia não entender isto à letra ou unilateralmente. Nos meus actos tenho ensejo de mostrar o que sou e, portanto, de vir a descobrir quem sou. Como autor deles, de mim alguma coisa manifesto ao praticá-los. Contudo, não me esgoto nos meus actos. Exactamente porque eles são meus, exprimem do meu íntimo só aquilo que, no momento de os praticar, consegui transmitir-lhes. Por este aspecto, a realidade da minha pessoa é mais funda e vasta do que a porção dela transparecida na realidade dos meus actos. O homem realiza-se por actos; mas antecede-os e subsiste-lhes. Não é de todo infundada a suspeita milenária do que o homem não queda reduzido à sua aparência, mero campo da simbólica expressão do seu fundo pessoal. A sua genuína realidade permanece aquém e além da sua realidade manifestada.

Actos, porém, são comportamentos internos ou externos que o homem vai assumindo nas diversas situações em que se encontra vivendo. As situações representam, por isso, e simultâneamente, a causa incitante e a ocasião da descoberta do homem ao homem, e o lugar próprio dessa revelação. O que cada um é, mostra-o na cadeia ininterrupta das situações, ao longo da qual a sua vida se desenrola, tem um curso temporal. A situação corresponde, desta sorte, a elemento necessário da nossa vida. Assim o pretende a mais recente filosofia quando afirma, pela boca de Ortega: eu, sou eu e a minha situação! Talvez convenha esclarecer esta frase um pouco mais.

Situação é algo que diz respeito a um ser «situado». Isto é, que existe em certo ponto. O homem, ao ser lançado ao mundo pelo nascimento, fica nele situado. Mas o homem, como St.º Agostinho o disse antes de qualquer outro, é também, e sobretudo, intimidade, ser interior. Eu estou situado naquilo a que chamo, com bastante ambiguidade, «minha alma»; mas digo desta que está ligada ao meu corpo de modo tão subtil e indefinível que, para imaginar esta ligação, tenho de a representar encerrada nele e dele se servindo para contactar com o exterior, para se prolongar materialmente pelos sentidos. A minha alma, por conseguinte, está situada no meu corpo vivo, — e precisamente, como Novalis o sentiu em momento de luminosa intuição, no ponto em que o mundo interior toca com o exterior. Por outras palavras: assim como o mundo circundante, nos aspectos dele com os quais me relaciono momentâneamente, é a situação do meu corpo animado e vivo, assim também o meu corpo, com seus estados sucessivos, é a situação da minha alma, — e um e outro são a situação, constantemente modificável, em que eu existo e procuro ser, dirigindo, refreando ou estimulando impulsos, instintos, emoções, tendências, disposições.

Não pode todavia a situação, para ficar bem entendida, ser apenas vista segundo o critério estático, como consequência do facto de se estar situado. Se o homem, enquanto vive, está sempre situado, e, por conseguinte, tem uma situação, entre ambos há nexo fundamental. A filologia ensina-nos, aliás, que a palavra situação, em vez de se referir a realidade simples, antes interpreta realidade complexa. Meditando sobre este vocábulo, depreende-se que o homem, ao criá-lo, diligenciou sobretudo descrever como sentia o modo pelo qual estava na situação: assumindo posição—*situs*, e actuando — *actio*. *Situ-acção*, na sua essência, consiste na posição que o homem toma para diligenciar esclarecer o que lhe acontece, à medida que o curso

da própria vida o relaciona consigo mesmo, os outros e o mundo, e para concretizar o entendimento obtido numa decisão, graças à qual, saindo de uma situação, em outra fica investido. Mas tanto na estrutura das sucessivas situações em que se encontra vivendo, como nas sucessivas decisões livres que nelas é forçado a tomar, manifesta-se inexorável lógica interna, que preside ao seu transcurso vital, e entre si liga os contínuos pontos por onde passa. Viver é, para cada homem, transitar de uma situação *ad quo* para outra *ad quem ;* e a direcção ínsita nesse trânsito constitui o Destino dele.

Por outro lado, situação, quando referida ao que, do exterior me rodeia, me circunda, apenas corresponde a aspectos particulares e sucessivos da circunstância ou mundo em que me foi dado viver. Aí me encontro a mim mesmo, no constante e concomitante acontecimento da minha vida e do meu espírito; aí, ao acontecer, interfiro com os meus semelhantes, ou sou por eles interferido, e relaciono-me com as coisas do mundo, a partir do ponto em que me foi dado viver nele. Aí, em suma, viver é aprender a viver comigo e com os outros, e diligenciar orientar-me por entre os obstáculos e as possibilidades que no caminho encontro. Nesta aprendizagem forçada nos vamos manifestando e fazendo — e, aos poucos, conhecendo-nos.

Nacionalidade e Destino

Mas ninguém acorda para a vida, — para a sua vida! — em momento ou local eleito pela sua vontade. Ter nascido de certos pais, no ambiente de certa família, que participa, enquanto neles mergulha e respira, de outros ambientes mais amplos, — determinado povo e determinada época, — é peripécia inevitável, que nos acontece, a que não podemos fugir e com as consequências da qual temos forçosamente de nos contentar. Com o sermos lançados ao mundo, para nele vivermos, ficam vibrando como presagioso acorde as primeiras notas da melodia inédita do nosso Destino.

Igualmente nascemos para um dia sermos airosos de corpo ou desproporcionados nas suas partes, simpáticos ou antipáticos, inteligentes ou estúpidos, inclinados ao Bem ou propensos ao Mal, generosos ou egoístas, dóceis ao domínio do espírito ou escravos da carne. E, também aqui, pouco está em nosso poder modificar. Teremos de fazer a nossa vida, agrade-nos o facto ou não, com a alma e o corpo que nos foram dados e não podemos rejeitar ou substituir: ambos correspondem a elementos do nosso Destino. Talvez seja preferível dizer: são personagens autênticas e necessárias do nosso Destino, pois o que nós chegarmos a ser tanto depende do que elas são como do modo como as utilizarmos ao longo da duração da nossa vida. O homem «é» na medida em que o «eu», órgão mantenedor da sua fundamental identidade, lhe descansa, governando pela acção e pela inibição, sobre o todo unitário e vivente constituído pelo corpo e pela alma.

Mas vir à terra e, logo à nascença, ficar inglês, alemão, francês, espanhol, brasileiro ou português é a acontecimento tanto do nosso Destino como o facto de nossos pais serem tarados ou sãos, esposos desavindos ou bem casados, ricos ou pobres, agricultores sedentários ou vendedores ambulantes. Ser nacional do país que nos foi berço, onde crescemos e nos fizemos homens, é qualidade que nos marca para sempre, e desde as mais fundas e invisíveis raízes do nosso ser. Penetrante e subtil é esse liame que liga entre si compatriotas, ao mesmo tempo que se insinua na alma, no coração e na inteligência. Bem o sabe o homem amadurecido no quotidiano,

experimentado pelas situações, e a cujos ouvidos soam já as nevoentas palavras «vocação», «sorte», «fado», «azar» «pátria» como poema donde se evola inefável e nostálgico sentido vital. Ao labutar pelo pão diário, nas interferências interindividuais, na adesão ou na repulsa ao peso conformador do social, no confronto da sua paisagem interior com a paisagem circundante, aprendeu ele a reconhecer, por instinto ou reflectidamente, como a nacionalidade o condiciona no sentir e no pensar, nas crenças e nas preferências, ao ponto de fazer dele reportório de afectos e de estranhezas, de juízos de valor sobre coisas e seres, de ideias e de sentimentos, orientados para ponto mui evidente, mas de concretização dificílima. Como nacionais de certo país estamos no mundo, e como nacionais de certo país temos de revelar nele quem somos.

A nacionalidade, que rebarbativos e doutos tratadistas persistem em considerar mero vínculo formal, de política ou jurídica natureza, apresenta-se-nos, quando assim entrevista, sobrecarregada com lastro de indiscutível peso metafísico. É certamente português o homem nascido de pais portugueses, e naquela porção de território sobre o qual mandam outros homens, que também se consideram portugueses. É ainda português por ter aprendido, de pequenino, a falar a língua portuguesa, recebido do catolicismo a formação religiosa tradicional dos portugueses, e dos usos e costumes do povo português formas já consagradas de expressão e de orientação no mundo. No entanto, se tudo isto o coloca em situação determinada, que lhe condiciona o modo de ser enquanto o provoca a ser, responde mal à pergunta: que é ser português? em que medida ser eu português influirá naquilo que eu sou ou coincidirá com quem eu sou?

Com efeito, se às perguntas contestássemos utilizando na resposta aqueles elementos, daríamos já como conhecido um dos termos da procurada definição: Portugal. Ora, que é Portugal?

A nova pergunta fará sorrir muitos, a cujos ouvidos soará como ridícula simpleza. Mas, este sorriso, é o sorriso fácil de quem já não medita, porque deixou o espírito adormecer no hábito de contar com a realidade através das ideias ou das frases consabidas, — e, por conseguinte, ao perder a faculdade de se espantar com o trivial, ficou cego, surdo e mudo para os problemas autênticos da existência. A pergunta de tal jeito não hesitará a responder, acompanhando a dogmática certeza com impaciente encolher de ombros: Portugal é uma Nação, cuja organização política e jurídica constitui o Estado português.

Desconvém acordar bruscamente quem repousa no sono dogmático. A título provisório, aceite-se, pois, a resposta. Mas, tomando-a por base, interrogue-se, logo a seguir: que é uma Nação? Se há Nações diversas, por onde, e como, se distingue a portuguesa das outras? E porque motivo nascer em uma Nação leva um homem a ser nacional dela?

Estas perguntas devolvem-nos à escuridão de que julgamos ter saído. No entanto, com elas, o problema inicialmente posto depara-se-nos agravado pela sua conexão com outros problemas. Se ser português o mesmo é que *pertencer* à Nação portuguesa, o assunto torna-se mais dramático, — pois, agora, já não se trata de averiguar o que é ser português, mas o que seja a entidade que de certos homens, que lhe pertencem, faz homens portugueses. E de tal sorte que esses homens, se pretenderem saber quem são, prèviamente terão de conhecer isso a que pertencem!

Segundo me parece, aqueles que, até hoje, resolveram o problema aqui levantado subsumindo o conceito de homem no conceito de Nação, estavam longe de

supor aspectos tão complexos e graves. Na verdade, se um homem é francês ou português por virtude de pertencer à França ou a Portugal, resulta daí que a nacionalidade, enquanto fundamental elemento do seu Destino, em vez de nele se radicar, antes do exterior o alcança, provém de certa entidade transpessoal, cuja índole desconhece, mas cuja força absorvente sofre, o atrai a cadinho misterioso, onde recebe modelagem inconfundível. Dessa entidade, das suas relações com ela, a sua existência adquire uma forma, um modo peculiar. O brasileiro, o espanhol ou o português, na terra de origem ou na alheia, sentem, pensam e actuam como brasileiro, espanhol ou português. A mais recente psicologia vai mesmo até ao ponto de descobrir cunho nacional irredutível nas atitudes corpóreas, na mímica e na gesticulação. De tão enèrgicamente se manifestar, este cunho nacional resiste mesmo às tendências desnacionalizantes; e o brasileiro, o espanhol ou o português, quando se abrem espontânea ou voluntàriamente às influências exóticas, apenas conseguem abafar, debaixo do modo de ser alheio por eles assimilado, o fundo originário e permanente, que neles começou a acumular-se com o leite materno.

Quererá isto significar, contudo, que ser nacional de certo país equivalha a não ser pessoal, a ser outro que não nós mesmos, parte de um todo, que precisamente existe acima de nós, apoiado em nós, dando-nos o modo de ser a troco da vitalidade com que se alimenta e de nós suga? Ser nacional equivalerá a ser o resultado de certas energias cósmicas, desenvolvidas no seio de certa forma de convivência, as quais se mostram aptas a modelar o humano de maneiras variadas, de sorte que o mesmo género se concretize, sem se anular, em diversas espécies? E sofrer tal actuação como coisa da terra, suportá-la no espírito e na carne, será o Destino, conjuntamente inexorável e delicioso do espanhol, do brasileiro, do português?

De propósito falei no condicional, ao formular estas perguntas, já que a curta meditação até aqui desenvolvida envolve tese metafísica. Mas o simples facto de semelhantes teses surgirem logo que se pretenda meditar sobre a Nação, denuncia imediatamente o que ela é: objecto metafísico. Como admirar, pois, que sobre ela se saiba tão pouco e se pense tão mal? A Nação é um plebiscito de todos os dias, — reza-o a célebre definição de Renan, ainda hoje repetida e celebrada como maravilha de clarividência. Mas, quem plebiscita — e que se plebiscita? Serão franceses, alemães, ingleses, portugueses os que plebiscitam a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha ou Portugal? A definição, nesse caso, reduz-se a mera tautologia: pois o problema consistia precisamente em saber porque motivo é francês, alemão, inglês ou português o homem que plebiscita. Ou, por outras palavras: por que motivo, plebiscitando ele a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha ou Portugal, fica francês, alemão, inglês ou português.

Bem sei que se pode a isto acrescentar o seguinte: a Nação é a memória colectiva de uma história comum, a participação de todos os homens do mesmo grupo no empreendimento comum da manutenção da sua convivência presente, meio de realizarem comuns sonhos e esperanças do futuro. Com aquele plebiscito diário, resolve-se tàcitamente o referido grupo a prolongar a herança recebida dos antepassados no presente em que vivem para a concretização da sua imagem prefigurada do futuro. No entanto, mesmo com este complemento, a definição permanece vaga e deixa inexplicado o motivo pelo qual adquirem certa nacionalidade os homens conviventes na forma dessa comunidade.

Tão pouco esclarece em que medida o condicionamento nacional do modo de ser de cada homem influi na revelação de quem eles são ou é influída por ela.

Talvez seja chegado o momento de notar o seguinte, que tem passado despercebido até hoje: a Nação começa sempre por ser ideia e obra de pré-nacionais! Faz o asserto figura de paradoxo. No entanto, a que vem tanta relutância em admitir que a realidade seja, por vezes, inesperadamente paradoxal? Aí está a nossa História para servir de exemplo, pois, de começo, Portugal não foi ideia nem obra de homens já portugueses. Essa ideia surgiu para a alma e a consciência dos homens que, entre o Minho e o Mondego, habitavam certa região da Península Ibérica. Mas, nesse momento, tais habitantes não eram o que os actuais são: portugueses. Acresce que tiveram, como primeiro chefe político e representante supremo dessa ideia germinativa, um borgonhês casado com uma bastarda do Rei de Leão, Castela e Galiza, a quem os aludidos territórios pertenciam. Afonso Henriques, filho deste matrimónio, foi o promotor enérgico da naturalização daquelas almas na Ideia de Portugal, pátria ideal de que andavam exiladas; foi ele quem lhes congregou as energias anímicas e físicas na criação dessa Obra de cuja continuidade somos penhor e agentes activos: Portugal.

O mesmo aconteceu, porém, às restantes Nações. Nem a Espanha, nem a França, nem a Grã-Bretanha ou o Brasil foram criadas por espanhóis, franceses, ingleses ou brasileiros, no sentido que damos hoje a estes termos. Mas, com esta verificação, chegamos a outro aspecto do problema. Na verdade, se não é admissível dizer terem os portugueses criado Portugal, talvez seja de aceitar o contrário: que Portugal criou os portugueses. Regressamos assim à tese metafísica de que a Nação produz os nacionais, sem todavia sabermos ainda ao certo o que a Nação seja. O único esclarecimento obtido, cifra-se em reconhecer que ela, de início, é obra de pré-nacionais, e, depois, com o rodar dos séculos, matriz sempre fecunda de nacionais. Só com o curso do tempo a Ideia nacional se identifica com os seus portadores, que passam a sentir-se como descendentes do mesmo tronco racial. Nesse momento, a Ideia nacional, ao concretizar-se numa obra comum, floresce numa cultura particular, cujas formas objectivas servem aos homens conviventes de forma de vida em comum. A Nação, por este aspecto encarada, é comunidade cultural vivente. Aí encontra cada homem nela nascido e formado a «situação cultural» em que se foi fazendo e revelando. Desde esta situação cultural veio a ficar inserido no conjunto das conexões espirituais, onde, ao actuar como tal homem, revelando quem é, simultâneamente funciona como órgão da Ideia nacional que vai conformando a duração da sua vida.

Surge o nosso problema agora situado em outro plano: o das relações do homem com o grupo de homens com quem convive e com a cultura comum. É por virtude dessas relações que a Nação, envolvendo co-autoria moral, implica corresponsabilidade perante o Destino conjunto daqueles que, ao cumpri-lo, terão igualmente de viver o seu Destino pessoal.

ANTÓNIO JOSÉ BRANDÃO

UM CONTO DO NATAL

VINHA de esperar alguém à porta do Café Nicola, na paz desse domingo coimbrão impregnado de recordações tão distantes que pareciam cair do céu choroso sobre a minha indiferença; de conversar com alguém no Café Nicola — conversa universitária: *Ars longa vita brevis, Errare humanum est* e *Nos quoque cavalgare sabemus.* Quando abanquei para almoçar na pequena sala de uma modesta pensão da Baixa, a voz conhecida do locutor da Emissora proferia entre plangências de sinos: «O Natal está à porta...»

Almocei, paguei a conta de dois dias e saí com a mala na mão. Faltavam ainda umas horas para a partida da camioneta da Beira que, depois de uma ausência de mais de trinta anos, me devia levar a uma terra que amei na mocidade. A oportunidade de uma viagem a Coimbra e à Guarda, quando ainda eram em mim bem frescas as impressões de uma visita na Galiza à capela de S. Miguel de Celanova e à igreja de Bande, determinou-me a tornar a ver Lourosa, aldeia querida, onde por várias vezes me chamara uma igreja, parente próxima daqueles dois monumentos.

O céu continuava a chorar sobre as colinas compadecidas e continuavam a trabalhar-me na imaginação a frase «O Natal está à porta» e a plangência dos sinos da telefonia. A minha antiga veleidade de escrever um conto do Natal, qualquer coisa como uma melodia muito simples modulando do cinzento de uns dias assim para o branco alvíssimo da neve. Dos onze para os doze anos fiz a primeira tentativa, mal podendo então adivinhar que a pena havia de ser-me companheira por toda a vida, quer como instrumento de trabalho quer como instrumento de suplício com que me resigno a brincar nos momentos de impotência. Já a paisagem da estrada da Beira corria diante dos meus olhos à velocidade da camioneta e a noite caía sobre a paisagem, ainda me perseguia a recordação daquela veleidade infantil:

«Por uma noite medonha, a diligência de Mogadouro arrastava-se na estrada, fustigada por chuva e vento. Era noite de Natal. Ao lado de um único companheiro de viagem, que adormecera vencido do cansaço, Carlos entregava-se aos mais inquietos pensamentos...»

Dentro em pouco, o escuro da noite nada mais me permitia ver além das curvas dos montes desenhadas no céu opaco, das casas e das árvores plantadas ao longo da estrada. Sòmente ao atravessar a serra de S. Pedro Dias o nevoeiro fez uma aparição a quebrar a monotonia desse desfile de

imagens indiferentes. O conto prosseguia: «Como iria encontrar sua velha mãe, de saúde tão delicada?» Pungia-o como um pressentimento a casualidade infeliz que nessa noite o fazia chegar tarde...»

A camioneta parou na Ponte da Mucela. Dez minutos de demora. Desci. Ouvi uma conversa e perguntei ao homem que dizia que ia dormir na Venda da Esperança (preocupava-me a ideia de encontrar logo ao amanhecer a chave da igreja — dispunha apenas de uma hora entre a passagem na Venda da Esperança da camioneta de Galizes, onde tinha que dormir, e a ascendente):

— Passa ainda hoje em Lourosa?

— Só amanhã.

— Ainda por lá existem E. E. de M.?

— Ainda lá há.

— Manuel E. de M.?

— Esse morreu.

— Maria Augusta...?

— Essa morreu também.

«No resto do percurso, a noite pareceu-me mais escura. Só via as luzes dentro da camioneta. Morreram, pois, — pensava eu. É natural. Chego tão tarde! Lá por longes terras eu dizia: Quando regressar a Portugal, a minha primeira visita será para Lourosa, uma aldeia que tem uma igreja mosárabe. Os meus amigos estrangeiros achavam até característico esse traço de fidelidade. Há já dez anos que regressei. Para só hoje chegar...»

Na pensão, em Galizes, queria pagar antes de me deitar («É só dormir» — Só) para seguir, logo que acordasse, ao meu destino. Era cedo para a feira...

— Não vou à feira. Vou ver a igreja, que conheci antes de restaurada. Há mais de trinta anos. Quereria ver também uma senhora desse tempo, a primeira criatura boa que conheci. Deu-me cama e comida em ocasião em que talvez a minha bolsa não chegasse para pagar uma hospitalidade que não era, casualmente, indústria da terra. De outras vezes que tive de voltar, em casa dela ou do irmão me hospedava. Agora me disseram que já não vive. De uma vez, levei-lhe sementes de flores, que ela me pediu. Gostaria, ao menos, de saber se ainda existem em Lourosa flores descendentes dessas flores.

A fisionomia ingénua da aldeã traduzia um desejo intenso de animar e de saber.

— Era a Sr.ª Maria Augusta...

— Logo me lembrou que fosse ela, que ela gosta muito de flores.

Pois vá a Lourosa, que ainda a vê. Ainda outro dia a vi passar na camioneta. Ia para a casa dos senhores do Paço. Que ela é costureira de andar pelas casas ricas.

— Sim. Era costureira.

— E quando quiser ir para o seu quarto...

— Mas precisava que me arranjasse alguma coisa de comer...

— Por isso eu lhe perguntei se era só para dormir.

— Estava distraído.

Dormi a noite toda de um bom sono que me não deixou a impressão de ter interrompido a alegria de um rejuvenescimento em que parecia ser màgicamente transportado a um momento culminante da minha vida pergressa. Despertei à hora precisa. Quando me encaminhei para a janela, — parecia-me um milagre — a lua brilhava como uma lâmpada muito alta e a aurora anunciava-se louçã sobre o viso dos montes. Parecia dilatar-se-me o peito ainda ávido dos eflúvios de uma primavera perene.

O sinal da camioneta nem me deu tempo de acabar o café.

Da Venda da Esperança, voei mais que corri a Lourosa.

— Sr.ª Augusta — dizia o meu companheiro (o filho andava à procura da chave da igreja) —, está aqui um senhor que a quer ver.

— Sr.ª Augusta, há trinta anos vinham aqui muitas pessoas ver a igreja. Veio um professor das Belas-Artes de Lisboa com os alunos... Nesse dia apareceu também, por acaso um estudante de Coimbra...

— Olhem quem ele é! Eu agora não o conhecia, porque então não trazia isso... *(Não trazia ainda a barba dos meus dezoito anos).*

— A senhora deu-me de comer, fez-me a cama além, no paço, e até, para entreter o serão, me arranjou uma rapariga para namorar — a professora...

— Pois os outros não o quiseram levar...

— A senhora mandou-me chamar no caminho da Venda da Esperança... Eu não conhecia a hospitalidade das nossas aldeias. Ia comprar tabaco para iluminar uma noite ao relento...

— Ao outro dia foi para o Barril. Ainda tive de lhe dar a merenda.

— É certo. É certo. Queijo e pão... E o almoço.

Abraçava-a com confiança de velho. A voz um tanto masculina da minha amiga dizia tudo. Parece que o não contara menos vezes do que o recordara eu.

— Entrem. Entrem. Vou fazer o café.

— Já tomei. Obrigado. Tenho de ir na camioneta de S. Romão.

— Então, querem jeropiga, licor ou aguardente só...?

— O que primeiro sair... E, agora, a igreja. *(A impressão que me*

causou da primeira vez que a vi, como se de repente vibrassem as preces das gerações que a construíram e de todas as que nela habitualmente rezaram...)

Vi sôfrega, desordenadamente a porta do transepto, a da Epístola, o *narthex* abrigando as pedras apeadas, fixei bem o *ajimez* da fachada — «o Sr. Manuel Quaresma, que Deus tem, deixou-me arrombar a grade interior para medir o arco...» A chave para entrar não apareceu. Estava na mão do mestre-de-obras, que andava por fora. Espreitei por uma frincha da porta. Vi as luzes praticadas no topo da capela-mor.

— Está bem iluminada.

— ...Por dentro está a mesma coisa.

— Então, vou-me lá, que é tarde.

— Quase a correr, já deixara para trás as últimas casas de Lourosa... «Mas de que frestas recebe luz? Preciso de ver.» Voltei atrás. Foi a ocasião de ver a minha amiga que, largando de casa, rondava a igreja. Era ali mais harmónica a sua pequena estatura, a cujo acentuado vigor a alvura do cabelo emprestava espiritualmente. Não era tão velha como a julgara quando, decerto, ainda não sabia calcular a idade das mulheres do campo.

— Não pude ver a igreja.

— Vê-a para outra vez.

Desapareci por trás do campanário. Subi a escada de ferro e estive algum tempo em observação. Mas não me lembrei dela ou tive obscuramente o receio de a surpreender, subindo ao patamar. Quando voltei, já a não vi.

Pus-me a caminhar ainda mais depressa, para adiante afrouxar. Com o sol já alto, acamara a névoa toda no sopé do Colcorinho. Passavam carros, grupos de mulheres com bácoros para a feira... Toda a região vivia na minha memória: a corrente pura do Alva, o eflúvio da primavera e o murmúrio dos pinheirais...

Quando parei, a Venda da Esperança, presente ali a meus olhos, reflectia-se no espelho da memória, como se a torrente da existência parasse imobilizada por uma lira de Orfeu.

Tinha conquistado um pouco de eternidade à vida.

Tinha terminado o meu conto do Natal.

EDMUNDO CORREIA LOPES

VIAGEM DE INVERNO

1 Aquela terra, longe,
Com sangrentos sobreiros,
De onde vèem ribeiros
A juntarem-se em ti, meu claro Sado,
Foi a terra onde tive,
Na tristeza de inverno,
O meu Natal eterno.
Sempre, ao vir de dezembro, enregelado
O campo e em solidão,
Ia ver meus Avós.
Já no comboio, sós,
Eu e tu, pobre António (meu criado,
E para a Casa «o Fontes», «do Conselho»),
Nos víamos, imagens, sobre o espelho
Das vidraças do trem iluminado.

2 Triste melancolia
De ver a baça imagem
De um menino em viagem
Entre dois lares, feitos de ternura...
E a solidão nocturna
Que atrás dos vidros foge...
Agora onde se aloje
Não tem esta lembrança de amargura.
Frente a frente me vejo,
Sem ter onde me acoite,
Em pior, triste noite,
Com o vulto que fui na noite escura...
E penso que, relâmpago de um trem,

Tendo por fundo a vida, o nosso bem
Corre entre o berço e a paz da sepultura.

3 Não ficará, talvez,
Do ardor em que me encerro,
Nesta estrada de ferro
Que vai, sem que consinta o desviar-me,
Mais do que esta ilusão,
Imagem que interroga,
A noite, e dialoga
Com fantasmas que, em vão, querem deixar-me.
Se é assim a saudade,
Lembrança dum reflexo,
Antes o teu amplexo,
Morte esplendente, venha libertar-me...
Ou, junto da lanterna verde e rubra,
Humilde guarda-linha, a luz me encubra
Da vida, o trem que passa a dar alarme.

4 Sim, Deus, porque seria
A caminhada imensa,
De um fantasma que pensa
E sofre inùtilmente, entre dois lares?...
O mesmo, o desse amor...
Partir do Céu, volver,
Vão percurso o viver,
Ao mesmo Céu, como entre duas gares.
Pobre consolação
Do espírito covarde...
Mas quem Te adora, e arde
Da Tua própria força, similares
Aos Teus quer sonho e esforço. E não proémio,

A vida, de um descanso (infantil prémio !)
Mas criação do bem que desejares.

5 E vós, sombras da noite,
Correndo, paralelas,
Para além das janelas
Do trem onde me vi, em vós não erra,
Fantasma triste, inútil,
O meu ser de menino.
Dele vive o divino
Em mim... E para além da fria terra
Ao Teu sonhar, meu Deus,
Seu puro sonho leva.
Flor de luz, quando neva
Sobre os campos do mundo, se descerra...
E esse eterno momento, entre os extremos
Do nascer e da luta, os bens supremos,
Da bondade e perdão, me dá na guerra.

6 Porque me não sagrou
A morte esse momento,
E vim ser pensamento
Em vez de sonho, e dor e consciência
Da tragédia de Deus?
Não é vã a palavra
Feliz a quem não lavra
Campos de dor e vai, na veemência
Dos sonhos infantis,
Fazer que Deus recolha,
(Pobre e humilde folha,
Arrancada ao viver, sem resistência)
A graça imarcescível de um delírio

De sonho... Antes que venha o teu martírio,
Vida, amargar-lhe a seiva de inocência.

7 Eu chegaria ao Céu
Dando-te a mão, António,
Sem temer o demónio,
Ante o qual tu tremias, de pavor,
Se eu te contava a lenda
Da Dama Pés de Cabra.
E tu dirias: «Abra,
É Seu neto que vem vê-Lo, Senhor».
E eu, quando o Céu se abrisse,
Sorriria, feliz,
Vendo o Santo Juiz
Tão semelhante ao meu Avô Doutor.
E Ele, (meu Deus, o que as crianças pensam!)
Falando com ternura, a dar a bênção:
«Vens me trazer o meu Natal de amor».

8 Era em verdade o Céu...
Logo ao pátio de entrada,
Essa boa criada
Que me foi quase Mãe (e vi morrer
Em meus braços, depois)
Dizia: «Vem tão grande
E forte! Deus nos mande
Cedo os Natais, para o podermos ver».
Agora esperarás
Que eu junto de Deus seja,
Para dizer-Lhe: «Veja
Como vem forte e grande (de sofrer)
Mas bem triste, depois que lhe morri».

E mais não sabes, minha doce Gi,
Quanta dor tem o sonho de viver.

9 Não mo dirias nunca,
Minha Avó, nobre Santa,
Cuja lembrança encanta
Minha alma, de ternura e de bondade...
Mas tu, meu grande mestre
De coragem viril,
Tão forte contra a vil,
Covarde, interesseira ruindade,
Tu, meu Avô, soubeste,
Dar-me este sonho, austero,
Com que na dor impero,
E que vivo, sem quebra da vontade:
O dever de cumprir com Deus, criando
A minha própria honra, e desprezando
Honrarias e prémios da vaidade.

10 Não me escolheu em vão
O teu amor, descansa...
Mereço a confiança
Que tu punhas em mim. A dura vida
Jamais rompe o meu ânimo.
Pode tornar-me pobre,
Mas nunca menos nobre.
Nem já vencer-me... Pois não foi perdida
A dor a que me dei.
Os séculos vindoiros
Hão-de enramar de loiros
A coroa de espinhos embebida
Em minha fronte. E nem de ti careço,

Consolação da glória. Nem do preço
De dor sinto a minha alma enfraquecida.

11 Basta-me esta lembrança
Em noites de invernia,
De um Avô que relia,
Com seu neto, as estanças de Camões;
Ou lento, trasladava
A divina Orestíada,
Ou versos dessa Ilíada
De que eu fiz a tragédia das paixões.
E saber que também,
Daqui por um milénio,
A força do meu génio
Há-de, viva, acordar iguais visões...
E que, ao ler-me, também um outro avô
Há-de ter esse orgulho que exaltou
O amor do meu, às minhas ambições.

12 Breve as férias juntavam
Toda a minha família...
E que ardente vigília
A da noite divina do Natal.
Pastores, no Presépio,
Conduzindo as ofrendas,
Falavam-me: «Essas prendas
Venha dá-las também ao Maioral».
E os três Reis, hesitantes,
Mostrando-me aos pastores:
«Ele é igual nas dores
E vem remir a dor universal.»
E eu, de repente, ouvindo os seus oragos,

«Dai tudo a Deus», gritava aos três Reis Magos,
«Ele é mais forte, pois venceu o mal».

13 E minha Mãe beijava-me,
Na dor a esp'rança envolta,
Ouvindo a frase solta
Que revelava todo o meu sonhar.
Meu Pai, de inquieto orgulho,
Apertando-me ao peito:
«Porque serás eleito
Da imensa dor humana de criar
Sonho, ante os Céus calados?»
Meus Avós, na coragem
De uma ardente linhagem,
Feita a servir a Deus e a batalhar,
Diziam: «Vencerá nesse caminho».
Só a Gi soluçava: «O meu anjinho,
Quanto tem que sofrer e que chorar!...»

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

LEOPOLDO DE ALMEIDA — «*Nossa Senhora*»

(Numa nova igreja de Lisboa)

CAÇADA

Era um cabritinho negro, muito lindo, de olhos doces. Quando o arrastaram com uma corda no pêlo liso e brilhante do pescoço, berrou lamentàvelmente, como se adivinhasse. Distraiu-se, pelo caminho, pulando com alegria, quanto davam suas perninhas extravagantes. Amarraram-no a um arbusto florido, na orla da floresta. Os homens que o trouxeram ocuparam-se em construir uma tranqueira com paus trançados, bem alta e fechada, para que nada pudesse chegar à alegre vítima negra, sem pular e sem ser vista da rampa. Fora começava a clarear. O animalzinho voltou ao mato o rabinho erguido como um protesto. Temia decerto a fealdade dos seus contornos sombrios. Ao partir, disse o homem que o amarrara:

— Pena deixar para a onça um bichinho tão bonito!

— Não damos tempo da bruta chegar nele — disse o outro com uma segurança que provocou maliciosas olhadelas do companheiro. O animal ficou sòzinho e não tardou a se esquecer de todos os perigos. Havia um belo sol, uma corda comprida, dando-lhe gostosa ilusão de liberdade, a grama era verde e ele muito novo. Tinha nascido na primavera anterior. Entretanto, a sua alegria durou pouco. Chegou-lhe às narinas sensíveis o cheiro do inimigo. Pulou e berrou desesperadamente, esperando que a mãe, a bela cabra de malhas brancas e pretas, o viesse tirar do apuro. Porém não foi ela que atendeu ao chamado.

A cachorrada onceira da fazenda levantou a onça e então foi vista a coisa mais linda do mundo: o salto elástico de um punhado de luz fulva, que se distendeu e ultrapassou a tranqueira. Ela pulou ainda uma vez, com a facilidade de uma bola de borracha que ressalta. Caminhou rápida e suavemente sobre um tronco grosso inclinado e girou num volteio ágil, agachando-se atrevidamente, devagar, atenta, provocante. Ondulava e negaceava, com pequenos arrepios coléricos no bigode. Avançou uma das patas e recolheu-a. Parecia prestes a pular sobre os cães. Detinha-se, entretanto, imóvel, numa atitude que era representação viva do movimento. Como se tivessem fixado com uma câmara, um instantâneo do pulo, no momento mesmo em que começa. A luz tremia nos seus olhos e na linha eriçada do dorso dourado, onde se destacava um traço negro. Ficou lá em cima, belíssima, arrepiada, como um gato irado, com pêlos de ouro cintilando ao sol.

Não era preciso silêncio. Podia-se gritar à vontade e o faziam numa excitação demoníaca. Os cães acuavam a fera, latindo em torno do tronco, de onde ela os espreitava. Os homens desceram a rampa, correndo de todos os lados, com as armas nas mãos. Pararam a certa distância, emboscando-se atrás das árvores, ajoelhados ou deitados no chão, para o tiro com apoio.

— Deus comigo, São Miguel com as almas! — gritou João Bento no mais aceso da correria.

O paulista, que nunca estivera numa caçada, tinha introduzido naquela a estupenda inovação de aparecer montado. Estava arremetendo o cavalo para a frente e o animal bufava, erguendo-se sobre as patas traseiras. Bruscos estremecimentos percorriam-lhe o corpo, sob o pêlo lustroso. Recusava-se, positivamente, a tomar parte no perigoso esporte. Um trecho escuro de mato os engoliu a ambos. Reapareceram num recuo cómico, um minuto depois. O homem desmontou ràpidamente e desapareceu entre a folhagem, abaixado, levando nas mãos a *Winchester* de dois canos.

Partiram muitos tiros ao mesmo tempo. Anulou-se aquela esplêndida vida.

— Matou!

Não. Ainda não. A fera rasgou com as garras aceradas o tronco, numa tentativa de equilíbrio. Veio abaixo afinal, com as unhas cheias de cascas. Os cães amontoaram-se sobre ela. Reergueu-se furiosa, e, com patadas fulminantes, feriu e matou.

O que sucedeu depois, semelhou-se a uma sequência de filme passada em câmara lenta. Os homens surgiram e avançaram lentamente, formando um vasto semicírculo. Davam um passo vagaroso e tacteante, sem olhar para o chão, deixando para os pés, exclusivamente, a tarefa de escolher terreno. Paravam. Outro passo, outra parada e outro passo. Os olhos fixos lá adiante, na luta. Hipnotizados. E outro passo, e outra parada. Contra a vontade, mas fascinados. Outro passo... Tamanha lentidão mexia com os nervos mais do que a algazarra dos animais.

José começou a arrastar-se pelo chão. Tinha que mostrar que valia mais do que «eles», embora ìntimamente os desprezasse. Nunca lhe pareceu, como nesse momento, tão aguda a consciência do seu próprio corpo. Surdo ao apelo das entranhas, destravou a arma. Por um minuto desejou apenas permanecer. Ser como uma árvore e deitar raízes. E, quando se resolveu, o corpo relutante pesou contra o solo. O suor brotou-lhe das axilas e da face anterior das coxas, na parte em que elas se defrontavam. Passou uma das mãos entre as pernas e levantou-se depressa. Quase per-

deu o equilíbrio. Correu abaixado um pouco, endireitou-se e partiu firme para a frente. Dominou a agonia do medo e correu direito. Agora não poderia recuar. Sentia grudados nas costas os olhares de todos e sabia que eles esperavam vê-lo fracassar. Ouviu Netinho gritar-lhe o nome com uma ansiedade que o obrigou a envergonhar-se da bravata. Mas Henrique anulou o efeito da ansiedade de Netinho.

— Na cabeça ! — gritou apressado, gesticulando — Na cabeça. Não estrague o couro.

José corria num automatismo cego de fuga. A detonação soou a poucos palmos do seu rosto. Segurou firmemente o fuzil, contendo o coice da arma. Milhões de estilhas de som despedaçaram o ar e vibraram nos seus tímpanos. Receou que alguém houvesse atirado por trás dele e o tivesse atingido. Cambaleava ainda quando viu a fera dar o seu último salto, belo e rápido, como o de um gato atirado de um telhado. Quase voo, metro e meio acima do chão, e depois a imobilidade.

— Na cabeça !

José olhou e nem podia acreditar em sua sorte. Era o fim. Mais uma contorsão e apagaram-se os olhos raivosos do animal. José olhava atentamente e um arrepio correu-lhe ao longo da espinha, como água gelada. Largou a arma que bateu com um ruído seco no chão.

— Está destravada, seu louco !

José não soube explicar como foi que aquilo, nem bem acabou, começou a parecer sonho. Ouvia de longe o diálogo travado em torno dele.

— Bonito tiro !

— Também, dessa distância, qualquer um faz bonito.

— Mas não é qualquer um que chega a essa distância... — disse João Bento queimado, como se fosse com ele o remoque.

De súbito a fera estremeceu.

— É o veneno — disse um caipira.

Como tinha soado engraçada e distante aquela bobagem de veneno de onça !

Vagamente, José achou que os olhos de Maria da Glória... que os olhos da fera... que aquele modo de espreitar por baixo das pálpebras descidas...

R U T H G U I M A R Ã E S

PÁGINAS DE ANTOLOGIA

CANÇAM A CAMOENS

Co'uma espada de prata e lyra de ouro,
Clarissimo Camoens, me appareceste
No cimo do Parnaso alcantilado;
E eu, posto numa enlêvo duradouro,
Gravei na mente essa visam celeste
Que em numeroso verso aqui traslado;
Estavam ao teu lado
Duas Musas de candido semblante,
Calliope que sopra na canora
Trombeta retumbante
Cujo clangor os echos apavora;
E Euterpe que da rude e agreste avena
Tira uma melodia pura e amena.

Esta afina o instrumento donde parte
Um longo e suävissimo gemido
Cuja tristeza eu tambem sinto e entendo,
E de improviso Amor vem a esta parte
E traz nas mams teu coraçam ferido
Donde vermelhas gottas vam correndo.
Com elle vem o horrendo
E escuro Fado que jamais se cança
De atormentar um generoso peito,
Alevantando a lança
Que atravessou teu coraçam desfeito —
E emquanto lentamente vam passando,
Ri-se o Fado cruël, geme Amor brando.

Emmudecendo a frauta, eis se derramma
O som da horrivel tuba que o repouso
Subitamente rompe do ar visinho;
E eu vejo o Capitam Vasco da Gama,
Aquelle gram Lusiada famoso
Que descobriu das Indias o caminho;
E (ó destino mesquinho!)
Vejo a misera Ignez tam meiga e amante,
Longe de Pedro, saüdosa delle,
Lamentar-se diante
Del-rei que ao duro sacrificio a impelle:
De Vasco o Tejo está lembrado aïnda,
Chora o Mondego a Ignez languida e linda.

Eis se alça Adamastor fero e iracundo,
Como uma nuvem negra apparecendo
A' frota, do naufragio ameäçada.
Treme nos fundamentos todo o mundo,
Quando elle em tom altissimo e tremendo
Blasphema, grita, brama, ruge e brada.
Eis surge a sublimada
Venus superna que nasceu da escuma;
De flores se matisam as campinas,
A aragem se perfuma
E serenam as ondas neptuninas:
Protege a deusa o peito lusitano,
Conquistador da terra e do oceäno.

Cessa o clangor e eu vejo aïnda em sonho
Descer do empyreo angelica figura,
De ouro tingindo as nuvens e de rosa.
E no semblante placido e risonho
Leio a felicidade branda e pura
De quem muito soffreu e agora gosa:

E' Natercia formosa,
O' bom Luïz, exemplo de amadores,
E' tua alma gentil, encanto e vida,
Amor de teus Amores,
Sempre adorada e nunca possuïda,
Ei-la que vem da luminosa parte
Para de verdes myrtos coroär-te.

Da baixa terra tambem sóbe a vêr-te
Outra figura, envolta em negro luto,
Que no passado mais ditosa viste.
Do longo caminhar cançada e inerte,
De lagrimas o rosto nunca enxuto,
Suspira e nenhum peito lhe resiste:
E' Lusitania triste,
E' tua ingrata maen que ancia secreta
De saüdades sente dentro da alma,
Mas vendo-te, ó Poëta,
A magoa se lhe um pouco abranda e acalma.
E para que o remorso menos doa,
De immarcesciveis louros te coroa.

Cançam, vôa ao Parnaso
E ao Mestre amado meu que lá de cima
Me ouve cantar em venturoso enlêvo,
Entrega o verso e rima
Que em tributo offereço do que devo.
E se durares qual lhe dura o nome,
Fico que nunca o tempo te consome.

ODE Á LINGUA PORTUGUEZA

Lingua minha, se agora a voz levanto,
Pedindo á Musa que me inspire e ajude,
Sómente sôe em teu louvor o canto,
Indaque a lyra seja fraca e rude;
E tudo quanto sinto na alma, e digo,
Já que na alma nam cabe,
Comtigo viva e acabe — só comtigo.

Lingua minha dulcisona e canora,
Em que mel com aroma se mistura,
Agora leda, lastimosa agora,
Mas nam isenta nunca de brandura;
Lingua do gram Camoens, a que elle ensina
A symphonia rara
Que em tudo se compara — co'a Latina.

Lingua, na qual eu suspirei primeiro,
Confessando que amava, ás auras mansas
E agora chóro, á sombra do salgueiro,
Os meus passados sonhos e esperanças,
Na qual me fez outrora venturoso
Aquella doce fala,
Que sómente escutá-la — me era um goso.

Lingua em que o meu Amor falou de Amores,
Em que de Amores sempre andei cantando,
Em que modúlo os mais encantadôres
E deleitosos sons de quando em quando
E espalho accentos inda nunca ouvidos
De magoas e de gosos,
Murmurios amorosos — e gemidos

Sempre e sempre te eu veja meiga e pura
Naquella singelleza primitiva,
Naquella verdadeira formosura
Que farei que no verso meu reviva.
E se apenas ao mundo se revela
Um pouco desse encanto,
Ha-de mostrar-lhe quanto — és rica e bella.

Outros andam o teu sublime aspeito
De ornamentos estranhos encobrindo,
Occultando o que tens de mais perfeito
E de mais precïoso e de mais lindo:
Como direi que és tu? Triste, o duvido
E nam te reconheço,
Se o teu valor e preço — jaz perdido.

Quanta e quamanha dôr me surge e nasce
De nunca ouvir aquelle antigo estylo,
Mas eu fiz que elle aqui se renovasse
Para que o mundo agora possa ouvi-lo.
E com todo o poder de engenho e de arte
Foi sempre o meu desejo
Vêr-te qual te ora vejo — e celebrar-te.

Ah! como assim me agradas e me encantas,
Suävissimamente assim gemendo;
E se te outros ofendem vezes tantas,
Embora solitario, eu te defendo:
Eu te defenderei sem têr descanço
E em luta nam ingloria,
Ou verás que a victoria — e a palma alcanço.

E em pago disto, peço-te que exprimas
Quanto neste meu peito vive e mora:

Dá-me versos dulcissimos e rimas
Cheias de branda musica sonora,
Dá-me uma voz melodïosa e amena,
Para que eu noute e dia
Cante minha alegria — ou minha pena.

E nam quero um som alto e retumbante
Para cantar de Amor ao mundo attento,
Pois nam ha lingua que de Amor nam cante,
Mas nenhuma traduz o meu tormento;
Nenhuma se conhece em que eu traslade,
Senam em ti sómente,
Do coraçam doënte — a Saüdade.

J O S É   A L B A N O

FILOLOGIA E LITERATISMO
(CRÍTICA E SISTEMA)

A literatura é produto cultural moderno. Assim, na Antiguidade, não houve literatura. Não há «Literatura Antiga», a não ser que a palavra «literatura» còmodamente designe um conjunto de escritos, circunstancialmente qualificado, e, então, seja quase o sinónimo de «bibliografia», — ou que pretenda significar a comunidade dos géneros denominados literários, permanecendo, neste caso, o seu conceito, inerte dentro de um círculo vicioso.

Ascender, da representação vaga, ao conceito rigoroso ; inferir, da existência eventual, a essência necessária da literatura, exigirá, antes de tudo, a possibilidade de determinar a «realidade», digamos assim, do *literário*. Deparam-se-nos, porém, em lugar que não compensa, histórias da literatura ou críticas literárias, que não preenchem a falta daquela indispensável determinação.

A história da literatura, — de um povo, de uma época, de todos os povos e todas as épocas, — deixa sempre chegar à extravagância o conceito de literatura. Quando muito, define os géneros «épico», «dramático», «lírico», «retórico», «histórico», «romanesco», filosófico», etc.. Define portanto, a literatura, por assim dizer, como o «lugar comum» de todos esses géneros. O «comum» é a «letra»...

Nenhum mal-entendido proviria da confusa comodidade do pré-conceito histórico-literário, se, modernamente, não tivesse surgido o mais confuso e mais cómodo pré-juízo crítico-literário.

A crítica literária é função do «literatismo».

Denominamos «literatista» a infundamentável traslacção da literatura, — fenómeno cultural moderno, repetimos, — para além do respectivo círculo de existência ; ao sistema, segundo o qual se adjectiva de *literárias,* autênticas expressões da consciência humana. Por outras palavras, denominamos «literatismo» à infundamentada superlação da crítica literária a esferas gnoseológicas, às quais só a verdadeira *filologia* de direito e de facto, pode ascender, — nomeadamente, ao conteúdo noético das expressões escritas da consciência religiosa, poética e filosófica.

Tal como o «cientismo», assim o «literatismo» sinala uma perigosíssima vertente da cultura moderna, que a especulação autêntica deverá evitar, sob pena de incorrer nos mais funestos equívocos.

Esta vertente cultural segue paralelamente à de uma ilusória facilidade de acesso à verdadeira ciência. Deste ponto de vista, o jornalismo

e a imprensa podem e devem ser considerados como os progenitores imediatos da literatura. A maior restrição do círculo dogmático, dentro do qual se move a crítica *literária* da obra *literária,* parece, efectivamente, definir-se pela inversa da progressiva vastidão do público *letrado:* a extensão em superfície exige a restrição em profundidade.

Repare-se que não julgamos, nem condenamos, o exercício da actividade crítico-literária. Seria isso tão pretencioso e inútil como pretender abolir a licença de opinião. Tão pouco condenável é o juízo crítico, como a divulgação cultural ou a propaganda política. Tentamos, sim, compreender num género, todas estas espécies de actividades culturais ou políticas; procuramos delimitá-las dentro do círculo mental que justifica o respectivo exercício. Assim, quanto à literatura, apenas interessa aludir à deficiência lógica dos critérios (?) de comparação, de influência, de reacção, de gosto e de outros congéneres, usados pela crítica; e, mais interessa denunciar a opacidade de qualquer destes critérios, singularmente, ou de todos eles, conjuntamente, desde que a visão pretenda atingir o princípio e o fundamento de obras tais como a epopeia de Homero, Milton e Camões, ou a tragédia de Eurípides e de Shakespeare.

Só à filologia, entendida como ciência, compete desocultar os conceitos e revelar as ideias, viventes nas mais belas e sublimes expressões verbais da consciência humana.

Não essencialmente, mas, apenas, gradualmente, distinguimos, pois, a filologia da filosofia. A filologia não é menos que filosofia *in nuce,* nem a filosofia é mais que filologia *in fructu.* Como na semente se fecha o ciclo vital, involuindo agora o corpo vegetativo na finitude obscura da terra, para logo evoluir na infinitude luminosa do céu, assim, no conceito se fecha o ciclo racional, ingressando agora a consciência na penumbrosa implicação da «letra», para logo regressar à luminiscente explicação do «espírito».

É, pois, manifesto que um método filológico floresce em sistema filosófico, e que um sistema filosófico radica em método filológico. E, por reversibilidade cíclica, também é manifesto que todo o método filológico deve a existência actual à actual ou possível essência de um sistema filosófico.

***

A actividade crítica, em Portugal exercida, no intuito de penetrar no âmago conceptual das obras de poetas contemporâneos, tais como Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoais e José Régio — para não falar senão de alguns dos maiores, em elevação ou depressão ideal, — oferece aspectos que exemplificam claramente as palavras que precedem.

Nunca uma crítica a-filo-*lógica,* abordará as obscuras e longínquas regiões, as ignotas terras do espírito, da alma e do corpo, que esses poetas foram descobrir, mas deixaram encobertas. O *logos* dorme ainda, embalado ao ritmo, ou jaz entorpecido na cadência do verso. Despertá-lo, — eis a missão que jamais cumprirá a análise comparativa, a pesquisa de influências, a denúncia de reacções ao ambiente ou a questão de bom-gosto.

A actividade filológica é o único processo de assimilação viva da ideia verbalmente expressa. Graças ao sistema filosófico sub-agente, inferirá a filologia, da expressão poética o cerne noético, da palavra escrita, mais acessível, a menos acessível ideia intuída. Graças ao sistema, — pois, *sistemático* é, necessàriamente, todo o pensar.

Mas, a crítica literária não confia em sistemas...

Tal desconfiança provém de um mal-entendido de que nenhum autêntico sistema filosófico é responsável. E fàcilmente se depreende do escrito e do dito acerca de «sistemas filosóficos», que a responsabilidade cabe, de início, a uma obscura e obscurantista confusão do crítico.

Ao que parece, entende-se vulgarmente por «sistema» filosófico, *a rígida, sólida, inabalável disposição das respostas a toda a possível ou actual problemática, em torno de uma pré-concebida ideia.*

Ora, o sistema, o verdadeiro sistema filosófico, ainda que pese ao cómodo e irreflectido pré-conceito do crítico... não é nada disso ! Isso seria antes a morte do sistema. É certo que o esqueleto é a parte mais rígida, sólida e inabalável, do corpo ; mas é também a menos viva, a que mais resiste à corrupção, que é, na vida, a outra face da geração.

O sistema é a *forma* vivente da actividade especulativa e, como tal, aspecto, ou figura organizada da *matéria* sensível, inteligível e razoável.

Estranhamos, por isso, a posição anti-sistemática de escritores mais ou menos permeáveis a noções de raiz «vitalista», de-fronte ao anunciado e às soluções do problema crítico-literário.

A não ser que tal posição esteja focada noutro centro de interesses, nomeadamente, no da política cultural ou cultura political, donde talvez a actividade crítica vem descendo ao jornalismo pela inclinada vertente pragmática... A não ser que o anti-sistematismo seja, de início, «sistema» de combate.

EUDORO DE SOUSA

ANTÓNIO DUARTE — «*A Virgem dos Pastores*»

(Na Serra da Estrêla, esculpida na própria montanha)

Breve tratado de não-versificação

I

Que trajectória complicada
Faz a água nas vísceras do monte,
Até sair purificada
Da fonte
E escoar-se no chão,
Como se não
Valesse nada!

Assim é a poesia
Que mereça esse nome — e a luz do dia.

2

Cada palavra possui
Uma longa, longa história.
Todas nos dizem: — Eu fui...
Ter-sido que se dilui
Nos meandros da memória.

3

Cada idioma contém
Um mistério tão profundo,
Que apenas (oh, raro bem!)
À flor da poesia vem
E se detém um segundo.

4

Quando a vida está doente,
A missão do poeta é auscultá-la
E — com fala clara e quente —
Dar a quem sofre o que sente
A ilusão de curá-la.

5

Um frouxo movimento pendular
O nosso voo lírico entorpece:
Ou lúgubre queixume, ou riso alvar...

À míngua dum autêntico avatar,
A nossa língua não amadurece.

6

O pescador de essências
Não quer saber de pérolas:
Prefere aquele mistério
Que está por baixo delas.

7

Temas que andais no ar,
Nìmiamente comuns
— Rumorosos insectos
Invisíveis:
Há quem vos considere
Propícios, necessários,

E tenha sempre pronta
A mão, para caçar-vos.
Eu também ouço os vossos
Zumbidos sibilinos,
Mas tento (inùtilmente...)
Sacudir-vos.

8

Em cada hora lateja
Um sentimento diverso
E uma ideia original
Faz esforços por nascer.
Imaginamos que a vida
Foi voltada do avesso,
Mas pouco foi descoberto
E está tanto por dizer!

9

Penso
Que o silêncio é imenso.
Entanto,
Se um grilo canta no silêncio,
O seu ínfimo canto
Vence-o.

10

Coisa tonta é a poesia
E fria a filosofia,
Se uma à outra não estão presas
Como as irmãs-siamesas.

11

Qualquer coisa no escuro
Reverbera.
— Procuro? Sim, procuro...
E a voz que me exaspera:
— Não faças isso, espera!
Pode ser uma estrela,
E estarias impuro
Para ela.

12

Há quanto tempo não visita
Esta gaiola escancarada,
Aquela ave tão esquisita
Sem alma — contudo aflita;
Sem corpo — no entanto alada!

A ave do não-ser-nada,
Que o tudo, às vezes, imita...

13

Português e vivo
É diminutivo.

Só fazemos bem
Torres de Belém.

14

É já tempo, é já tempo
Do coito com a Musa

Na floresta difusa
Dos ritmos virginais,
E do abre-te-sésamo
Das imagens latentes
Nas palavras-sementes
De frutos naturais.

15

Rítmicos dedos desenrola
No cerne azul da noite incerta,
A mão atenta, a mão àlerta
Para colher a flor liberta
Que do efémero se evola.

16

Vertigem dos fundos, vertigem dos cimos!
— Entre céu e mar...

Descemos? Subimos?

— A escada de pedra coberta de limos
Onde é que vai dar?

17

Ver só com os olhos
É fácil e vão:
Por dentro das coisas
É que as coisas são.

18

Onde estará esse leitor
Que não soletra nem recita?
Que não tropeça nas imagens
Que não ofende os nossos ritmos
Que não destrói as nossas flores?

Onde estará esse leitor,
Onde estarão esses leitores?

19

Cercadas de abismos
Por todos os lados,
As almas são ilhas
Em nós sepultadas.
Ilhas solitárias
Sem pontes, sem túneis,
Sem possível tráfego
Dumas para as outras.
Ilhas assombradas
As almas parecem.
Deus se compadeça
Do nosso arquipélago!

20

Quando soou a campainha
Que pôs termo ao recreio,
Só um dos cem meninos
Que brincavam no pátio,
Intuiu — através

Dum súbito lampejo —
Que a nossa vida é um equívoco
Insanável.

21

O santo verdadeiro será esse
Que tem fome de fome,
Que tem sede de sede
E não come nem bebe;
O herói verdadeiro será esse
Que tem medo do medo
Que o inimigo tem
E não mata ninguém...
O poeta, não sei como será;
Mas os seus versos hão-de
Luzir — como nos campos
Os raros pirilampos.

22

Quem sabe se era
Dentro d'algum
Lugar-comum
Que estava à espera
De nós (em vão)
A salvação?...

23

Ao gineceu da flor rasgada
Encosto a alma e escuto:
— Que verso teu seria assim
Tão belo e necessário?

Entanto, não tem aroma
Nem cor viçosa, o gineceu
Desta tão simples flor rasgada!

24

Sempre que uma insólita
Criação do espírito
Nos torna sensíveis
À divina Imagem,
Não há que hesitar:
É uma obra-prima.

25

Presente: — um sonho imaturo.
Passado: — um morto insepulto.
Ai, a ânsia de futuro!...

E a mão que investe no escuro
É colhida pelo Vulto.

26

Tem um som de cristal a manhã que desponta,
Mas ninguém sabe ouvi-lo;
A cor mais bela é a que envolve o som,
Mas ninguém sabe vê-la;
E o aroma que esconde este raio de sol?
(O nariz é tão feio)!

27

No átrio do sono
Encontro um sistema

Melhor do que todos;
Mas eis-senão-quando
Perpassa uma ave
E leva-o no bico...

28

Da lira de quatro cordas
Saía, inteira, a poesia;
Era, entanto, com mil dedos
— Ou mais — que Orfeu a tangia.

Hoje a lira é uma harpa
Com mil cordas p'ra tanger,
Mas o poeta só tem
Quatro dedos — se os tiver.

29

Grande prémio é este:
A pequena lágrima
Ou feliz sorriso
De quem está sòzinho
Com a nossa obra.

30

Bucólica lembrada! — és mais
Real e bela do que a outra. Agora
É que eu ouvi chiar a nora,
Vi ondular os milharais
E senti a magia entorpecente
Dos cães latindo ao sol-poente.

31

Tirem-nos tudo quanto tenha
Cheiro de flor, brilho de cobre...
Mas deixem-nos tecer a nossa pobre
Teia d'aranha.

32

Sonho de engenheiro,
Síntese do século:

Gigantesca ponte
De cimento armado
Assente em pilares
De vidro sintético.

33

A emoção escorregava
Ao longo da fantasia;
A imagem que esperava
No seu cantinho, sorria;
Uma rima cavalgava
O dorso duma vogal...
— Era um jogo mental,
Já não era poesia.

34

Vamos todos atados uns aos outros.
Não vos doem os pulsos?

Há um surdo marulho de soluços
Líricos.
Por mim, confesso: o que mais sinto, é
(Nos dedos?)
O peso dos mortos.

35

O Anjo das Trevas
Passou de repente,
Banhando a paisagem
De luz violácea.
Como os seus remígios
Eram coruscantes!

(A menos que fosse
Um simples anúncio
Luminoso)...

36

Entre povo e massa
Há esta diferença:
O povo não pensa,
Mas tem alma e graça;
E a massa é imensa
Vazia carcaça
Que à deriva passa.

37

Este, que trouxe do fundo
Da província que o fez gente,

O aroma inconfidente
Dos carneiros e dos fenos,
Não faz a coisa por menos:
Com ar altivo e profundo,
Diz que é cidadão do Mundo.

38

O drama mais triste
É de toda a gente,
Pois nisto consiste:
Sentir que se existe
Efèmeramente.

39

Ó luminosa
Imaculada
Incoercível
Suprema síntese!
Virás um dia
Como um relâmpago
Rasgar as trevas
Em que se chocam
E se atropelam
E se corrompem
As nossas almas
Cegas e surdas?

40

Desproporcionado...
O pior não é isso. O pior

É ser imaturo,
É ser imaturo o que saiu ritmado.
E tudo (a ideia, o movimento, a cor)
Ficar num claro-escuro
Desfocado.
Mas, sobretudo — que horror,
Um imaturo sentimento à flor
Dum soneto rimado!

41

Alma repleta de
Música, flores e luz
— Eis o poeta, se
Não suspeita de que
Tem essa glória e cruz.

42

Passaram anos por cima
Da poesia fabricada
Com versos certos e a rima
No seu lugar colocada.
Salva-se este quase-nada:

É na nossa cama
Que se dorme bem;
Só vive quem ama
A estrela que tem.

43

Eu canto — logo, existo!
Mas viver, será estar

Pendurado no ar
Do sonho a que me assisto?

— Sabe-me a vício, isto
De cantar...

44

No labirinto
Da solidão
Raras virtudes
Acham saída.
As que se perdem
São fecundadas,
Gerando, após,
Horrendos monstros.

45

Poeta, de verdade,
Ele foi. Mas a idade
— Mais do que experiência —
Trouxe-lhe incontinência,
Deu-lhe facilidade.

Deus me defenda destas
Virtudes tão funestas!
Antes a impotência
Ou a esterilidade.

46

Por vós, coetâneos,
Já muito sofri;

Quase que chorei
Lágrimas de sangue.
E o fel nas entranhas?
E os frios suores?
Exausto de amor
Mal retribuído,
Sòmente vos digo:
— Seria feliz,
Se fôsseis melhores.

47

Oh, espera humildemente
A hora singular,
Sem inventar enigmas
Nem estigmas ostentar!

48

O mais secreto, o mais íntimo
De todos os sentimentos
— Tão íntimo, tão secreto,
Que de nós próprios se esconde —
É a saudade dos deuses.

49

Nós temos uma história
Já madura;
Uma ideia igualmente
Sazonada;
Um cântico liberto

Do seu ramo.
Contudo, ainda estamos
Muito verdes.

50

A ciência avança,
Progride a indústria
— Mas os violinos
Não mudam de forma.

51

Depois de feitas
Todas as contas,
A guerra prova
Por A + B
Que a estupidez
Triunfa sempre.

52

Que silêncio embala
— Vazio — a Cidade?
Que suspiro exala
A voz que se cala
Perante a cabala
Da vulgaridade?

Morreu a Cidade,
Vamos enterrá-la!

53

Há quem julgue saber de cor
A minha fisionomia;
Há quem pense que escuta a minha voz
Se escuta a minha voz;
Há quem sinta que aperta a minha mão
Se aperta a minha mão;
Há quem saiba que eu existo.

54

Maresia — viveiro
De mistérios sem fim...

Mas pergunto primeiro:
— Desde quando este cheiro
Amadurece em mim?

55

Preceito bom
De aconselhar
A quem é novo
E sente o dom
Que faz cantar:
— Não especular
Nem com o mar
Nem com o povo.

56

Quem se orgulha do seu canto
Revela, sem o saber,

Que no íntimo do ser
Oculta amargoso pranto:
A mágoa de não sentir
Essa alegria sem par
Que têm os santos a agir
E as crianças a brincar;
Essa alegria gerada
Numa suprema inocência,
Que toca de transcendência
Até as coisas de nada.

57

Segredos de sangue
Marulhos de lava
Semente perdida...
E a alma tão langue!

Não vamos à vida,
Que a maré está brava.

58

Se estou ainda preso à realidade
Aparente das coisas,
Se ainda sei os nomes dos objectos
E dos seres que me cercam,
É porque ainda não entraram
Profundamente em mim.
Quando puder esquecê-los e esquecer-me,
Então meu canto será puro...

59

Dos versos que eu li
(Bem mais dum milhão)
Tão poucos senti
No meu coração!
E dos que o tocaram,
Quantos lá ficaram?
Quantos florirão?
E esses ainda
(Tão menos ainda!)
Que fruto darão?

60

Os dedos são para os plásticos
Que se exprimem para os olhos;
E são também para os músicos
Que escrevem para os ouvidos.
Nós falamos para as almas,
Não precisamos de dedos;
Cortemos os nossos dedos,
Sejamos apenas líricos.

61

Só com bons sentimentos
Não se fazem bons versos.

— Mas também a poesia
Se nega aos ressentidos.

62

Ao longo dos ossos
Mal articulados
Caía-lhe a alma
Em compridas pregas.
Por isso, decerto,
Nas lides terrenas
Seus gestos e passos
Tropeçavam nelas...

63

Há dentro em nós uma bruma
Que vela a vontade incerta
E uma porta entreaberta
Que dá p'ra coisa nenhuma.

Temos sempre na cabeça
Um desígnio insatisfeito
E qu'remos tudo perfeito
Sem esperar que amadureça.

64

Esta poesia não tem asas,
Nem frémito, ou latejo que revele
Circulação sanguínea.
Põe-se-lhe um dedo em cima
E está fria, está fria...
— Foi sòmente pensada.

65

Ai dos nossos ais
Sem consolação!
Dai-me a vossa mão
Irmãos mundanais.
Poetas ou não,
Em vão suspirais:
— Mentimos demais,
Não temos perdão!

66

É urgente descobrir
Na flora da fantasia,
Uma espécie de semente
Que gere a pura alegria
E se possa introduzir
Nas almas de toda a gente.

67

Do poeta já morto, o claro nome
Ergueram como estandarte
E a sua obra desfraldaram.

Oh, deixem-no incompreendido!
— Sòzinho como na vida,
Como na vida esquecido...

68

O bombardeiro
Largou no espaço

Uma sandália
Que tinha dentro
O manuscrito
Duma epopeia
Maravilhosa.

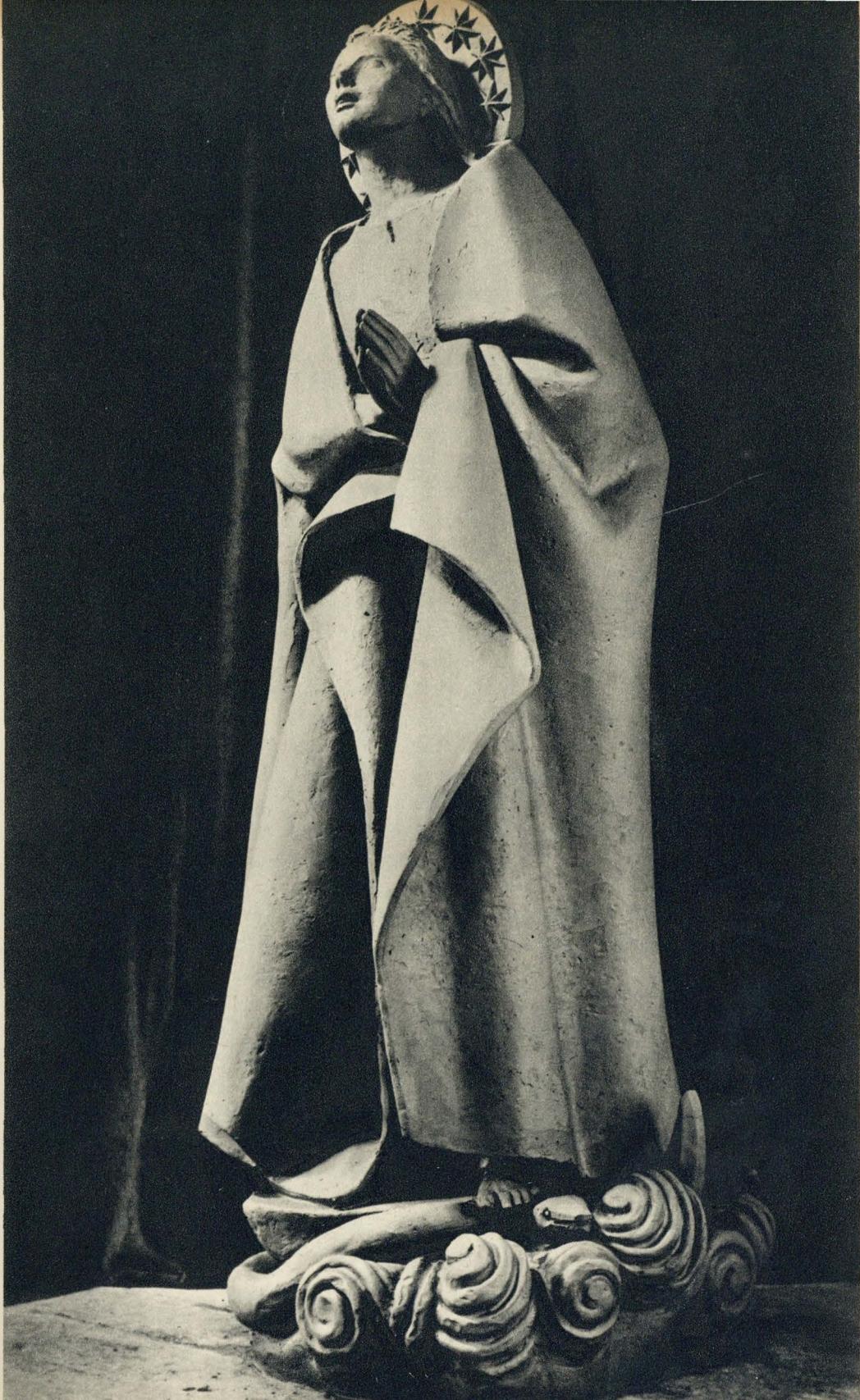
69

Onde está a graça
Que num gesto quente
Detém e enlaça
O tempo que passa
Desabridamente?

E aquela ironia
Discreta e fremente,
Que a hora vazia
De sentido enchia
Generosamente?

70

Como escamas largadas no percurso
De longa pista aquática,
Fiquem os versos cintilando
À flor da espuma lunática.
A alma — desnuda, imersa
Noutros ritmos inefáveis —
Tem sede doutros encontros
Mais amáveis, mais amáveis...

C A R L O S   Q U E I R O Z

BARATA FEYO — «*Nossa Senhora do Caia*»

(Na fronteira entre Portugal e a Espanha)

PASSEIO PÚBLICO

(ARGUMENTO DE BAILADO)

Em 1900. Numa cidade da província, perdida no mapa a 200 quilómetros de Lisboa.

Os lampeões do Largo acendem-se na Praça Pública, em redor do coreto de ferro zincado, pintado com cores berrantes, onde vai tocar a Banda Municipal. Os músicos chegam, ao som duma marcha de instrumentos de metal, imponentes nas suas calças brancas listadas de vermelho, casacos com dragonas doiradas e bonés de penacho. Avançam para as escadas do coreto ante o pasmo do público burguês e pacato.

Passeiam todos os casais felizes: o senhor Dr. Juiz que foi poeta na sua juventude de estudante e casou com uma menina rica, de quem já tem uma filha que passeia ali, junto dos pais, com os cabelos caídos, botas com ponteiras de verniz e uma roda e um arco ; passeia o senhor Governador, de braço dado com o senhor Vigário ; passeia o senhor Presidente do Clube e o senhor correspondente da Agência Bancária — atrás, duas senhoras suas esposas, que numa grande conversada discutem modas de Paris ; passeia o senhor Comandante e o senhor Gerente... passeiam todos os senhores e senhoras, num ar muito grave — eles de bigode e elas no *frou-frou* das sedas dos vestidos, — e escutam com movimentos trauteantes o concerto da Banda Municipal.

No intervalo, as meninas da sociedade vêm vender flores de cambraia a benefício das casas de caridade, aproveitando o curto espaço em que os músicos descansam...

O comerciante da loja de modas vai inaugurar na montra um manequim de tamanho natural duma pessoa. Sobe a um banco à porta do estabelecimento, toca uma campainha e a montra ilumina-se com efeitos de luzes, até que no último momento, radiante de beleza, surge o manequim de tamanho natural. Oh ! Mas, que espanto e admiração ! A boneca vem nua ! Traz só meias pretas. O resto das carnes de papelão vem à mostra.

Os homens graves protestam ! Os homens honestos fazem barreira

enquanto que as senhoras descem os véus para os olhos e encobrem os rostos abonecados, com sinaizinhos à francesa.

O comerciante é convidado a esconder o manequim. E insultam-no. E fazem-no descer do seu trono de comerciante que apregoa produtos falsos. Os músicos querem acalmar a contenda com acordes musicais, mas à batuta do regente ninguém obedece e vêm eles mesmo do coreto até à praça pública a tomar parte na batalha de flores de retórica.

Há uma solução de bom-senso. Os homens graves do burgo levam as senhoras para fora da Praça. Recolhe cada um a suas casas. Exclamam: Mas que espectáculo indecoroso!

Deixa de se avistar a multidão de chapéus altos e colarinhos engomados. Só o comerciante e o manequim. No coreto, o maestro da Banda retoma a batuta para executar um concerto lírico. O manequim toma alma e dança, dança amorosamente com o seu *partenaire* de idade avançada, que é o comerciante polido e engomado, de cabeleira postiça, calça de fantasia, com maneiras airosas de quem vende fitas e laços.

A música é linda! Ouve-se ao longe. Os homens graves do burgo não resistem. E vem cada um de per si, espreitar às esquinas das ruas as meias pretas do manequim de papelão.

De cada vez que o senhor Dr. Juiz se encontra com o senhor Governador ficam, no primeiro momento, perplexos de admiração recíproca. Depois dão o braço. Acham que o melhor é ver as meias pretas do manequim. E seguem no encalço, acompanhando a dança, torcendo o bigode, com a bengalinha a bater nas pedras do passeio e fazendo-lhe um cerco brejeiro e galanteador. O mesmo acontece ao senhor Gerente e ao senhor Comandante e aos outros cartolas graves, de colarinhos engomados, com ar de pessoas sérias.

O senhor comerciante da loja de modas, brunido, polido e engomado, esfrega as mãos de contente. A música continua no coreto, agora em som e tom maior. As janelas dos prédios que rodeiam a praça abrem--se, primeiro com receio, depois encancaradas. Debruçam-se delas as esposas recatadas, que reclamam contra a insensatez dos maridos brejeiros a dançarem à roda dum manequim com as carnes despidas e só com meias pretas. E fecham as janelas, todas ao mesmo tempo, em sinal de protesto.

Oh! Céus! Mas o que há?

As esposas recatadas, que se viram enganadas, desceram à liça e à luta da praça pública. Vêm só vestidas da cintura para cima. Nas pernas trazem as mesmas meias pretas que o manequim de papelão da loja de modas.

Os maridos caem em si e revoltam-se contra aquele gesto de rebeldia conjugal.

E as esposas saem da praça pública.

E termina, no coreto de ferro zincado, pintado com côres de tintas berrantes, o concerto da banda municipal.

Só o manequim fica parado e adormecido num banco. Ao lado, o comerciante da loja de modas, já desfigurado e cansado e despolido. Encostam-se. Uma chuva de pétalas de flores cai sobre o par amoroso. De repente, vem o guarda-nocturno que os sacode: Não quer ali vadios. Nem mulheres em trajos menores. O comerciante protesta. Nada lhe vale. São ordens oficiais.

Têm de partir. O manequim cobre-se com um manto e vai para a montra, numa atitude estática de pessoa decente.

As luzes da Praça deminuem; fica tudo na penumbra. Só o guarda-nocturno passeia dum lado para o outro.

Alguém bate as palmas, lá longe.

Apita, e o pano corre.

É ainda o guarda-nocturno que abre os braços em sinal de agradecimento, enquanto a pantomina finda.

A Z I N H A L   A B E L H O

O Enorme Vestíbulo

Deixai-me andar por muito tempo
neste vosso vasto vestíbulo,
quando os lacaios não existam
e a luz do lustre, que é tão plácida,
envolva em mãos de brando sono
a alva, pregueada escadaria,
límpido vestido sem dono.

Quero mirar minhas distâncias
nos espelhos de cada lado,
e ouvir o sonho das resinas
nas curvas cómodas lustrosas
como uns estranhos contrabaixos,
que, em vez de música, dão rosas.

Deixai meu passo amortecido
ir e vir pelo branco e preto
mármore calmo, que outros pisam
sem ver... — levados pela pressa
de alcançar a festa, nas salas
onde perfis, sedas e risos,
copos de oscilantes topázios,
criam ruidosos paraísos.

Deixai-me aqui, livre e sòzinha,
diante das portas encantadas

que anulam os jardins da noite.
Pelo balaústre, florescem
lírios verdes, que nunca morrem
nem nunca viveram. E abstracta
luz inviolável dos espelhos
dorme sem uma só presença
de lábios, perguntas, olhares,
agasalhada no silêncio
de seus sucessivos lugares.

Neste vosso longo vestíbulo,
vou-me esquecendo do meu nome,
vou desconhecendo meu rosto,
vou-me perdendo e libertando
em pura matéria divina.
Nas teias de sonho que teço
— quem fico sendo, em meu limite,
sem ver meu fim nem meu começo?

Deixai-me neste solitário
recinto, onde tudo ressoa
como se atrás do mundo houvesse
uns alarmados moradores
de olhos eternamente abertos.
Deixai-me escutar seus clamores,
que são como os dos meus desertos.

No desnudo mármore, o tempo
deixa o rosto perseverante.
Pela transparência dos vidros,

vejo caminhos sem muralhas.
O ar é de apelo e confidência.
Tudo dissolve os seus segredos.
E de todos os convidados
eu só guardo a sombra da festa:
pequena bússola em meus dedos...

C E C Í L I A   M E I R E L E S

ÁLVARO DE BRÉE — «*Nossa Senhora da Conceição, a Padroeira*»

(Para a Catedral de Nova Lisboa — Angola)

P O E M A

Quando eu tiver a certeza
de que nada foi verdade,
e que dentro da tristeza
da minha serenidade
nunca o Sonho foi beleza,
nem a Poesia certeza,
nem o Amor foi verdade...

Quando eu souber bem a fundo
que era cinza a minha pele;
que ninguém me viu no mundo,
e que eu não passei por ele...

Quando, de brumas envolta,
só vir casarões vazios,
e só as vozes à solta
me despertem de arrepios...

Quando o frio me despir
as ilusões que julguei,
as vitórias que criei,
os movimentos sagrados,
e já nada me entristeça...
E nem na sombra, em retratos,

já ninguém me reconheça,
— se nem retratos tirei! —
nos olhos me apagarei.

Quando eu tiver a certeza
de que nada foi verdade:
nem os bens, nem a Beleza,
nem a *minha imensidade,*
nem os braços que estendi,
nem Espaços que viajei,
nem ilhas que nunca vi
mas chão onde descansei,
nem noites de danças lentas
em que me vinham buscar
— madrugadas nevoentas
de ir com Eles para o mar...

Nem esse gosto impreciso
— ténue gosto de salgado —
que há-de haver no Paraíso
quando está longe o pecado...

Quando eu tiver a certeza
de que nada foi verdade...
— pedra me sinta atirada
entre as coisas sem idade...

NATÉRCIA FREIRE

UM ALVORECER LÍVIDO DE NOVEMBRO

Não sei se sabem o que é ter um vizinho indesejável. Pior que um tremor de terra (por mais terríveis que sejam os seus efeitos, a sua acção é rápida), quase tão mau como a guerra ou a peste. Quando o vizinho se converte em senhorio, o caso assume tais proporções que não há calamidade que se lhe iguale.

Se factores superiores à nossa vontade nos impedem de abandonar o campo de batalha, o nosso vizinho é a lepra que nos corrói a alma implacàvelmente e nos envenena cada momento da existência.

Não ignoro que, quando uma mulher se refere a um vizinho, e para mais a um vizinho solteiro, esboça-se imediatamente em cada cérebro um pensamento romanesco.

Em quase todos os livrinhos do género, que li quando rapariga, era esse o do idílio inevitável que terminava por um casamento de paixão, após lances mais ou menos teatrais. Apesar de todas as precauções contra... contra a minha própria imaginação, confesso que há trinta anos eu teria talvez suspirado ao espreitar o meu vizinho por detrás de uma cortina.

Para ser sincera, deverei esclarecer que o senhor Pedro Garrido, o menino Pedro, como ainda lhe chama a velha Leonor, é um desses homens que, mesmo agora, mereceriam sem favor o amor de uma mulher. Mas também para não suscitar dúvidas acerca das minhas relações com o meu vizinho, deverei esclarecer que uma doença, em criança, tornou o meu andar vacilante. Uma criada que me deixou cair... Bem, mas isso não interessa agora. «É uma outra história», como dizia um escritor que eu li há tempos, chamado, chamado... Rudyard Kipling.

Com o meu andar, vacilaram igualmente todas as ilusões de um espírito moço, até desabarem completamente.

Se falo do meu vizinho é porque, talvez devido ao isolamento em que vivo, me habituei a apontar as minhas observações acerca das pessoas que me rodeiam.

Quando, a conselho do médico, resolvi alugar casa no campo, aquela pareceu-me excelente. Duas habitações contíguas dentro do mesmo jardim, asseguravam-me a proximidade de uma família, decerto com crianças para gozarem liberdade e bons ares. Nem de outra maneira se

compreenderia a instalação de alguém em lugar tão afastado do povoado.

Enquanto a casa permaneceu com escritos, a minha curiosidade tornou o tempo menos curto. Bem entendido que os pretendentes à habitação isolada não eram numerosos. A casa, se bem que restaurada pelo actual proprietário, que destinara dividi-la por dois locatários, conservava um ar iniludível de antiguidade que nem a todos agrada.

Por fim, os escritos foram arrancados e um dia chegou o mobiliário do meu vizinho, no qual autênticos móveis de arte se misturavam com peças de acentuado mau gosto.

Fiquei desiludida quando compreendi tratar-se apenas de um homem — isto é, um homem e uma velhota que cuidava dele, tão feroz como o mais feroz cão de guarda.

Começaram aí as dissenções. A casa dele era a mais próxima do portão e, para meu serviço, eu tinha que passar em frente da sua porta tantas vezes ao dia quantas fossem necessárias.

Graças a Deus, tenho um espírito mais são do que o de muitas pessoas sãs e escorreitas, e compreendo que não é agradável ouvir o taque-taque da bengala a que me encosto, mas não havia outro remédio.

Logo pensei que o meu vizinho devia ser uma pessoa rica, ou pelo menos com rendimentos suficientes para se manter, pois não mostrava ter qualquer ocupação. Conservava-se em casa tanto como eu, e sempre que o negregado aviso da minha presença se fazia ouvir, ei-lo a espreitar, a uma porta, a uma janela, na água-furtada, com a expressão mais admirativa que algum dia vi.

Santo nome de Deus ! Acabei por ter a sensação que naquela casa se albergava, não um, mas inúmeros homens de rosto moreno, feio, e expressão trocista, tal a forma como o avistava, quase simultâneamente, em vários pontos da casa.

A aproximação, que seria natural, com a criada velhota, conservava-se no mesmo ponto das minhas relações com o indelicado homem, o qual, se acontecia cruzar-se comigo, mal levava a mão ao chapéu (a sua indumentária: botas altas, um fato esverdeado vulgar e chapéu de abas viradas, concorriam a confirmar o meu juízo de que se tratava de um louco ou de um excêntrico).

Reconhecendo a sua antipatia, recorri a todos os meios ao meu alcance para a agravar, e cuido tê-lo conseguido: aos meus próprios ouvidos, o som da minha bengala no lajeado fronteiro à casa tinha um som irritante de desafio.

Um dia que a mulher da limpeza não apareceu a trazer-me as

compras da manhã, vi-me forçada a dirigir-me à velha Leonor. Ter um pretexto que a mim própria obrigava a quebrar as hostilidades, no fundo, não me desagradava.

— Era grande favor emprestar-me uma pá de carvão... só até a mulher da limpeza vir.

Ela resmungou qualquer cousa entre dentes, dirigiu-se à cozinha e voltou momentos depois com o que lhe pedira, mas depressa as suas palavras apagaram o regalo vitorioso que a prontidão do seu gesto produzira em mim.

— Dê graças a Deus por o menino Pedro ainda estar deitado. Ele não gosta que eu fale com ninguém. É assim um bocado neurasténico.

Balbuciei qualquer desculpa, e a partir daí assentei em ser inútil tentar uma aproximação com os meus vizinhos.

Avalie-se pois o meu espanto quando, uma tarde de Dezembro, senti bater à porta, e, ao abrir, deparei com o senhorio, o senhor Severino, na companhia de Pedro Garrido.

Não gosto que me incomodem, sobretudo quando estou à braseira e um golpe de ar pode acarretar-me males de que nem todos os senhorios, nem todos os Pedros Garridos do mundo, me compensarão. Julgo que a minha expressão devia intimidá-los. Sobretudo, eu não podia apartar os olhos do rosto do meu vizinho, onde, às vezes, parecia reflectir-se qualquer coisa diabólica, profundamente misteriosa. Foi preciso que o senhor Severino dissesse mais do que uma vez:

— D. Genoveva: o senhor Garrido deseja ver o estado de conservação da casa.

Quase dei um salto, e no meu furor mal contido bati estrepitosamente com a bengala no chão. Perguntei, sem arredar pé:

— Ver o estado de conservação da casa, da *minha casa,* para quê? Acaso eu já passei revista à dele?

O senhorio, que por sinal é um bom homem, respondeu com um sorriso complacente:

— Claro que não; mas é que o senhor Pedro Garrido deseja comprá-la.

Se fosse noutros tempos, em que isso estava em moda, eu teria desmaiado, com certeza. Limitei-me a esbugalhar os olhos sem articular palavra, gelada dos pés à cabeça. Que calamidade sem nome desabava sobre mim? Muitas vezes deplorei o facto de ter vindo ao mundo (quanto minha pobre mãe, que Deus tem, se atormentava ao ouvir-me!), e naquele momento de novo se me afigurou que uma má estrela presidira ao meu nascimento.

— Quê !, comprar a casa, este senhor ?

O senhor Severino arredou-me suavemente e os dois homens penetraram no interior. Se as pancadas dadas no soalho pela minha bengala pudessem ser utilizadas em expulsar dali o meu vizinho ! Sim, porque além do factor principal que determinava a sua presença, havia ainda a revolta de verificar que aqueles olhos embruxados não se detinham ùnicamente sobre as portas, ou as paredes, mas nos meus móveis, nas minhas bugigangas, nos meus retratos — mil coisas que me são queridas e reputo sagradas para as ver objecto de troça.

O ar de superioridade desdenhosa, que ele lançava à sua volta ! Quando chegámos ao fim, eu tinha a respiração ofegante. No entanto, ainda consegui atirar-lhes, ofensivamente :

— Falta a capoeira das galinhas ; não quererão ver ?

Pedro Garrido nem se dignou olhar-me. Discutia com o senhor Severino as vantagens e desvantagens da compra, indiferente a que eu me encontrasse ali, ou não.

Entretanto, a noite de Dezembro fechara-se e eu tive que acender a luz, a qual pôs em evidência um quadro que eu destinara a um recanto escuro da saleta, por me parecer pouco próprio : uma mulher nua de cabelos de ébano, deitada sobre coxins de veludo vermelho. Se não fosse o valor estimativo que lhe atribuía, há muito que o teria queimado ou atirado para o lixo. Custa a crer como é possível haver pessoas que fixem numa tela imagens que só podem ofender a Deus e ao pudor de cada um.

O quadro ficava na retaguarda de Pedro Garrido. Apesar disso, como se alguém o olhasse insistentemente, ele voltou-se de repente. A sua expressão alterou-se. O espanto foi até à angústia, que lhe tornava mais estranha a fisionomia — sobrancelhas levantadas quase a formar um bico.

— Nunca vi ninguém tão parecido... Como veio isto aqui parar ?

— Este quadro herdei-o de meus pais, que o herdaram de seus avós — respondi contrariada.

Há pessoas que têm o condão de adivinhar quanto pode desagradar aos outros para feri-las exactamente nos pontos fracos, e Pedro Garrido era uma delas. Pareceu, porém, envergonhar-se do seu impulso, e vi que se esforçava por recompor-se enquanto tomava a direcção da porta da rua.

Não sei se fruto de malquerença ou de indiferença, se tudo ia mal quando Pedro Garrido era meu vizinho, tornou-se péssimo quando se

converteu em meu senhorio. Nunca houve alguém mais déspota, mais egoísta, mais cínico... Ocioso como vivia, procurava de mil maneiras a forma de matar o tempo.

Uma delas foi o casal de lobos que trouxe para casa. Se algumas vezes — raras — os prendia, a maior parte do tempo os cães passeavam majestosamente, ou preguiçavam, pelo jardim. O resultado era eu ficar bloqueada, visto os bichos parecerem partilhar dos defeitos do dono e roubarem o direito à vida a qualquer pobre mortal.

A morte do meu gato «Cândido», estraçalhado quase à minha vista pelos cruéis animais, indignou-me e levou-me a protestar enèrgicamente.

— Mas que quer a senhora que eu lhe faça? A animosidade entre cães e gatos data de épocas pré-históricas... naturalmente desde que uns e outros surgiram à face da terra.

Por mais exaltada que me sentisse, ao relembrar a meiguice do meu «Cândido», já nada havia a fazer. A renda da casa era barata em relação à exorbitância que em cada dia atingem, e eu, com ou sem vontade, tive que aceitar o papel de vítima ou de brinquedo do impiedoso homem. E digo de brinquedo, porque ele parecia deleitar-se com os vexames que me infligia.

Eu, uma senhora da minha idade, tive que me sujeitar a este espectáculo indecoroso: Pedro Garrido mandou alargar o tanque e tomava banho nele com uma espécie de trajo horrível, que a moral e a religião condenam — como se estivesse numa praia.

Mas eu creio na Providência divina que, no meio de tantas desventuras, não deixa de proteger-me.

Eu viera para ali exactamente por haver um jardim onde poderia sentar-me a ler ou a coser e, afinal, vi-me reduzida à contingência de encerrar-me dentro de casa como numa prisão.

Não contente em ter-me privado já de benefícios que poderia fruir, resolveu fechar e trancar o portão de serviço. Os seus cães precisavam que ninguém os incòmodasse; ele próprio enfurecia-se se alguém o perturbava no banho, a espreitar para lá do gradeamento. Era-lhe fácil, com as suas grandes pernas e agilidade, saltar o muro a qualquer hora do dia ou de noite, no ponto onde o terreiro se elevava, sem mais necessidade de caminho aberto. Mas o transtorno que me foi esse capricho do amaldiçoado homem, só Deus e eu o sabemos.

Restava-me uma portinha lateral que, para dirigir-me à povoação, me obrigava a um desvio enorme e desnecessário, no inverno por campos enlameados, no verão sob um sol ardente.

Para uma pessoa como eu, débil e de andar vacilante, aquilo era

de uma crueldade sem par. Mas quer os meus rogos, quer a minha indignação, deslizavam sobre pele de elefante. O meu ódio redobrava perante a máscara de espanto e de ingenuidade com que parecia atender-me e encobria um coração de pedra.

As acções de cada criatura são, porém, os anéis de uma cadeia que, tarde ou cedo, a envolvem e lhe fazem sentir o seu peso.

Num magnífico dia de Fevereiro, Pedro Garrido tomou banho, findo o que se estendeu ao sol, sobre a relva, rodeado pelos seus cães.

Durante dois dias quase me esqueci da sua existência até que na noite do terceiro, quando me preparava para deitar, senti que batiam à porta.

— D. Genoveva, ó D. Genoveva ! — chamava Leonor.

A princípio, num assomo de indignação, resolvi ficar surda ao seu apelo. Mas as pancadas continuavam e o acento implorativo tornava-se mais submisso. Apesar disso, abri de má vontade, entre admirada e receosa. Da parte do meu senhorio e vizinho, todas as surpresas seriam desagradáveis.

Ergui o candeeiro à altura do rosto de Leonor, que me pareceu desfigurada. Embuçada no chale, o seu ar de cão pronto a morder, ocultara-se algures. Não esperou que eu indagasse de que se tratava e exclamou, ofegante :

— Desculpe, D. Genoveva ! O menino... o senhor Pedro, está muito mal. Eu bem lhe dizia que era um perigo, aqueles banhos neste tempo, mas ele não quis saber. Desde ante-ontem saltou-lhe um febrão que não conhece ninguém, e é um barulho no peito que parece o estertor. Fiz tudo quanto sei e aquela santa senhora, que era a mãe dele, me ensinou, mas cada vez vai pior.

Eu pusera a mão sobre o vidro do candeeiro, a protegê-lo, mas uma lufada mais forte de vento quase o apagou. Recuei aborrecida.

— E então ! ?

— Vou chamar o médico mas não queria que ele ficasse sòzinho. Está a delirar e é capaz de algum disparate. Se a D. Genoveva...

— Eu ! ?...

Compreendi onde queria chegar, e mais do que em palavras, a minha expressão devia denunciar que não perderia a ocasião de me vingar de todas as ofensas e humilhações sofridas.

— Pelas alminhas, D. Genoveva ! Eu bem sei que não tem razão para gostar dele, mas faça a senhora de conta que ele é um parente. Não tem mais ninguém senão a mim.

Por acaso, os meus olhos encontraram uma imagem de Nosso Se-

nhor que tenho sobre a cómoda. «Seja em desconto dos meus pecados», pensei. Fui pôr um casaco e um lenço, e acompanhei-a.

Sòzinha, optei por não me tirar do compartimento onde a desordem lavrava; escritório, sala de fumo e de estar (por certo o seu poiso predilecto), contíguo ao quarto donde provinha um som de gemido e de respiração opressa.

A noite começava a tornar-se medonha de chuva e de vento. Numa habitação estranha, longe do povoado, sabendo que não poderia contar com o auxílio de qualquer ser humano, apossou-se de mim um terror singular ao compenetrar-me de que me encontrava encerrada dentro das mesmas paredes que um homem meio louco, que me odiava.

Terríveis momentos aqueles, enquanto o médico e Leonor não chegaram. O meu senhorio devia ser muito dado a leituras porque os livros abundavam por toda a parte, e eu aguardei, oculta por uma rima deles, que estava sobre a mesa.

Pedro Garrido não se impressionava fàcilmente. Quando começou a melhorar e me reconheceu à sua beira, não mostrou admiração. Leonor perdia a cabeça com o seu despotismo, que a mim, após vê-lo muitos dias entre a vida e a morte, à mercê dos cuidados de duas pobres mulheres, me deixava tão indiferente como o de uma criança mimada. Enorme sob a roupa, pálido, de barba crescida afigurava-se-me tanto ou mais débil do que eu.

Desempenhei o meu papel de enfermeira o melhor que pude, sem jamais lhe ouvir uma palavra de gratidão ou de fastio. Para o não irritar, esforçava-me por não acentuar o meu passo vacilante, e às vezes tinha a impressão que ele me fixava curiosamente, de novo acesa a chama de ironia nos seus olhos profundos.

A partir do dia em que o médico permitiu que se levantasse, entendi que a minha presença era dispensável em casa do meu senhorio e limitei-me a indagar do seu estado.

Embora, perdidos dias e noites à sua cabeceira, me encontrasse bastante fatigada, poder ser útil a alguém fora uma agradável variante na minha vida solitária e eu gozava os primeiros dias de Primavera com uma doçura inesperada. Os cães, mesmo à solta, conheciam-me, e eu até podia permitir-me o luxo de passear no jardim reverdecido onde o sol punha radiações douradas.

Se o meu espanto de há um mês, quando Pedro Garrido adoecera e Leonor reclamara a minha ajuda, tinha sido grande, não foi menor

quando a velha criada veio, em seu nome, pedir-me que lhe fizesse companhia.

A minha presença nada tem de agradável, e a minha conversa é bastante banal, mais do que limitado o meu contacto com o mundo. Mas, no fundo, começara a afeiçoar-me a Pedro como a um filho, e não me recusei ao seu pedido.

Sentado no escritório, ele fazia paciências com as cartas, ou lia; eu levava o meu trabalho de malhas. O meu senhorio é homem de poucas falas. Trocávamos meia dúzia de palavras, findas as quais cada um retomava a distracção, ou a tarefa, a que se entregava.

Eu ajudava Leonor a preparar-lhe o lanche, que tomava depois na companhia dele, e quando a tarde descia recolhia a minha casa.

No decorrer dos dias, verifiquei que qualquer coisa, no fundo do seu pensamento, o atormentava. Era um revoltado contra as leis sobre que a sociedade assenta e a paz de consciência não devia acompanhá-lo.

Naquela tarde, interrompeu a leitura para perguntar-me abruptamente:

— Já sentiu alguma vez o peso de um morto?

Havia pedaço faláramos de religião. Ele dizia que a sua era *naturalista,* e como eu não entendesse muito bem, resumiu as suas ideias, que me pareceram eivadas de leituras concernentes a Deuses da mitologia. Confusa, sem atingir a nova excentricidade, balbuciei:

— Eu... eu... não teria forças.

— Não é isso, D. Genoveva — redarguiu impaciente. Não se trata de senti-lo nos braços, mas na alma, compreende!

Inclinara-se para mim e os seus profundos olhos escuros despediam clarões.

— Eu, eu... é claro que não.

— Pois eu sei o que isso é e não consigo ver-me livre dele.

— O senhor Pedro Garrido está a gracejar.

— Não estou, e preciso desabafar. Vou contar-lhe tudo; no estado de espírito em que me encontro contá-lo-ia fosse a quem fosse.

Eu pousei a malha e recuei um pouco na cadeira. Ele recostara-se na sua e cerrava os olhos, enquanto a sua bela voz quente, se velava.

— Conheci uma mulher, não importa como. Conhecia-a e ameia-a. Sabia que... Isabel (suponha que era este o seu nome) não era feliz com o marido, e para odiá-lo mais à vontade fugi sempre a vê-lo. Reservava-me assim o prazer de imaginá-lo um monstro, uma criatura asquerosa, único entrave à minha felicidade. Muitas vezes sonhei que ele tinha morrido, isto é: *matei-o* muitas vezes em pensamento.

Abriu os olhos, para avaliar, talvez, do efeito da sua narrativa. Como eu não o interrompesse, prosseguiu:

— Afinal, tudo se resume em meia dúzia de palavras. Um dia, combinei com amigos uma caçada aos patos. Éramos seis, todos conhecidos, excepto um: Paulo Cortês. O apelido não me era estranho, mas há tantos iguais por esta nossa terra!

É preciso estar de madrugada antes que os patos levantem voo, nas margens dos rios onde eles costumam poisar durante a noite. Partimos, pois, na véspera, e pernoitámos numa hospedaria próximo do local escolhido. Tive, assim, ocasião de tratar, com o à vontade que logo nestes casos se estabelece, com o nosso novo companheiro. Paulo Cortês era um homem de bom porte, simpático, jovial, e uma poderosa e inexplicável atracção imediatamente me ligou a ele. Era como se o conhecesse há muitos anos. Ainda a horas mortas, encaminhámo-nos para a margem do rio. Com as devidas precauções, pusemo-nos de atalaia, ocultos pelos juncos e pelas hervas altas. Um alvorecer transido, lívido, lívido, de Novembro... Está a compreender?

— Não compreendo nada, senhor Garrido. E então?

O que eu estava era deveras aborrecida, pois o rosto dele decompunha-se, bilioso, térreo, à medida que prosseguia. Apesar disso, não desejaria ir-me embora sem que ele acabasse a sua narrativa.

— Quando começou a ouvir-se um bater de asas, ouviram-se seis detonações, seis... e um grito enorme de homem ferido. Não sei como, Paulo Cortês mudara de lugar; sei apenas que o vi estendido por terra, atingido mortalmente. Fui eu o primeiro a socorrê-lo; fora a arma que eu tinha na mão que o destino desfechara contra ele, percebe?

— Que desgraça, senhor Garrido, que grande desgraça! — exclamei angustiada. Pobre homem, coitado!... Ah!, agora compreendo o que se passa na sua alma... Mas então, Deus bem sabe que não teve culpa... Todo o mal são essas negregadas distracções que os homens arranjam. Pobre homem!

— Pobre homem e pobre de mim. Enquanto uma ambulância conduzia Paulo Cortês, ainda com vida, ao hospital, não sei como, achei-me no carro com o amigo que o trouxera e tomava sobre si a pesada incumbência de avisar a mulher e de me levar a prestar declarações...

«Dei por mim em casa de... Isabel Cortês. Era a primeira vez que ali entrava. Oh!, que manhã de pesadelo, cinzenta, cinzenta, lívida!

«Se me perguntarem o que o José Novais disse, não saberei repeti-lo. Às vezes, mesmo agora, faço um esforço de memória, e não consigo.

«Apenas me recordo do rosto dela. No espanto da sua emoção havia sofrimento, terror e paixão... uma paixão com profundidade de tragédia, quando os seus olhos procuraram os meus. Estava linda, linda como nunca a tinha visto...»

A minha mão assente sobre a malha, tremia. O meu vizinho já não falava para mim, mas para os seus fantasmas. Continuou com dolorosa veemência:

— E de repente, aquela mulher afigurou-se-me uma criatura repugnante, amaldiçoada. Fugi, já lá vão cinco anos...

Pareceu-me que Pedro Garrido se encontrava ainda frente a alguma coisa fascinante que, ao mesmo tempo, o aterrorizava, tal a fixidez e a distância do seu olhar.

— E então? — balbuciei sem bem saber o que significava a minha pergunta.

Pedro Garrido pareceu despertar e encarou-me irritado, a tentar moderar o acento colérico da voz:

— E então!? É isto apenas, é sempre isto. Sempre, sempre, sempre... acha pouco?

MARIA DA GRAÇA AZAMBUJA

D. ISMAILOVITCH — «*Homenagem ao Aleijadinho*»

(Composição inspirada nas suas esculturas)

Três Preces da Oração Constante

I

Ignoram-te meus olhos que te não vêem,
mas adivinha-te todo o meu ser,
meus braços que já se erguem
meus joelhos que já se curvam.
Todo eu tenho dedos de alma
que em tudo palpam quase
a tua já quase inevitável presença.
Por isso, mais que para mim,
que já bem posso esperar por ti,
procuro-te e peço-te, meu Senhor,
para aqueles de mãos amputadas,
aqueles de braços rígidos, pendentes,
de olhos cegos cravados pelo punhal
da terrível ignorância de te necessitar.

II

Meu Deus, vem a nós
na hora de menos fé,
de espírito mais adormecido
e coração mais frio,
na hora de menos importância
em que menos te desejemos.
Não esperes que o júbilo
ou a dor,

a felicidade ou a desgraça,
nos façam, de joelhos,
invocar-te,
ou, de punhos cerrados,
blasfemar teu nome inocente.

Sê, meu Senhor, nosso companheiro,
ou solícito ou impotente,
mas de todas as horas.
Sê aquele a cujos braços abertos,
ou alegres ou atormentados,
o primeiro impulso nos lance!

III

Que a existência de Deus não dependa
de haver fé no coração dos homens.

Senhor, vem a nós
na hora de menos fé!

Que a face de Deus possa ser vista
mesmo fora dos olhos dos que sabem ver.
Que a palavra de Deus possa ser ouvida
mesmo fora dos ouvidos dos que sabem ouvir.
Que a bondade de Deus seja realidade
ainda antes da prece dos que precisem pedir.

Senhor, sê nosso companheiro
de todas as horas!

Que Deus venha naturalmente
numa ocasião qualquer inesperada,
e que fique presente com simplicidade.

Senhor, vem a nós
na hora de menos importância!

Que a misericórdia de Deus não seja só perdão.
Que o Reino de Deus não seja só recompensa.

Senhor! Que sejas Tu o meu Deus ainda mesmo
que em Ti ingratamente eu não creia!

Cádis, 1947

MÁRIO BORGES DA FONSECA

BAILADO SEM NOME

EM 30 LINHAS

PERSONAGENS (POR ORDEM DE ENTRADA): *O lenhador, o esquecimento, o homem do violino, a menina dos cabelos amarelos, a mulher dos cabelos pretos, um homem sem violino, um homem triste, um homem sem corpo, uma mulher de rosto de cera, uma menina de branco a saltar a corda.*

O lenhador cortava a árvore, a árvore era grande e o lenhador pequeno. Veio a tarde e veio a noite. À noite veio o esquecimento falar com o lenhador. O esquecimento era uma mulher vestida de branco com um colar de luz verde e que afagou com mãos brancas a cabeça do lenhador adormecido. Tudo isto tinha acontecido em muito pouco tempo porque a peça é a eternidade e o esquecimento anda depressa com vestidos brancos que voam ao vento. Por cada homem que esquece apagam-se no longe archotes de lume e anoitece uma vez. Isto passa-se na floresta a que cortaram a última árvore, e o último lenhador tocava violino e não tinha machado nem serra. E o esquecimento era a menina dos cabelos amarelos que ele queria esquecer. Então a história começou outra vez com a menina de branco que saltava a corda no jardim do longe. Para cá do portão de grades não havia sol, e a luz que fazia o céu e o vestido e a menina e a corda tinha um ar de promessa transparente para a mulher de cabelos pretos, que estava fora do quadro. Um homem sem violino veio prender-lhe a mão esquerda na sua mão grande. Depois passaram para o quadro, e ficaram perdidos no meio da luz. A menina de branco continuava a saltar a corda. O homem triste veio sem andar e ficou preso ao portão de ferro. Enquanto olhava as coisas do quadro, feitas de luz, caíram as folhas das árvores de cá e cresceram-lhe barbas brancas. Esse dia

acabou e, quando tudo ficou escuro, o homem sem corpo e a mulher de rosto de cera riram no vazio. Com a luz, e a música de máquinas, e o riso oco, nasceu a cidade na floresta sem árvores. Com o chegar da noite, diluíram-se as casas de cimento, cresceu um bosque e uma floresta, o homem triste voltou a ser jovem; só não houve esquecimento, nem menina de branco a saltar a corda no jardim do longe.

ANTÓNIO SENA DA SILVA

POEMAS ANGOLANOS

PRECE

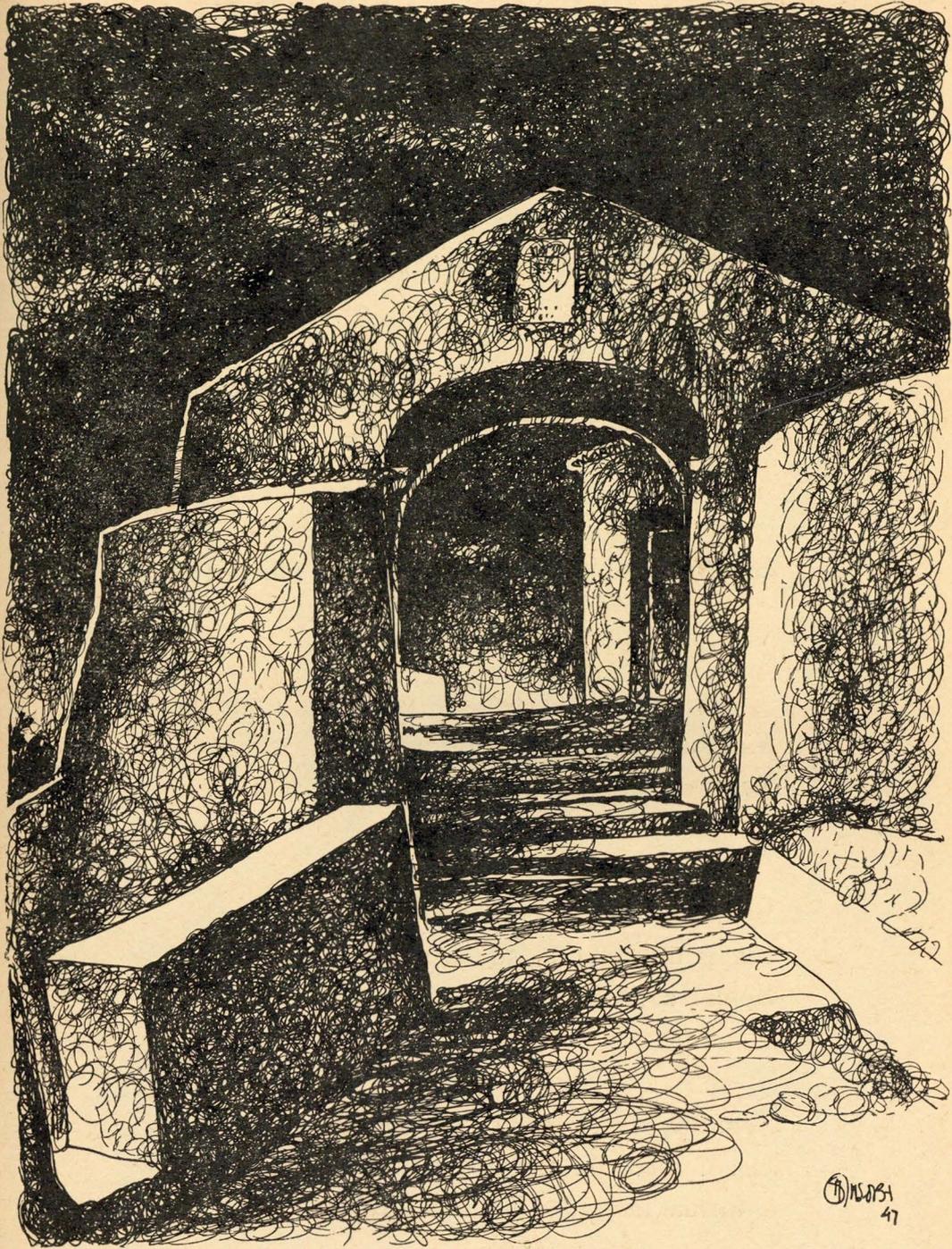
Aqui te peço, Senhora da Nazaré
que nos valeste na batalha da Ambuíla,
que conserves Luanda como é,

com os negrinhos apregoando doce
e os panos das pretas quitandeiras
a recortar-se vivo nas esquinas
como sombras chinesas verdadeiras.

Que conserves o ritmo sempre morno
da vida sonolenta dos muceques,
que haja quissanges sempre soluçando
e lavadeiras passeando com moleques.

Que guardes até quando eu voltar
os alegres pregões sem vaidade,
da castanha de caju tão gostosa
como os velhos mexericos da cidade.

Aqui te peço, Senhora, que conserves
o cheiro a poeira e a óleo de palma,
a tabaco, a asfalto e a peixe,
a jornal, a cerveja e a calma.

Aqui te peço, Senhora da Nazaré
que nos valeste na batalha de Ambuíla,
que conserves Luanda como é.

MUXIMA — A FORTALEZA

(Desenho de Neves e Sousa)

MUXIMA — A IGREJA

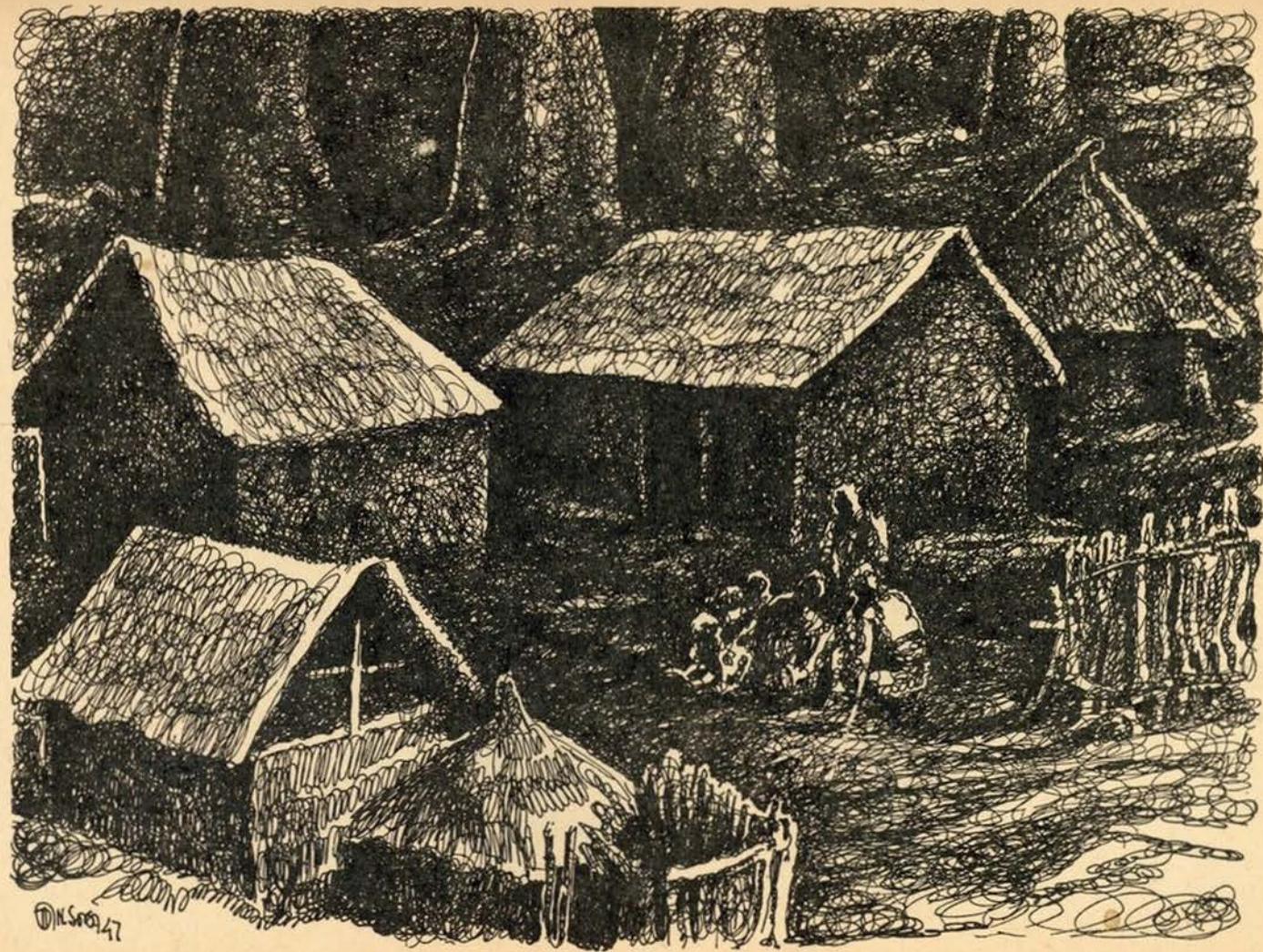
Senhora da Muxima, coração da Quissama,
o sol forte da tarde fere angustiado
a forma irregular da tua igreja.

A muitos que semearam, frutos não vieram;
a alguns que choram, não basta já o pranto.

Senhora da Muxima, oração dos aflitos!

A muitos que te pedem, tardas com alento;
a alguns que te anseiam, ainda não chegaste,
Senhora da Muxima, oração dos aflitos!

Senhora do Deserto, tua gente implora,
tua gente espera, sedenta de milagres,
Senhora da Muxima, oração dos aflitos!

Senhora da Muxima, coração da Quissama!
O sol forte da tarde fere angustiado
a forma irregular da tua igreja.

SENZALA

(Desenho de Neves e Sousa)

EKUMBIRIANDA

(ACABOU O SOL)

Suku yangue, Suku yangue!
— cantiga de tipoeiros
descalços pelos caminhos,
cantiga de tipoeiros,
todos juntos e sòzinhos.

Suku yangue, Suku yangue!
— cantando o mesmo destino,
pelos caminhos deixando
as sombras longas, perdidas,
dos passos que vão lançando
cantando o mesmo destino.

Suku yangue, Suku yangue!
— cantigas ao vento Norte
perdidas no horizonte,
cantigas que vão para a morte
dum mundo sem horizonte . . .

(Suku yangue!
Oh meu Deus!)

FEITICEIRO

(Desenho de Neves e Sousa)

HAMBA, MAHAMBA

O quimbanda está batendo
na negoma que só ele sabe...
Qualquer coisa está chegando
com mãos de frio cacimbo...
Feitiço! Hamba, mahamba!

Chirulos estão chegando do muxito,
uivando como cachorros...
como vendaval desfeito
sobre as paredes queimadas...
Hamba, mahamba! Feitiço!

As estrelas são mil olhos
de pequenos cazumbiri

Feitiço! Hamba, mahamba!

Enquanto os sapos, no brejo,
coaxam como marimbas,
estão passando corropios
de coisas que se não vêem.

BATUQUE

(Desenho de Neves e Sousa)

BATUQUE

Batuque na sombra, sombra
rasgada pelas fogueiras.

Cantar de chingufos,
rugidos de gomas
e palmas batendo
no ritmo candente
dos olhos que passam
depressa rodando
nos corpos bailando.
Pancadas compridas,
cantigas doridas
das bocas se erguendo
na luz fatigada,
vermelha e doirada,
na sombra rasgada
que vem e que volta,
rufando chingufos
no ritmo candente
dos corpos rodando.

Batuque na sombra, sombra
rasgada pelas fogueiras

N E V E S E S O U S A

A QUESTÃO VERNEYISTA E A FILOSOFIA EM PORTUGAL

I

NÃO há dúvida de que, em Portugal, o problema da filosofia dependeu sempre do problema do ensino.

Muito menos do que mostrar a relação da escolaridade com a actividade filosófica, mais importa salientar, comprovando, que é mediante o ensino de filosofia que a tradição de filosofar permanece entre nós. Assim foi que a Escolástica, além de originàriamente estar correlacionada com a dogmática cristã, por sua expressão didáctica se distinguiu nos nossos medievalismo e renascentismo. Desde o termo da escolástica, com a expulsão das ordens religiosas, até à introdução do positivismo, que data de 1873, a questão filosófica mais discutida na cultura portuguesa — mau grado certos tentames filosofantes de poetas e literatos — foi a aceitação ou rejeição, a discussão dos compêndios escolares de um iluminista italiano. O positivismo, uma vez ínsito, ligou os seus destinos aos de uma escola, o Curso Superior de Letras.

Se, pelo período, tão silenciado, do ensino do Genuense, tem sobrevoado indiferente o crítico da história da filosofia, se, sobre o ensino do positivismo ainda dominante, só hoje se começaram a esboçar as críticas de bom fim, — é sobre a defensão da escolástica pelos jesuítas que a crítica se tem vigorosamente exercido, desde que foi iniciada, em 1747, por um frade barbadinho, e debatido até hoje por entre a divergência das opiniões.

Pela sua origem, à discussão do ensino dos jesuítas encontra-se ligada a obra de Verney. Efectivamente, publicado em 1747 o «Verdadeiro Método de Estudar», levantou este livro uma polémica que se prolonga até em nossos dias. A questão Verney, viçosa na data daquela publicação, emurcheceu durante o século XIX e veio a reflorir, devido talvez a uma revisão dos problemas por ela levantados, no século decorrente.

Esquemàticamente, a questão apresenta-se do seguinte modo:

Verney acusou os docentes de ignorarem a filosofia renascentista e post-renascentista, de que foi principal promotor o francês Descartes, e de, nessa ignorância, prosseguirem na obediência e comentário ao mestre da filosofia escolástica, Aristóteles, filósofo que, no argumento, possuía um valor notável se relativo ao tempo grego e medieval, e retrógrado se relativo ao século das luzes, do racionalismo cartesiano e do experimentalismo científico.

Esta foi a acusação. Cumpre observar que, como à data o ensino era quase exclusivamente ministrado pela Companhia de Jesus, tal acusação não ficava relativa a um estado histórico do ensino, mais ia ferir o prestígio da ordem religiosa.

Ao explicar o motivo da vivacidade da «questão Verney», o Professor Luís Cabral de Moncada escreve que «... é frequente ver julgar entre nós homens como Verney, não histórica, mas dogmática e anti-històricamente. Visionamo-los, não raras vezes, como se fossem nossos contemporâneos com os quais viesse a propósito travar toda a espécie de discussões apaixonadas, em procura duma verdade que é a nossa, e não a deles no seu momento histórico, ou como se tivéssemos tido com eles toda

a sorte de questões pessoais...» De facto, transferida da época própria para o nosso tempo, a «questão Verney» assume um carácter político que não possuía originàriamente, dado que não estavam em jogo as instituições monárquicas. Hoje, essa questão serve para caracterizar as posições políticas de esquerdas e direitas, verificando-se que as primeiras exaltam Verney e suas veleidades reformadoras, e as segundas tomam uma posição crítica perante o iluminista português.

Estranho é, porém, que as primeiras se tornem solidárias com o cartesianismo de Verney, com o seu racionalismo e o seu classicismo, quando a tradição revolucionária que as esquerdas pretendem representar se fundamenta num pensamento de tipo romântico, como o que se resume nas palavras «liberdade, igualdade e fraternidade».

A actualidade da questão nos nossos dias debate-se, pois, sobre dois pontos: 1) o julgamento sobre a função social de uma ordem religiosa; 2) o julgamento sobre uma época histórica que se considera nuclear. Acresçamos que à questão foi dado um matiz alegórico, porquanto nele buscam comparações os que lutam por um progresso em que crêem e similam seu esforço ao sustentado por Verney.

No ano de 1947, completou-se o segundo centenário da publicação do «Verdadeiro Método de Estudar», facto que ofereceu pretexto para, mais uma vez, as opiniões opostas se manifestarem. De um lado, a revista «Seara Nova» publicou um número em comemoração da data, no qual colaboraram António Sérgio, Mariana Machado dos Santos, Óscar Lopes, Joel Serrão e António Salgado Júnior; este último escritor tem no prelo uma reedição do livro de Verney, que prefacia com um estudo que de certo reafirmará as raras qualidades literárias do investigador meticuloso. De outro lado, a editorial Cruz, de Braga, publicou uma obra do Professor do Liceu de Lamego, António Alberto de Andrade, intitulada «Verney e a filosofia portuguesa».

Um título onde se inclui a expressão «filosofia portuguesa», desperta um justificado interesse a quem esteja de sobreaviso quanto à actividade do pensamento português. Mas, por um lado, a época de Verney não se nos afigura a mais propícia para a manifestação do pensamento nacional, visto que deveria ter sido, e não foi, um período de transição da escolástica para o advento da filosofia kantista. Por outro lado o livro de António A. de Andrade constitui uma eruditíssima investigação das renovações do ensino escolástico introduzidas pela matematização das ciências e pelas novas concepções físicas de Tycho Brahe, Gassendi e Galileu. Mostra o autor como estas renovações se operaram no ensino dos jesuítas e das demais ordens religiosas. E a abundância de elementos que utiliza é sinal de um esforço para que não serão de menos todos os louvores. Porém, a esta actualização do ensino ministrado pelas ordens religiosas e à concludente falsidade das acusações de Verney, reduz o estudo, pelo que melhor nos pareceria ter ficado esta obra intitulada de «Verney e a Escolástica».

Os documentos utilizados para refutar a acusação de Verney têm aspecto de concludentes, pelo que António A. de Andrade, passando a julgar o julgador, formula este processo:

«Ao Barbadinho, portanto, que deverá Portugal?

— Sem dúvida e exclusivamente, o ter mergulhado nas novas ideias com estrondo e escândalo públicos. Desta forma, caminhou mais depressa, mas com menos segurança»; e com menos segurança porque «neste aspecto (o das novas ideias), tinham menos razão os

que acusavam aos escolásticos portugueses, não só porque estes não ignoravam grande parte das novas invenções, como também por esses acusadores—sobretudo Verney—haverem caído em ridícula idolatria perante o novo mundo então descoberto».

Mas, se o ensino dos jesuítas era — como A. A. de Andrade mostra — além de modernizado, de uma modernização que não excluía a mais profunda reflexão crítica, como se explica que tenha sido acusado pela Junta de Providência Literária, de «subordinado ao plano de arruinar, não só todas as ciências, mas a sã moral evangélica e a piedade cristã», e, sob tal acusação, haja sido expulsa a Companhia de Jesus?

Este enigma deixou A. A. de Andrade insoluto, e nem talvez no plano da obra coubesse solvê-lo, mas, da leitura do seu livro, é tal enigma que, ao fim, se apodera do leitor: a ser a acusação de Verney verdadeira, por complementar ficaria explicada a expulsão dos jesuítas; a ser a acusação falsa, como A. A. de Andrade assevera, a expulsão surge-nos como um efeito sem causa, enigmática portanto.

Bem sabemos que é utilizável o argumento do interesse político do Marquês de Pombal; mas nem se pode dizer que a Companhia de Jesus seja um partido político, nem Pombal, anti-jesuíta, foi anti-católico.

Também se pode usar o argumento de uma cegueira e engano de Sebastião José de Carvalho e Melo; mas, além de o ministro de D. José ter sido um estadista com uma visão que não ultrapassou o horizonte da oportunidade e da administração, o próprio Verney se lastimava — conforme nos informa o Prof. Doutor Cabral de Moncada — de que «havia perdido o seu tempo, que Pombal fora um ingrato e que Almada *nada fizera daquilo que ele lhe tinha dito*».

Há ainda o recurso, de um primarismo irreflexivo como o da consciência infantil, à oposição dual dos bons e dos maus; mas este expediente argumentativo não pode servir para explicar um acontecimento de tão inabituais consequências como o da expulsão da Companhia de Jesus.

A argumentação que A. A. de Andrade utiliza, para defender o ensino da Companhia de Jesus contra a acusação de ignorar os conhecimentos da ciência posterior à Renascença, assenta na demonstração documental que infundamenta tal acusação. Esquemàticamente, A. A. de Andrade indica uma aquisição da ciência estrangeira e, paralelamente, apresenta o documento segundo o qual tal aquisição era conhecida pelos jesuítas. Parece, assim, que a perspectiva da qual visiona a cultura e, no caso, a filosofia portuguesa, para a defesa em que está interessado, é a mesma pela qual o Prof. Hernani Cidade, no seu «Ensaio sobre a Crise Mental no século XVIII», chega a conclusões opostas. Diz o ilustre professor que «numa raça como a nossa, verbo-cultora por falta de propensão para quanto demande esforço da atenção ou persistência da vontade, apenas uma coisa poderia suprir a normal ausência de estímulos internos à actividade intelectual — a comunicação com o pensamento lá de fora, a receptividade para os estímulos exteriores»; esta perspectiva mantém-a o ilustre escritor na 3.ª edição refundida daquela notável obra ao afirmar que «somos um pequeno povo e, segundo parece, mais propensos ao *laissez aller* da emotividade e da imaginação do que à persistência, exigente de vontade forte e ordenadora, do pensamento crítico e especulativo. Assim, [...] só por interna protecção mecenática ou por libérrimo convívio com povos de cultura mais rica e activa, nós podiamos participar com brilho no labor intelectual da Europa».

Quer dizer: se, conforme a posição

tomada ante a «questão Verney», os opinantes divergem, divergência contudo é essa que parte da mesma noção de cultura, nela permanece, para se vir a manifestar na floração da opinião exterior, quando deveria radicar por tão diversas raízes como diversos são Aristóteles e Descartes.

Como representativas dos que opinam a favor de Verney, a obra citada do Prof. Hernani Cidade e a sua posterior 2.ª edição, tiveram o mérito de provocar a crítica do P.e Domingos Maurício numa notabilíssima série de artigos publicados na revista «Brotéria» que, digamos à margem deste ensaio, bem mereciam ser reunidos em volume, tanto mais que, dispersos, se torna demasiado onerosa a aquisição desses textos.

Assim como, em tais artigos, o P.e Domingos Maurício revelou a informação que os jesuítas portugueses possuíam da ciência estrangeira coetânea, e em especial de Descartes, nesta mesma senda prossegue A. A. de Andrade, que para a mesma causa acarreta mais abundante material de provatória documentação.

Efectivamente, acusar os jesuítas, como o fizeram Verney e seus sequazes, de medievalistas post-renascentes, é cair num erro que só a ingenuidade explica, pois desatende-se a que a Companhia de Jesus é um produto dessa mesma Renascença. Acusar os jesuítas de ignorarem Descartes, é desconhecer a intimidade de Cartésio com os jesuítas que o educaram. Fatalmente, pois, poderá A. A. de Andrade exprimir a conclusão, que não passa afinal de uma petição de princípio, de que «o Renascimento foi sentido entre os portugueses, no mesmo tempo em que lavrava na Europa, e que os Conimbricenses são talvez os nossos melhores representantes dessa época, o tipo nacional mais renascentista que podemos apresentar».

Sim, *talvez* o sejam. E cumpre observar — em observação respeitante a uma teoria portuguesa da história—que, também neste ponto, à divergência de opiniões corresponde uma fundamentação idêntica dos opiniosos. É assim que, ao Renascimento em Portugal, o querem caracterizar: pelo que teve de originalidade promotora do movimento europeu, — um nacionalista como João de Castro Osório; pelo que teve de iluminista destruição das verdades dogmáticas e instauração do desinteressado cientismo,—um crítico como António Sérgio; agora, pelo que teve de genuìnamente jesuítico,—este referendo autor de «Verney e a filosofia portuguesa».

Tal como, acerca destas três posições relativas à Renascença, só uma delas será a justa, assim também, quanto às posições tomadas perante a «questão Verney», falta o termo exacto e terceiro. E nunca a questão se solverá no terreno da investigação erudita e do argumento do *sim* oposto ao *não*.

II

Para os defensores do ensino dos jesuítas, a questão define-se na defesa da escolástica; e a defesa postar-se-á perante dois pontos:

— subserviência à dogmática cristã desde Santo Agostinho;

— fidelidade a Aristóteles.

Não tem sentido acusar a escolástica de subserviente da teologia católica, pois esta subserviência encontra-se inteiramente justificada numa época em que o catolicismo era a religião oficial e em que ainda não houvera sido decretada a liberdade dos cultos.

Quanto ao segundo ponto, é evidente que, se o papel indicado à filosofia pela escolástica é o de inquirida pela teologia, a filosofia aristotélica é afim de uma aristotélica teologia que não foi a teologia cristã. O conceito de Deus como motor imóvel não condiz com o Deus cristão. Legítimo é, pois, concluir que a

escolástica não foi essencialmente, nem em todas as suas manifestações e consequências últimas, o sistema do Estagirita. Por isso o oratoriano João Baptista podia, acusando os escolásticos de terem deformado a filosofia de Aristóteles, pretender escrever uma «Filosofia Aristotélica Restituta». Por isso, também à escolástica pode ser assacada a contradição, como o fez o Professor da Faculdade de Teologia de Coimbra, Dr. Eduardo Manuel da Motta Veiga, no seu «Esboço Histórico-Literário da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra», obra tão notável quanto olvidada. Nela nos diz o ilustre opositor do positivismo que os escolásticos «... distinguiram, e muito bem, as duas ciências — filosófica e teológica, por terem *princípios* diferentes e diferentes objectos: Mas quando descem à *prática* ou aplicação das doutrinas, esquecem quase sempre aquela teoria, aliás verdadeira e justa, e ocupam-se em provar as verdades teológicas mais pelo *princípio* das ciências filosóficas do que pelo *princípio* próprio da Teologia. Daí os inconvenientes e embaraços, em que mais duma vez se viram ainda os talentos mais robustos da Idade Média». E ao afirmar, mais adiante, que «incontestàvelmente, a educação intelectual do nosso século é devida em grande parte à escolástica baseada nas ideias do cristianismo», este escritor profere um juízo que atribui à escolástica o mérito de ter sido uma fecunda escola preparatória da nossa formação filosófica.

Além de todo o exposto, cumpre observar que os impugnadores da reforma pombalina e defensores da Companhia de Jesus se limitam a uma defesa da escolástica, e em especial do tomismo, que não presta atenção ao trabalho prévio de exposição e justificação do aristotelismo, o que lhes seria tanto mais necessário e concludente quanto é certo que a vida do sistema cartesiano — já combatido por Leibniz e Espinosa — ficou, após o romantismo, sustentada apenas pelos balões de oxigénio da divulgação francesa, enquanto que a filosofia de Aristóteles renasce no próprio idealismo alemão, e continua a sua marcha triunfal na opinião dos melhores críticos dos nossos dias.

Mais uma vez, há que lamentar a influência da cultura francesa que, como é sabido, proscreveu Aristóteles e ainda não produziu uma obra interpretativa do autêntico, difícil e obscuro pensamento do Estagirita. Efectivamente, é muito pobre a bibliografia francesa de estudos directos sobre Aristóteles, em contraste com a abundância de artigos, monografias e livros sobre Platão. Também entre nós se verifica ser maior o número de obras traduzidas de Platão do que de Aristóteles.

Decerto Verney não é um puro cartesiano, e isto mesmo explica a aceitação da sua doutrina entre os portugueses de então, sabido como é que a nossa filosofia tem, entre as suas características essenciais, a da oposição ao cartesianismo. Digamos, à margem deste estudo, que o mesmo acontece com o hegelismo.

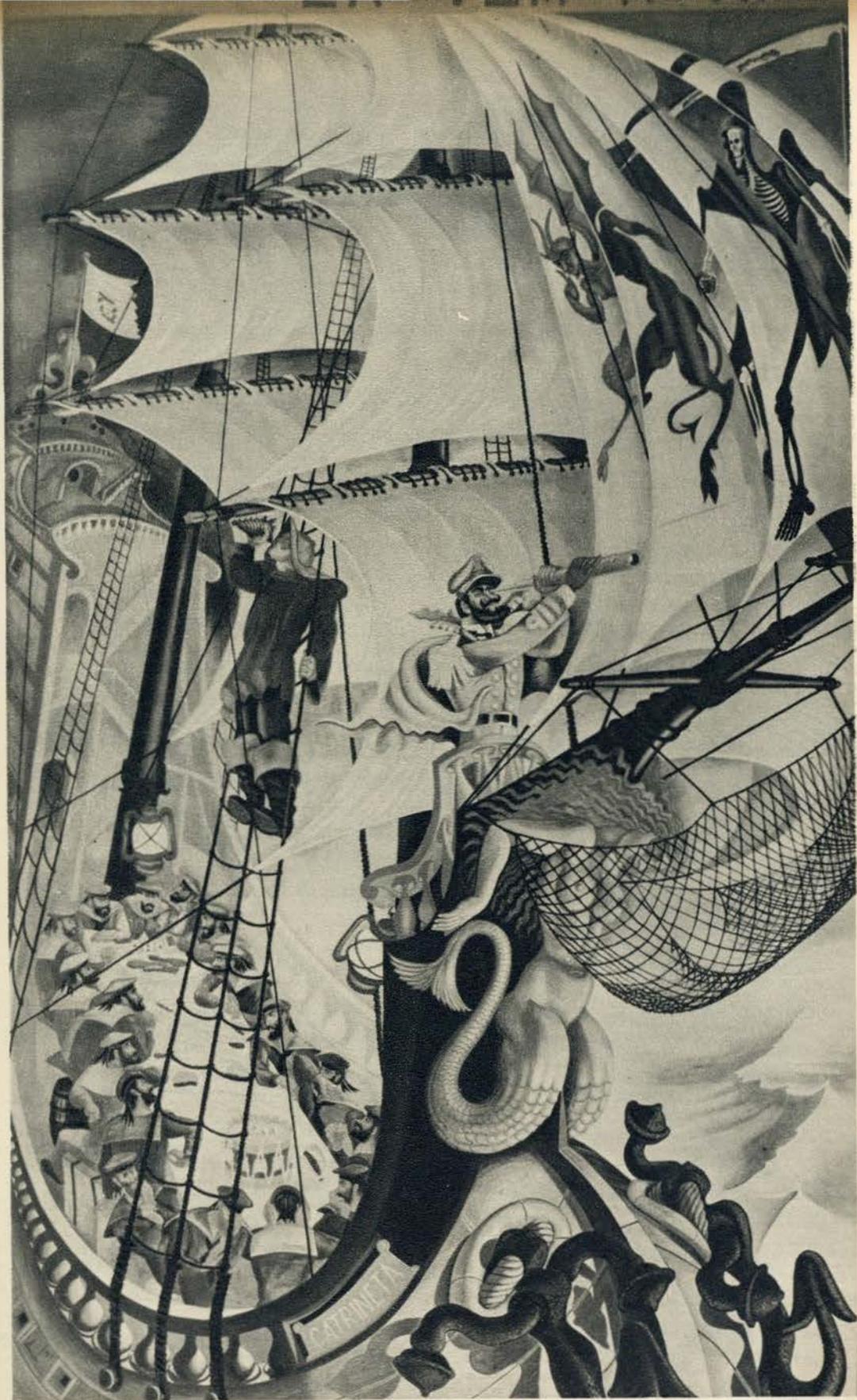
Interessante será relatar uma estranha observação do Prof. Newton de Macedo, no volume VI da «História de Portugal» dirigida pelo Prof. Damião Peres. O ilustre professor, que foi um dos raros tradutores de Descartes, lamenta que, da reacção contra a escolástica e o aristotelismo, o pensamento português não fosse levado a aceitar a lição do autor do «Discurso do Método» e que a missão de substituir Aristóteles tivesse sido atribuída a Bacon, como se prova pela tentativa frustrada de se editar a tradução da obra completa do teorizador do empirismo inglês. O Prof. Newton de Macedo exprime-se nestes termos:

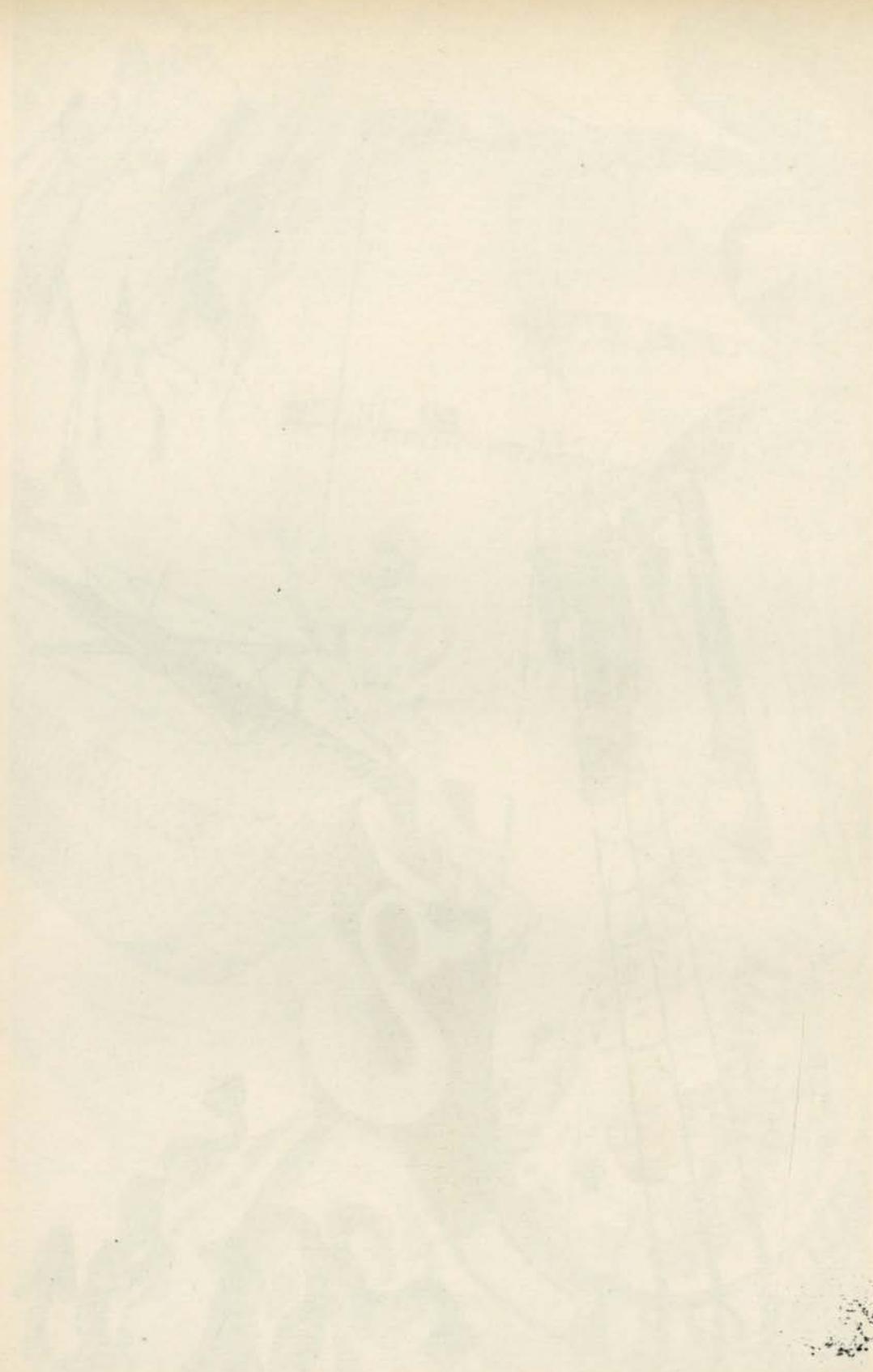
«Entre o empirismo inglês que a partir de Bacon com o seu conceito basilar

do espírito — Tábua Rasa, reduzia ao mínimo a iniciativa da razão na obra de criação científica, e o racionalismo cartesiano, que no conhecimento matemático via o modelo da verdade científica, os inovadores não hesitaram. Por uma errada interpretação do verdadeiro e profundo significado do racionalismo cartesiano olharam-no com desconfiança, vendo nele ainda uma sobrevivência dos velhos hábitos mentais, no emprego audacioso da especulação». E mais adiante, o escritor insiste: «Entre a filosofia inglesa da experiência, de Bacon, de Hobbes, de Locke e de Newton, e a filosofia francesa dominada então pela concepção cartesiana do mundo, os inovadores portugueses, os adversários da cultura escolástica, revelam uma predilecção marcada pela primeira».

A malograda tentativa de traduzir Bacon foi, porém, compensada pela divulgação obrigatória dos compêndios de Genovesi. E se algum juízo houvesse a formular sobre a história da nossa cultura daquele tempo, seria o lamentar o nosso atraso em não seguirmos a filosofia de Kant, dado que só com ele é que verdadeiramente começa a crise da escolástica. O cartesianismo não remediava o mal porque era também uma forma da escolástica: a que nasce da física de Galileu e da matematização das ciências.

A «questão Verney», portanto, vista a longa exposição que terminámos, nos parece ainda não definida na sua adequada problematização. E se, para finalizar, algo houvéssemos que concluir sobre filosofia portuguesa, melhor não poderíamos escolher do que o seguinte juízo do Prof. Delfim Santos, na obra «O Pensamento Filosófico em Portugal»: «Desde o início histórico do nosso pensamento se nota uma atitude ambivalente: a metódica de uma razão que só admite o sensível como seu alimento e, no polo oposto, um pensamento de tipo metafísico de irrefragável coloração espiritualista. No centro, entre estas duas atitudes, essa longa série de aristotélicos não só a mais numerosa, mas também, talvez, a melhor representada. Aristóteles é o pensador sempre presente em todos os momentos da especulação nacional».

ORLANDO VITORINO

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS — *«Lá vem a Nau Catrineta»* — I

(Tríptico a fresco, na Gare Marítima de Lisboa)

CANÇÃO

De dentro da garrafa intacta
reflectiu-me o vinho que não bebi.
Do limite do meu horizonte
canta o mar onde não me perdi.
Além dos corpos com que me cruzo e choco
há vidas como a que não vivi,
almas gritando a dor que não senti,
risos iguais aos que não ri.
Do outro lado do mundo
sei de terras e águas e estrelas que não vi.
Mas tu passaste em silêncio
e só eu dei por ti.

9-3-948

MARIA ELVIRA BARROSO

A OBRA DO REI

(COMENTÁRIO DE UM FILME NÃO REALIZADO SOBRE A OBRA DE D. DINIS).

O mapa de Portugal é o retrato do povo lusitano e dos seus primeiros reis — daqueles que de um território fizeram uma nação. Mas era pequeno o país para o génio de um povo debruçado sobre o mar. Na «ocidental praia lusitana» as ondas do Oceano vêm embater de encontro às dunas — ondas de areia em que a terra portuguesa parece querer confundir-se com as águas. O convite do Atlântico tinha que ser escutado logo na infância, mal saída do berço a nacionalidade. Ouviu-o exactamente aquele rei que soube olhar para a terra com olhos de lavrador. Pode-se dizer, de facto, que D. Dinis lavrou o solo de Portugal, lançando aos sulcos abertos pelo seu génio político a semente de muitas e grandiosas coisas. O Pinhal de Leiria, foi ele que o mandou semear em 1290; por isso se chama, ainda hoje, Pinhal do Rei. Quantas outras coisas, em Portugal, mereciam ter este nome: obra do Rei D. Dinis!

Dos pinheiros que ele mandou semear nasceram as caravelas que haviam de descobrir a maior parte do Mundo. Por isso o poeta Afonso Lopes Vieira, que viveu «rezando ao mar» junto do «Pinhal do Rei», escreveu, ou melhor, cantou:

«ditoso o Lavrador que a seu contento
por suas mãos semeou este jardim;
ditoso o Poeta que lançou ao vento
esta canção sem fim...»

A voz do pinheiral responde à voz das ondas, como se a terra portuguesa acudisse ao apelo atlântico de além. Disse-o por outras palavras o poeta:

«Catedral verde e sussurrante, aonde
a luz se ameiga e se esconde
e aonde ecoando a cantar
se alonga e se prolonga a longa voz do mar».

Mas D. Dinis não se limitou a pensar na construção de navios com que, no futuro, havíamos de conquistar os Oceanos. Cuidou de dar pão aos portugueses, e para isso mandou enxugar, à sua custa, o paul de Ulmar, e mais os pauis de Salvaterra de Magos, de Muge e Valada, no Ribatejo, conquistando novos terrenos para a agricultura. Onde dantes eram pântanos passou a crescer o trigo. A esse Rei de tão extraordinária visão se devem, também, os primeiros ensaios de colonização interna. Dividiu as terras incultas em grupos de vinte e trinta casais, distribuindo cada um deles a uma família. E surgiram as casas, os arados lavraram o solo, as espigas ondularam ao vento como esperanças! Como ao desenvolvimento da agricultura tinha que corresponder maior movimento de trocas comerciais, esse Rei admirável estabeleceu «feiras franqueadas» ou «feiras francas», a primeira das quais foi a de Torre de Moncorvo, criada em 1319, multiplicando-se depois pelo país fora, do rio Minho ao mar dos Algarves, da fronteira de Espanha às costas atlânticas. Mas não o tentou só o melhor aproveitamento do solo e a intensificação do comércio interno. Até para a riqueza do subsolo teve olhos esse rei-mago! Promoveu a exploração de minas, prin-

cipalmente de ferro, na mais ampla visão da vida económica.

D. Dinis não foi só fomentador de riqueza, mas um grande político, que aliava o bom-senso diplomático ao talento militar. Foi ele quem, graças a essas qualidades, delimitou definitivamente Portugal pela fixação da fronteira de Leste, definindo territorialmente o país tal como ele é há seis séculos e meio. O seu génio obteve para Portugal: a comarca de Riba-Coa, entre o Coa e o Águeda (prolongando-se por Almeida, Vilar Maior, Alfaiates, até à serra das Mesas) e o triângulo Mourão-Noudar-Pomarão, tendo por base o curso do Guadiana e incluindo as importantes povoações de Moura e Serpa.

Rei previdente, dotou o país dos meios de defesa necessários, reedificando ou construindo quarenta e dois castelos; entre outros, os de Braga, Pinhel, Castelo Rodrigo, Almeida, Leiria, Sabugal, Beja, Castelo de Vide e Mértola, fazendo de novo, ou reformando, outras tantas povoações. Quantas vezes, ao longo dos séculos, graças a D. Dinis, a bandeira das Quinas pôde flutuar vitoriosa no alto das torres de menagem de muitas cidades e vilas de Portugal! Quantas vezes, por obra desse Rei, as atalaias lusitanas puderam preservar, para os portugueses, a terra de Portugal!

Atento ao Presente e ao Futuro, zeloso dos interesses nacionais, quando o Papado suprimiu a poderosíssima e riquíssima Ordem dos Templários, D. Dinis consegue que os seus bens não saiam do património da Nação, passando para a posse de uma nova ordem de cavalaria. Nasceu assim, rica e poderosa, por obra desse Rei, a Ordem de Cristo, ordem exclusivamente portuguesa, que tão grande papel viria a desempenhar nos Descobrimentos. Definiu-a o próprio D. Dinis como uma nova ordem de «lidadores de Jesus Cristo», traçando-lhe assim a missão de levar a Fé aos mais longínquos lugares do Globo, dilatando o Império cristão de Portugal. Defensor dos interesses da Nação, ao impor limitações económicas às ordens religiosas, não deixou, como Rei católico de um país católico, de auxiliar a acção da Igreja, mandando construir templos como a Matriz de Mértola. Mas onde demonstrou melhor a sua crença foi ao torná-la inseparável da futura expansão portuguesa no Mundo, com a criação da Ordem de Cristo. Ficou essa Ordem com sede no castelo algarvio de Castro Marim, na fronteira mourisca, tendo sido encorporados na nova milícia: Castelo Branco, Longroiva, Tomar, Almourol e todos os castelos da ordem dissolvida. Mas com o seu olhar, que alcançava além do horizonte, D. Dinis previu, certamente, que a fronteira da Cristandade deixaria de ser o Algarve, e que os Cavaleiros de Cristo iriam implantar a Cruz e a bandeira das Quinas em terras de África, e mais longe ainda, nos confins do Mundo. A ele se deve a semente dessa seara de «lidadores de Jesus Cristo» que dos Oceanos indesvendados e dos Continentes desconhecidos, da África, da Ásia, da Oceânia, da América, trouxeram os trofeus que decoram a maravilhosa janela manuelina da Sala do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar — síntese, em pedra lavrada, de todas as descobertas e conquistas portuguesas. E tão cristãos foram os nossos empreendimentos, iniciados por tais Cavaleiros, que ainda hoje a Cruz da Ordem de Cristo pode ser ostentada nas velas de um navio português!

Também a inteligência mereceu do rei-poeta aquela atenção que não vê só o dia de hoje mas prepara o Futuro. Foi D. Dinis quem fundou a primeira Universidade portuguesa, ao criar em Lisboa, em 1290, o Estudo Geral, transferido para Coimbra em 1308. Uma das mais antigas e mais gloriosas Universidades da Europa — a Universidade de

Coimbra — nasceu a um gesto desse semeador. O que existe da Universidade de D. João III, o que lhe foi acrescentado pela magnificência de D. João V, tudo quanto os séculos juntaram à sua volta: obras do espírito e fulgores da sabedoria; a futura Cidade Universitária, em construção—tudo quanto se fez, tudo quanto se está fazendo em Coimbra, provém da semente lançada por esse Rei, que foi, mais do que nenhum, semeador. Poderá a sua estátua, devida ao cinzel de um grande escultor do nosso tempo, encimar amanhã, com toda a justiça, a escadaria da Cidade Universitária. Portugal inteiro, num acto de gratidão, deverá contemplar a sua figura como a de um dos maiores construtores desse edifício que é a Nação Portuguesa, para sempre firme nos seus alicerces.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS — *«Lá vem a Nau Catrineta»* — II

A voz que fala em mim

Na escuridão a voz murmura em mim :
«Canta, Poeta desolado... A vida,
tu a quiseste assim,
vazia de sentido e iludida.»

Não há silêncio à minha volta.
Sinto frias as mãos e a alma tonta
do «carroussel» parado em que se solta
o querer ser onde a Polar desponta.

Cavalinhos fantásticos volteiam
uma dança macabra e irreal.
E, ao som de flautas, na minha alma melopeiam,
atònicamente, o bem e o mal.

D A N I E L   F I L I P E

O PRIMEIRO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE FOLCLORE

A obra, sagrada e imensa, da perfeita e completa recuperação nacional lusíada (portuguesa e brasileira) de há muito iniciada, encaminha-se agora, enfim, para uma fase de plena afirmação e actividade? Tudo o parece indicar, e também, e melhor, exigir.

Exige-o a própria evolução natural da história contemporânea nas duas grandes Pátrias, nos dois Impérios irmãos com centro comum no Atlântico, evolução animada por uma força irreprimível que resistiu a todos os negativismos e erros e acabou por afirmar o valor do génio lusíada.

Exige-o e explica-o o facto de estarem agora atingindo a plenitude criadora os melhores valores individuais das gerações que, em Portugal e no Brasil, já entraram nas lutas do espírito com a consciência do seu carácter nacional, da sua cultura comum e da unidade, superior às necessárias divisões políticas do Mundo onde se fala português, tudo isso que desde os meados do século XVIII se procurou esconder ou desvirtuar.

Indica-o a actividade cultural renovada, já manifesta em algumas realizações, ansiosamente propondo e aguardando, com plena confiança, outras muitas, não menos necessárias.

É esta mesma actividade e também a convicção, entre os que nela colaboram, do muito que ela exige, o que torna impacientes os intelectuais com perfeita consciência nacional e nobre dedicação à necessária obra de cultura a realizar.

Impacientes mas não ingratos.

O desejo de muito mais e de melhor não implica o desconhecimento, que seria injusto, do muito que já se tem feito. Só mesmo a obra já feita explica a possibilidade actual das iniciativas que se desenham, e das ideias que se concretizam em realizações que, tempos atrás, não seriam sequer imagináveis.

É o que sucede com a iniciativa do Primeiro Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, com a ideia cultural que se concretizou no seu plano e em trabalhos preparatórios para a sua realização, e esta, que tem de ser perfeita, naturalmente virá desenvolver e consagrar.

A própria iniciativa só foi possível porque de há muito vem sendo realizado em Portugal e no Brasil um trabalho intenso, profundo e inteligente, na ciência do Folclore, na cuidadosa e vasta recolha de material etnográfico, na sua ordenação e análise comparativa, e também, mais recentemente mas não com menos intensidade e valor, nas deduções críticas e nas sínteses histórico-filosóficas que lhe dão o verdadeiro, completo e perfeito valor para a Cultura e para a vida espiritual.

Foi esse imenso e, por longo tempo, desacompanhado trabalho dos folcloristas brasileiros e portugueses que tornou possível a compreensão da existência de uma vasta e complexa individualidade étnica luso-brasileira, de uma cultura popular de carácter comum e de qualquer outra diferenciada e distinta, de uma alma nacional, ou, se quisermos atender à natural e mesmo necessária divisão política em dois Impérios, super-nacional lusíada.

Foi esse trabalho acumulado, e cada vez mais profundo e mais perfeito, que nos permitiu conhecer a riqueza imensa, inexcedível em sua complexidade e valor, da nossa cultura popular, das suas tradições que vêm de mais longe que a

romanização e nunca até hoje cessaram de se enriquecer e criadoramente evoluir.

Sobre estes alicerces, erguidos lentamente, com sacrifício de tantas vidas de trabalho e dedicação nobilíssima ao estudo, à verdade e ao amor da Nação e da Cultura, é agora possível começar a compreender a realidade profunda, viva e grandiosa da alma e valor dos povos lusíadas.

E a primeira prova pública dessa compreensão foi a iniciativa do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, visando a realização de um Congresso Luso-Brasileiro de Folclore. Imediatamente secundada, com entusiasmo, por todos os folcloristas portugueses e brasileiros, o que já de si revela a existência actual de uma autêntica e superior cultura lusíada, consciente dos valores nacionais comuns e do seu universalismo, essa iniciativa encontrou desde logo os meios pelos quais se pode concretizar numa obra real e imensa.

E esta possibilidade também significa a existência de um verdadeiro pensamento político superior que, em Portugal e no Brasil, irresistìvelmente se vai impondo e vencendo o que, por mais de um século rebaixou a Política, na teoria e na prática, na acção e no pensamento, à condição de servidora das paixões momentâneas e reflexo das más e falsas ideologias e doutrinas importadas e aceites com passividade mental e covardia moral.

Foi possível, por isso, fazer-se da política o instrumento de uma procurada ou pelo menos aceite destruição dos valores humanos e nacionais em que se fundou a grandeza do Mundo Lusíada, e a sua obra imensa na Civilização Universal.

Entre esses valores, um dos mais altos e profundos é precisamente o que se nos revela em nossa cultura popular, com raízes milenares, mas que só pode afirmar plenamente a sua individualidade na acção dos Descobrimentos e na criação de novas Pátrias, toda a obra de conquista dos territórios e das almas, de povoamento português e de assimilação de outras raças, a obra imensa que ainda está em progresso.

Estas realidades invencíveis: o valor da raça lusitana, o poderoso movimento ascensional da sua história, o carácter do povo capaz de a viver, a sua capacidade criadora e receptiva e tudo o que, das ideias religiosas aos sentimentos mais simples, lhe é próprio e necessário, sim, todas estas realidades admiráveis e fecundas foram sistemàticamente negadas, escondidas, ou troçadas.

Por todos os meios se procurou combater e abafar a alma dos povos lusíadas precisamente quando eles, após a obra de quatro séculos e continuando-a, entravam na fase de plenitude e máximo esplendor do seu génio.

E um desses meios, que não tem sequer a desculpa das paixões democráticas e dos erros a que elas involuntàriamente levaram, foi o de uma falsa educação tendente a desumanizar e desnacionalizar e também a tornar incaracterístico, sem alma, sem vida própria e sem valor, o povo.

A este verdadeiro crime se opuseram os melhores intelectuais de Portugal e do Brasil. Mas foi essa uma oposição de isolados e às vezes mesmo, em muitos deles, involuntàriamente diminuída por sua ligação com outros ideais que lhe retiravam muito do seu valor.

Foi um estranho conflito íntimo o que se deu por mais de um século (por todo o período do Romantismo, em nossas duas Literaturas, precisamente) na mentalidade portuguesa e brasileira. Creio indispensável estudar e definir esse conflito em todos os seus aspectos e um dia, querendo Deus, o farei.

Mas não sem razão o devemos relembrar agora que (salvo em atrasados men-

tais com pretensão a *avançados* políticos) ele parece ter de vez terminado.

Agora e precisamente com a existência de um pensamento político verdadeiro, e portanto nacional, e com o respeito e o amor do povo, a consciência do valor da sua cultura e a compreensão da necessidade, primeiro, de a conhecer perfeitamente, e, depois, de a engrandecer e impulsionar segundo as suas próprias directrizes e carácter natural e histórico.

Muito ainda, mesmo muito, falta, por certo, para que a nossa cultura popular seja respeitada, compreendida e impulsionada quanto merece o seu alto valor e exige uma inteira recuperação nacional.

Mas o que já se fez é também muito, quer por esforço e obras individuais, quer por nobre espírito político e acção dos organismos que, neste particular, o interpretam e realizam.

Mais uma vez temos de o notar agora na contribuição imediata e de alto valor, indispensável mesmo, que à obra do Primeiro Congresso Luso-Brasileiro de Folclore já deu e vai dar o Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular.

A própria existência, em Portugal, de um organismo político, se não ainda, como seria talvez necessário, com a função exclusiva de conjugar e dirigir as actividades de estudo e incitamento da cultura popular, ao menos com essa função entre as suas principais e sabendo compreendê-la e cumpri-la, a existência deste organismo e a obra já por ele iniciada comprovam o que afirmei sobre a marcha progressiva da recuperação nacional.

E é justo esperar que precisamente na realização perfeita do 1.º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, em tudo que seria impossível sem o seu auxílio, e precário sem a sua colaboração directa e indirecta, venha agora a mostrar-se o valor da obra já feita e tornar-se esta o que deve ser e o que, por amor da Nação e da Cultura, lhe temos que exigir.

Digo na realização perfeita desse Congresso porque se não for assim, perfeita, ele será inútil ou mesmo prejudicial.

Quer pelo momento histórico, no início da fase de plena consciência do génio lusíada, em que se realiza o 1.º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, quer pela colaboração que ele vai estabelecer entre os folcloristas e os pensadores de todo o mundo em que se fala português, esse Congresso necessàriamente vai ter os mais vastos e mais duradouros efeitos na vida intelectual e na cultura e até mesmo na superior vida política dos dois Impérios. Bons ou maus efeitos conforme a sua compreensão da cultura popular, complexa, profunda e vasta, que vai submeter ao seu estudo e conforme o espírito com que saiba definir o carácter próprio dessa cultura, o valor da sua unidade nacional, ou super-nacional, lusíada, e seus aspectos complementares no Brasil e seus Estados, em Portugal e nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, em diferenciações que não romperam essa unidade mais profunda mas lhe deram vida mais complexa, inestimável riqueza e valor universal.

O trabalho já realizado pela «Comissão Preparatória do 1.º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore» dá-nos seguro motivo para confiarmos na grandeza da obra que tem de ser a primeira definição conjunta de uma alma e de uma cultura populares que são a base indispensável de um génio nacional lusíada, vasto bastante para animar um dos Mundos de cultura, coeso e individualizado, em que necessàriamente se ordenará a Humanidade do século actual e dos vindouros.

Na própria definição dos objectivos do Congresso e da ideia geral que a ele

presidir, está implícita a finalidade máxima imposta, pela época histórica em que e para a qual vivemos, aos estudos e ao pensamento filosófico dos folcloristas portugueses e brasileiros.

Uni-los na comum aspiração de encontrar a verdade, no «conhecimento mútuo, dos factos e conclusões que podem esclarecer as origens ou assinalar as sobrevivências da tradição nos povos de língua portuguesa», é já de si considerar, de acordo com essa mesma verdade, a existência de uma *individualidade* folclórica, caracterizada, em sua complexidade, e o bastante diferenciada, em seu todo e principais caracteres, das outras individualidades folclóricas hoje definíveis no mundo.

Não é por ideal, doutrina e sentimento nacionalistas (os quais confesso e confessarei sempre) que neste lugar e com o pretexto do Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, eu afirmo a necessidade e o dever de conhecermos e definirmos a nossa individualidade folclórica, a alma popular que mantém vivas as tradições e as está acrescentando em plena actividade criadora de cultura.

Esse nacionalismo que se baseia na compreensão de uma realidade invencível e fecunda, não é, aliás, restrito ao que, melhor definível pelo termo de patriotismo, coincide com qualquer espécie de sentimento ou interesse políticos. Admite e aplaude a constituição de novas Pátrias, compreende e louva as diversificações «nacionais» no sentido restrito e político da palavra, e as outras, regionais, que também nelas se manifestam em consequência da sua riqueza de vida humana e largueza das terras em que se expandiu.

Mas compreende a outra realidade, mais profunda, de um génio super-nacional que se aumenta e engrandece de todas essas diversificações e se mantém uno e capaz (só assim capaz) de uma vida e um valor universais.

Não desejo, porém, limitar à justificação por um pensamento nacionalista, que é consciência da realidade fundamental da Civilização do Ocidente, o que afirmo em absoluto necessário para os estudos e o pensamento dos folcloristas dos dois vastos Impérios em que se fala português.

Desejo indicar o testemunho de um dos mais sábios e lúcidos folcloristas, de mundial renome, A. Van Gennep, e citar algumas conclusões a que ele chegou, sem meditação do problema político e filosófico do nacionalismo, e tão sòmente concluindo, mas com perfeita lealdade intelectual, sobre as realidades observadas numa vida inteira de estudo.

São do seu livro «La Formation des Légendes» (Bibliothèque de Philosophie Scientifique — Paris — 1920) os trechos que transcrevo e, contra o meu hábito, sem os traduzir, para que nem os mal intencionados possam dizer que impus qualquer desvio, mesmo ligeiro, a favor da minha tese, ao pensamento do grande folclorista e verdadeiro filósofo da cultura, o admirável sistematizador dos «Rites de Passage», etnógrafo e linguista, historiador da Literatura e crítico A. Van Gennep.

Analisando «a teoria do *Volkergedanke*, de Bastian e dos seus continuadores», aplicada a todos «os elementos de civilização e em particular aos contos, mitos e lendas», teoria ainda hoje predominante, mas por motivos de falsa ideologia internacionalista, e não científicos, escreveu A. Van Gennep:

«Elle est insuffisante. En présence de l'expérience, les hommes des diverses régions et races construisent des hypothèses et agissent suivant des voies diverses. En outre, elle n'explique justement pas l'existence des provinces thématiques, ni davantage celle des «provinces naturelles» où «aires de civilisation» (pág. 49).

Definindo as «Leis da formação das lendas», diz:

«Chaque peuple, selon ses tendances à la gaité où à la mélancolie, à lá brutalité où à la tendresse, aux longueurs où à la sécheresse littéraires, choisit parmi les thèmes qui viennent à sa connaissance, les combine et les arrange suivant sa nuance personnelle de sensibilité» (pág. 281).

E depois de notar alguns exemplos sugestivos chega a esta definição cheia de verdade:

«Chaque groupement humain possède une sorte d'individualité spécifique qui s'exprime, et se consolide même, par la transmission, de génération en génération, de mythes, de légendes et de contes. Pendant sa période de vigueur, il n'admet, en ce domaine comme dans d'autres (arts, religion, droit, etc.), que des éléments conformes à ses tendances vitales essentielles et transforme suivant ces tendences les apports de l'extérieur» (pág. 285).

É fácil, desta realidade, inferir os problemas, de interesse fundamental para as culturas nacionais e sua vitalidade, que têm de ser propostos à Ciência do Folclore e por ela resolvidos com o mais profundo e seguro estudo, e alto pensamento.

Para os estudiosos luso-brasileiros do folclore que pela primeira vez vão ser postos em íntima e fraterna cooperação, os problemas altíssimos, de resolução verdadeira indispensável para a nossa vida superior, valor universal e progresso verdadeiro, são estes:

Há um «mundo de cultura» lusíada, constituindo uma das grandes áreas de civilização (uma dezena e não mais) em que tende a congregar-se a Humanidade inteira?

Se este mundo de cultura lusíada, individualizado e estruturalmente uno, mas com suas províncias culturais; se esta cultura universal lusíada existe, já plenamente afirmada ou em activa realização, quais são os seus valores comuns e mais profundos, quais as suas características permanentes e estruturais?

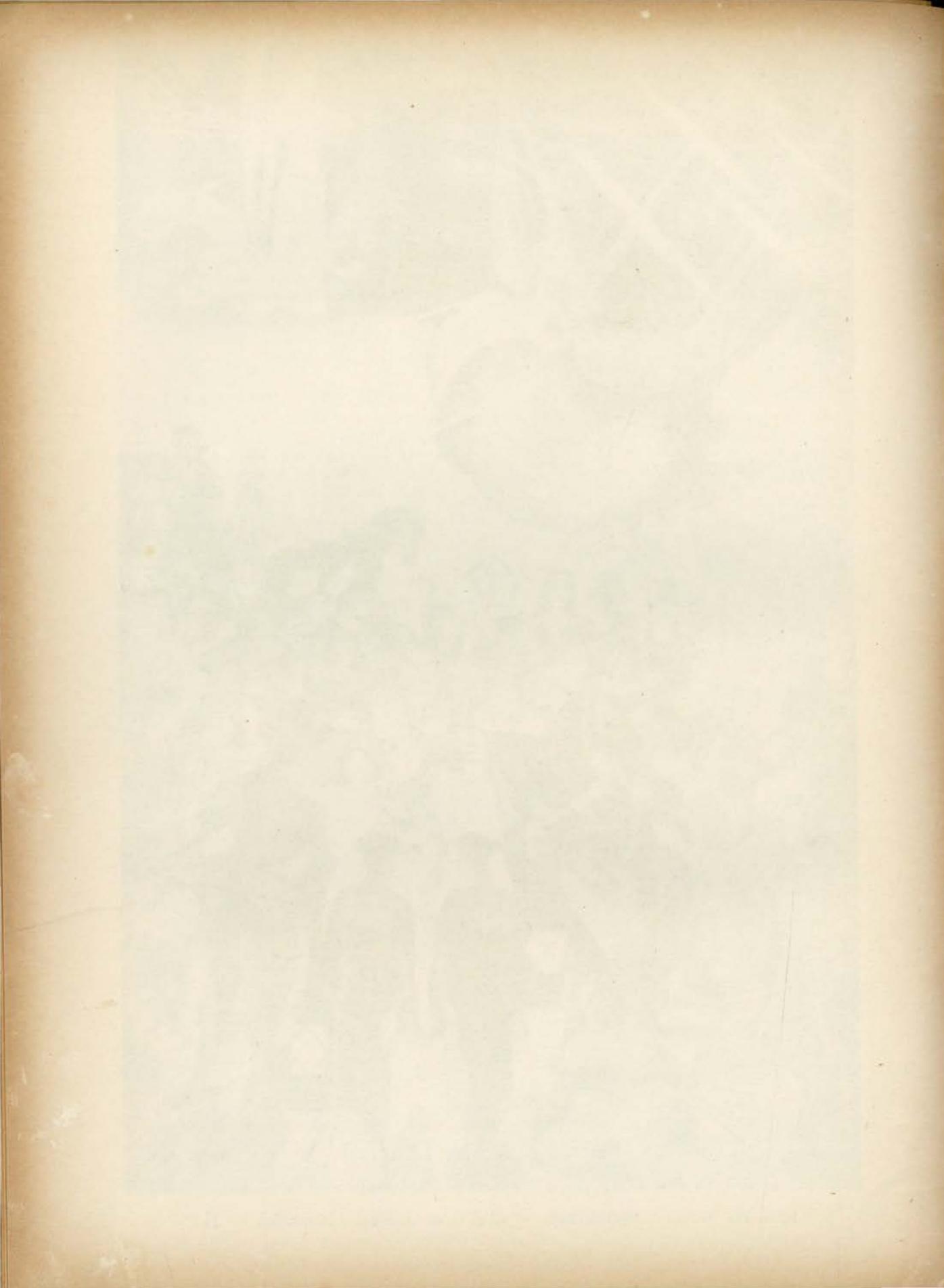
Finalmente, em todo o vasto campo definido nos assuntos, pela Comissão Preparatória, propostos ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore e em cada um desses vinte «capítulos», como se revelam aquela unidade super-nacional de um mundo de cultura lusíada e as suas diversidades complementares «nacionais» e regionais?

Há que notar particularmente como essa profunda unidade é a consequência de um processo de assimilações de «raças antropológicas» diversas e suas tradições, elevando-as para a unidade melhor de uma raça histórica, ainda mais pela conquista das almas do que pela miscigenação dos sangues.

Há que estudar este facto, de transcendente valor e significado universal, de um mundo de cultura que superou as diferenciações geográficas e que, pela primeira vez na História do Homem, nos mostra a plena vitória deste sobre a Terra e suas influências.

Assim se poderá concluir sobre o valor de um mundo novo em formação em que não foi recusada a colaboração de todas as raças e suas diversas almas e anteriores culturas porque existia um elemento congregador forte bastante para lhe dar a unidade e a coesão vital.

Esse elemento é o da raça do Ocidente Atlântico, formada já muito antes das primeiras civilizações históricas, e que delas acolheu o que podia aumentá-la, transformando-o e assimilando-o, e repeliu o que poderia diminuir o seu poder e carácter. É o da raça histórica portuguesa, a Nação (no mais belo e vasto significado da palavra) que no descobrimento das terras onde se expandiu encontrou enfim a actividade própria e a circunstância necessária para a sua plena afirmação.

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS — *«Lá vem a Nau Catrineta»* — III

Todos estes problemas importam à própria Ciência do Folclore e definição verdadeira das suas leis. Todos estes problemas importam igualmente à grandeza do Mundo Lusíada, e dos dois Impérios em que natural e benèficamente se divide.

O primeiro Congresso Luso-Brasileiro de Folclore tem por isso de ser o início de uma cooperação no estudo, de uma reunião dos elementos de trabalho, de uma larga obra de pensamento. Tem de ser também a propositura de vastas realizações (museus, bibliotecas, institutos de investigação) pelos quais em qualquer parte do Mundo Lusíada seja possível ver e sentir a profunda unidade e toda a complexa riqueza da alma e da cultura populares que são os alicerces do Mundo Lusíada e da nova Civilização Universal que nele está surgindo.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

VÁRIA

Teatro português:

«Benilde ou a Virgem Mãe», de José Régio

Ao contrário do que a crítica disse, e ao contrário de «Jacob e o Anjo», «Benilde ou a Virgem Mãe», de José Régio, levada à cena pela companhia do Teatro Nacional, não é uma obra arrojada; é antes uma peça balbuciada e tímida, que não apresenta aquelas condições necessárias para a renovação da nossa dramaturgia. Representando-a, a companhia do Teatro Nacional só meritòriamente procedeu, seguindo a única via, tímida e balbuciada, que a nossa criação teatral permite, até que se constitua o ambiente promissor da obra arrebatadora que renove o teatro português e o reerga à origem medieval do sublime Gil Vicente.

Na autoria teatral de José Régio, «Jacob e o Anjo» continua no lugar de obra-prima. Esta é que foi uma peça arrojada. Dela permanecem, em «Benilde», alguns elementos genéricos, como a voz do louco, a tempestade e a música do violino, que o autor colocou nos bastidores quando nós os queríamos ver em cena, porque só quando eles aparecerem figurados a nossos olhos, o teatro atingirá o domínio do transcendente que lhe é próprio. Proceder assim, receou José Régio; e por assim ter receado, o espectador permanece insatisfeito em sua sequiosidade de espectáculo teatral, ou seja, de transcendência.

Bem poderá Benilde arrancar da alma orações arrebatadas que seu discurso não atingirá o alto grau dramático se o milagre se não patentear a nossos olhos e se o mistério não for confessado a nossos ouvidos.

Apenas para a personagem interessada no drama, será ilícita a visão e ilícita a confissão, mas o espectador não está interessado na solução do conflito, nem, como é da essência do teatro, o pode estar, e, por isso, tudo o autor terá que lhe revelar. A arte do dramaturgo ficará em graduar essa revelação na medida em que ela dá ao espectador os elementos para compreender e dominar o conflito de todas as personagens e a angústia de cada uma delas. Ora José Régio, pondo em cena um tema que depende dos limites da ignorância e do saber humanos, não dá ao espectador os elementos para transcender a discussão. Por isso, o espectador entra no palco, toma parte na discussão e procura solucionar o conflito. Poderá, terá que escolher a parcialidade das personagens, e deste modo a peça perde a precisa unidade. Se o espectador concordar com o Dr. Fabrício ou com o Padre Cristóvão, a peça termina no 1.º acto; se com Etelvina, a peça termina no 2.º acto; se com o noivo de Benilde, a peça estará completa, salvaguardando, porém, o facto de a relação entre Benilde e Eduardo ser expressa em deficientes termos amorosos.

Interpretada a obra, o tema é o seguinte: Se a virgindade aparece como naturalmente compreensível, por inata, já a maternidade, que é um mistério adventício, pode aparecer como miraculosa. Benilde apresenta-se como Virgem que, por graça divina, é Mãe. À volta deste acontecimento, o autor dispôs quatro personagens: o Padre Cristóvão, que figura a ortodoxia católica e que admite a possibilidade de se ter dado um milagre; Dr. Fabrício, que figura a ciência positiva e não admite a possibilidade miraculosa; Etelvina, que salta sobre a explicação do acontecimento, e o considera como um acto que é preciso enquadrar dentro da liberdade social; e finalmente, Eduardo, que percorre todas as posições, começando por olhar o acontecimento com o dogmatismo da ciência positiva, atitude do Dr. Fabrício, depois, como Etelvina, conciliando-o com a liberdade social, a seguir, atravessando a perspectiva do Padre Cristóvão mas disposto a admitir o milagre sem a verificação disciplinar, e, por fim, mergulhando pelo amor na comunhão com Benilde até ser iluminado pela graça divina.

Como o ouvinte verifica, a Eduardo pertenceria a principal função da intriga. Mas assim o não entendeu Régio. E chegado Eduardo àquela posição final, Benilde morre. Com esta morte, o conflito fica indeterminado até para o próprio autor.

Morta Benilde, o espectador que havia percorrido a gradual conversão de Eduardo, inversamente recorre todos os graus até postar de novo a dúvida formulada no 1.º acto. E ao correr o pano sobre a última cena, o espectador não foi esclarecido e discute o significado da obra.

Quer dizer: assistimos, não a uma peça de teatro, mas à discussão de um tema que não foi satisfatòriamente definido.

A crítica acusou esta obra de não ser «vanguardista» e, com certo menosprezo, relacionou-a com os dramas do século passado.
Errou a crítica. A obra de José Régio é de nítida inspiração medieval.
Mais do que um crítico comparou «Benilde» com um dramazito parisiense que tem como conflito aquilo a que simplòriamente se chama a oposição do amor carnal e do amor celeste.
Errou a crítica. O tema de Benilde está, como mostrámos, muito longe desse conflito de romance para meninas ou de peça de Alfredo Cortês.
Se com alguma obra francesa quiséssemos comparar «Benilde», só nos seria lícito escolher «L'annonce fait à Marie» de Paul Claudel. Também nesta obra de índole medieval do maior poeta da literatura francesa, o tema é o da maternização por graça divina. Mas em «L'annonce fait à Marie», com a plena poesia em que o autor escreveu os diálogos, a teatralidade é total. O tema é perfeitamente definido, o milagre dá-se perante os olhos do espectador e o mistério é confessado em cena. Cada personagem ignora e conhece parcialmente a figura de Violaine, mas é o espectador que possui todos os segredos. A peça não decorre numa discussão diversamente fundada, mas só a acção opostamente justificada se realiza em cena.
Não nos é ilícito suspeitar a inspiração claudelista da obra de Régio. Mas a distância que a separa da fonte é a que vai de um cristão-novo a um cristão-velho ou, o que é o mesmo, a que vai da timidez de um Padre Cristóvão, na obra de Régio, à leitura do ofício da Natividade, na obra de Claudel.

Na representação da peça de Régio, o papel de Benilde foi entregue a Maria Barroso que, ao representá-lo, de um salto se ergueu aos primeiros lugares da arte dramática. No primeiro acto, sustentado por Luz Veloso, a jovem actriz tem uma aparição breve; no segundo acto tem, com Amélia Rey Colaço, um diálogo admirável que Augusto de Figueiredo, com uma intervenção indecisa, quase perdeu; no acto final, Maria Barroso enche o palco, domina todas as figuras e arrebata o público. Acrescente-se, para maior relevo da actriz, que o papel de Benilde é de difícil representação, porquanto exige uma figuração de gestos e uma postura silenciosa a que só uma actriz, talentosamente dotada, como Maria Barroso se revelou, poderia corresponder.

ORLANDO VITORINO

Estudos Africanos

A curiosidade pelas colónias generalizou-se. Mais ou menos justas, pela frequente ilustração na imprensa e a projecção documental em cinema, imagens coloniais se têm fixado na retina de quase toda a gente, — de quantos jamais respiraram África. Evidentemente, a este generalizar do interesse colonial, foi de igual proveito o demonstrativo de alguns certames a que se cuidou de trazer pretos e de os exibir na reconstituição abreviada de suas cubatas e sanzalas, com o flagrante dos costumes, de maneiras indústrias, de toadas, e as marimbas percutindo para o gingar dos rins no bailo bravio do batuque. Por outro lado, faculdades universitárias instituíram cursos especiais, criaram museus atinentes, de zoologia e de antropologia. Armaram-se, assim, postos de pé, envidraçados, esqueletos de negros e negróides. Alinharam-se índices cefálicos. Mensuraram-se estaturas. Com a presença de pretos nas exposições se completaram observações e ideias de museu. Apenas a literatura cientista continuou a parecer distraída de especulações da espécie.
E, contudo, o nosso contacto com as raças indígenas do Ultramar precedeu o dos outros brancos. Logo, de princípio, nos habituámos a reparar nelas. Com efeito, feitoriando em Benim, surpreendemos o pendor do africano à arte, aperfeiçoámos os processos de fundição que ele praticava, renovámos-lhe, como G. Hardy não se escusa a reconhecer, a inspiração dos assuntos, introduzindo nas suas composições mais liberdade e mais vida. A Duarte Lopes, viajante e descritor da famosa *Relação do reino do Congo*, vinda afinal a nomear-se como saída da pena do italiano Pigafetta, deve porventura os primeiros apontamentos a etnografia angolana. A linguística de África teve acaso no seiscentista Baltasar Rebelo de Aragão o mais remoto de seus evos. À intuição dele não escapou o fenómeno da unidade de grande parte das línguas negras que, há menos de um século, Bleck agrupou sob a etiqueta de bantus. Apesar de tudo isto, que soma muito conhecimento e experiência, é um facto, no nosso tempo, a escassez da literatura cientista no domínio do antropológico, do etnográfico, do linguístico, do sociológico, do folclórico,

«... infelizmente não temos sobre as nossas colónias, — lê-se, acerca de antropologia e etnografia, numa das alíneas do plano da ocupação científica do Ultramar, elaborado em 1945 pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, — senão estudos muito parcelares». Caberia nalgumas páginas uma bibliografia sobre o africano, limitada às obras publicadas nos tempos mais próximos. Certas dentre elas: *Populações indígenas de Angola*, de J. Ferreira Dinis; *Missão Antropológica de Moçambique*, de J. R. Santos Júnior; *O soldado africano de Moçambique*, de Azambuja Martins; *Literatura Africana*, de José Osório de Oliveira; *Escravatura*, de Edmundo Correia Lopes; *Pretos em Portugal*, do Padre António Brázio; e, últimamente, *Uma jornada científica à Guiné Portuguesa*, de A. A. Mendes Correia, que antes, em *Raças do Império*, se ocupou com largueza da arte negra, sem alusão ainda a outros nomes, a outros trabalhos de épocas imediatamente precedentes aos nossos dias.

A bibliografia brasileira, no entanto, exubera. É Nina Rodrigues; é Manuel Quirino; é Artur Ramos; é Edison Carneiro; é o sociólogo Gilberto Freyre; é Evaristo de Morais, autor de *A escravidão africana no Brasil*. E quantos e quantos mais! E pode ainda enxergar-se, na extensão desta bibliografia, *Brancos e Pretos na Baía*, do norte-americano Donald Pierson, — caso semelhante ao do interesse forasteiro, no nosso Ultramar, de Elsie Clews Parsons, com o seu *Folck Lore from Cape Verde Islands*. Os cientistas tinham o preto à mão. Uma descoberta e consequente entusiasmo que fazem pensar no que, aí por 87, sucedeu em diversos países, por efeito do *súbito* conhecimento dos bronzes de Benim. Viu-se, então, que existia uma arte negra. E, desde aí, raro foi que qualquer história geral da arte, ilustrada, pela imagem das obras mais gloriosas do génio humano, como o Partenon, a Vitória a atar a sandália, divinas nudezas de Afrodite, deixasse de versar, em capítulo à parte, com fotos apropriados, as manifestações da sensibilidade estética do africano. O snobismo, por sua vez, encontrava razão para novas colecções...

Ao invés do que se dá com o afro-brasileiro, o nosso preto, na sua variedade étnica e condições naturais de meio, fica-nos distante. Ficava-nos, — prefiro escrever, quadrando na oração melhor o imperfeito, certo como é o avião aproximar, hoje, consideràvelmente, os longes. Tivemos que procurar o negro. As missões científicas, em especial antropológicas e etnográficas, só há pouco tempo foram criadas e entraram em acção. Da sua lacuna, por largo espaço, sofreu a literatura da especialidade.

Ela medrará, sem dúvida, graças à volta que está tomando a política de investigação científica. No plano já referido, disserta o engenheiro Bacelar Bebiano, autor duma obra importante, *A geologia do Arquipélago de Cabo Verde*: «Cientìficamente todas [as colónias] encerram curiosos e complexos problemas no campo antropológico, mesmo as menos extensas como Guiné ou Timor. Mas, no ponto de vista de utilidade nacional, talvez seja preferível voltarmo-nos para Angola ou Moçambique por serem as que encerram mais amplas perspectivas de desenvolvimento demográfico e económico. Contudo, como há dificuldade em conseguir investigadores para os ramos científicos que estamos tratando [antropologia e etnografia], seria preferível começar pela Guiné e aqui ser iniciada a aprendizagem de pessoal técnico. O profuso mosaico étnico da Guiné constitui um tema de estudos apaixonantes. De modo que a prioridade seria dada à Guiné». Meses antes, assumira o governo da colónia o comandante Sarmento Rodrigues. De sua iniciativa era, depois, fundado um Centro de Estudos. Uma feliz coincidência sincronizou o trabalho de dois sectores, — o instituto e a missão de investigação antropológica e etnográfica. É já considerável a obra do primeiro. No particular duma literatura cientista, a Guiné está ganhando palmas. A série de estudos já publicados equivale à permanência dum estímulo, e desta circunstância muito há que esperar. Com acerto, prefaciando um dos volumes vindos a lume, cogita, reagindo a cepticismos, o governador da Colónia: «Não há dúvida que se caminha entre nós com decidido interesse em matéria de investigação científica colonial. Especialistas espalham-se por toda a parte e por todos os sectores, apetrechados com sólida preparação, mas por vezes desprovidos de conhecimento directo do meio. Não é isso inconveniente que importe para certas matérias; mas é-o para algumas como, por exemplo, na etnografia, em determinados aspectos da medicina, etc. Na etnografia o caso é evidente. Julgo serem os funcionários administrativos aqueles que melhor do que ninguém. — tirando alguns comerciantes, ontem «lançados», hoje «ponteiros», — devem conhecer os indígenas e o seu viver. Foi partindo desta base que entre o seu quadro promovi esses estudos, primeiro através dum inquérito oficial e depois animando a curiosidade individual». Felicíssima iniciativa. E tão fecunda que no decurso dum ano têm sido publicadas as seguintes obras: *Vida Social dos Manjacos*, de António Car-

reira, havida já por estudo exaustivo e completo de sociologia tribal; *Organização Económica e Social dos Bijagós*, de Augusto J. Santos Lima, trabalho destinado a acender controvérsias «pela novidade do muito que nele vem exposto» — prevê um moço investigador, A. Teixeira da Mota; *Subsídios para o estudo da lingua Manjaca*, de A. Carreira e J. Basso Marques, com prefácio de Edmundo Correia Lopes, filólogo e caminheiro-etnólogo do sertão brasileiro; *Mandingas da Guiné Portuguesa*, de A. Carreira. E a série prosseguirá, anunciados já novos trabalhos sobre os fulas de Gabu e a habitação indígena.

A colónia, por prestimosa iniciativa do seu governador, vem assim de dar, aos estudos portugueses de africanologia, um notável incremento. Isso vale ainda pelas largas perspectivas que aponta. Estou, também, convencido que esses estudos hão-de interessar, por suas luzes de testemunhos vividos, no Brasil, onde uma literatura sobre o afro-brasileiro — atingiu autoridade, forte de conhecimento e lição.

AMADEU CUNHA

«Chiquinho», romance caboverdeano

Baltasar Lopes, com este livro vem trazer a mensagem da sua Sensibilidade e do seu notável talento literário a todos os que, espalhados pelo mundo, *sentem* e bem-querem às coisas do Arquipélago nostálgico.

Cabo Verde inteiro está nessas páginas, com a sua mistura de amorabilidade e de fatalismo, debruado de altivez; com a núpcia de aventura e de modorra, que é o substracto díspar da sua alma colectiva; com o ópio das *cimboas*, realizando o milagre de espargirem de soluços a queixa das *mornas*, por intermédio de pobres cordas de tripa...

Chiquinho é a luta clássica, a velha, a milenária, a eterna luta do indivíduo *diferente*, com o meio, que o cerca, e, involuntàriamente embora, o hostiliza.

Não tem novidade a ideia. Desde que há, por um lado, pálidos menestreis da Quimera, inconsiderados cavaleiros andantes do Sonho, que se julgam felizes só porque, chegados à janela do cubículo, o plenilúnio lhes ofertou a sua pradaria branca de anémonas; e existem, por outro lado, prósperos bons-senhores, que seguram nos dedos viris todas as rédeas do carro de oiro, da Fortuna, — sempre os vencedores hão-de fazer calar, com o coral das suas soberbias, a voz flébil dos vencidos...

O herói do romance de Baltasar Lopes havia de ser, pois, um derrotado, talqualmente o foram as personagens, espezinhadas, chasqueadas, vilipendiadas, dos livros célebres; como o foi Julien Sorel, por exemplo, ou esse irrisório homem, que, numa madrugada de neve, procurou os varões dum janelório de casa infecta, para ali se enforcar, conferindo, *com isto*, à rua da «Vielle Lanterne», o renome do que lembrará sempre...

Não é nova a ideia de *Chiquinho*. Mas onde o volume se valoriza, onde o seu autor sobreleva na admiração dos que seguiram até final o que ele conta, — é no modo como o conta; é na pessoalidade, vincada de interesse, dos pormenores, com que povoa, com que sobressacode a sua *fábula*.

Os «tipos», que constrói, recortam-se-nos na memória; agarram-se-nos à atenção, com uma evidência de criaturas. Ouvimos-lhes a tónica plangedora dos comentários. Somos levados a sorrir com a malícia, cheia duma doce ingenuidade, das observações *maliciosas*, que fazem. O lume dos cachimbos que acendem, estrelece, *de facto*, a sua brasa, na meia-sombra dos crepúsculos, ou no fino polvilho negro das noites, em que, sentados às portas das casas, saúdam *Nha* Cidália, ou *Nonó*; *Nha* dos Reis, ou *Tio Joca*; dobam o torsal das *suas* histórias; remastigam a monotonia dos «acontecimentos»...

...E sempre esse rumor largo, confuso, da Água, em ressonância mítica de princípio de mundo; feito de mil ruídos enervantes, obcessivos; ecoado de não se sabe que imprecações e lástimas, ou que exultações e desafios; esse rumor de Água, a marcar, a afirmar, com o irremissível, com o *necessário* da sua presença, a insularidade do destino crioulo...

Este destino, como Baltasar Lopes o dá, com a *justa medida* da sua veemência! Quer quando nos mostra que é a América o verdadeiro e exclusivo fim para o cabo-verdiano, que porfia no seu filé porfiado de bem-estar; quer quando *acarvoa* com uma intensidade linear de pesadelo, o horror das *secas*, carreando, na sua leva, destroços de corpos, mirradas esculturas de inanidade, refractando o inferno na laca desbotada das pupilas...

Para aqueles que sobre as Ilhas, em que a Tristeza é um cântico de graças, absolvendo o aspérrimo das penedias hirsutas, apenas possuem uma precária referência geográfica, circunscrita a latitude e longitude — os *modismos*, dum tão delicioso sabor, que Baltasar Lopes não se arreceou de incrustar no vocabulário dos seus períodos,—hão-de constituir pretexto para reparos birrentos.

Imagino-os, com um enfático afadigamento, a procurarem, nas folhas do fim, um glossário, «pois claro!» que os oriente, e, porque

o não encontraram, decidindo: — Ora, ora! Como percebermos o que o homem quis dizer com este: *gorinha* e com este: *Calê cinco mil e quinhentos?!*

Deixá-los, a esses birrentos! A posteridade não se preocupa com a estranheza maledicente dos que exigem que os orientemos...

Livros como *Chiquinho* não se lêem, pondo no entendimento óculos sábios de pesquisadores da expressão, que entendam «gregos e troianos».

De resto, eu já o anotei: Baltasar Lopes veio trazer, com o romance que escreveu, a mensagem da sua Sensibilidade a todos os que lha sabem escutar.

Ela é, na verdade, magnífica, e preenchida, de extremo a extremo, de subtis ensinamentos de Emoção e de Ternura. Ternura e emoção do Poeta, com uma grande maiúscula, que ele é também, e de que existe, em tantas e tantas páginas, um sem número admirável de demonstrações.

Cito ao acaso, para fechar, consoante a linguagem peralvilha, com chave de oiro, esta pequena «impressão» crítica: «...Algumas vezes parávamos, observando a vegetação da ribeira e os coqueiros contemplativos, abanando para cá e para lá o seu corpo inofensivo de gigantes magros».

Lisboa, Janeiro de 1948

CARLOS PARREIRA

Um livro português sobre folclore do Brasil:

«Os três Santos de Junho no Folclore Brasílico», de Gastão de Bettencourt

Ao observador atento aparecerá evidente, na cultura da língua portuguesa, uma orientação nova que se vai definindo à medida que nos afastamos do século XIX.

Para essa nova orientação contribuem, de modo específico mas complementar, os brasileiros e os portugueses. Os portugueses vão exprimindo a clarificação racional das características da nossa cultura, e depois do estádio de polémica iniciática, encontram-se a prosseguir o caminho encetado pela grande revolução operada no primeiro quartel do século. O processo está preparando e gerando a suma do pensamento que durante os séculos tem faltado à cultura portuguesa. Este processo já encontrou no Brasil eco notável, e em breve ali terá representantes.

Por seu lado, os brasileiros, — inicialmente estabelecida a necessidade do estudo da realidade nacional em suas mais definidas características, encontram-se a sistematizar os estudos acerca da origem popular e étnica a que se encontra preso e fecundado o pensamento que os portugueses clarificam. Em vias, já, de transposição do primeiro estádio etnográfico, é para a etnologia que tendem as obras de Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda. Neste último pela assunção para as generalizações que suas obras denunciam, em Gilberto Freyre pela amplitude das inquirições esforçadas, e em Câmara Cascudo pelo esgotamento da actividade investigadora que o obriga a formular as necessárias conclusões — somos forçados a pensar que, por vias diversas das literárias, mas não opostas a estas, a cultura brasileira tangencia a universalidade. Na literatura também, na literatura dos maiores, do maior: Mário de Andrade. Mas, aí, fácil o desgarrar aos sequazes do «Herói sem nenhum carácter», o romance brasileiro marca um nível secundário em seus mais representativos autores, em Lins do Rego, em Jorge Amado, em Erico Veríssimo, e em seus inumeráveis cultivadores. Na literatura brasileira, o romance é género de primacial conceituação, ao contrário da decadência que, nos portugueses, esse género literário vai assinalando.

Perdoe-nos a inteligência do leitor o salto, não escrita a relação que permite concluirmos:

— no cultivo dos aspectos nacionais da cultura, a primazia pertence aos brasileiros; pertence-lhes no romance, pertence-lhes na etnografia;

— na assunção à universalidade, a direcção aos portugueses cabe.

Deste modo nos aparece complementar a cultura da língua portuguesa. Numa metade, serão os brasileiros sequazes dos portugueses; na outra metade, serão estes os sequazes.

Onde os portugueses o são, no romance e na etnografia se verifica.

Na etnografia, avultam, entre nós, os nomes de Luís Chaves, de Pires de Lima, de Gastão de Bettencourt.

De Gastão de Bettencourt é a autoria do livro «Os três Santos de Junho no Folclore Brasílico», recentemente editado no Brasil, e que é mais um precioso elemento para a demonstração da tese de Câmara Cascudo, o mestre da etnografia luso-brasileira, segundo a qual uma étnia comum define os povos do mundo português.

O tema escolhido e trabalhado por Gastão de Bettencourt é dos mais sugestivos que a etnografia comporta porquanto o culto dos

três santos de Junho é, numa exteriorização católica, o tradicional culto do Sol e do Fogo. No prefácio do livro, o etnógrafo Luís Chaves regista essa identidade mostrando como, das festas dos três santos, «a de São João é a mais rica e movimentada. Esta é por excelência a data cultural do fogo, cristianizada por adaptação ao culto oficial daquele santo, por esse motivo caído nas graças singulares do povo. Sob as invocações cristãs de São João reconhecem-se as fórmulas pagãs».

Ao longo do livro, Gastão de Bettencourt mostra como o culto de Junho é, para os nativos, o culto de Ogun, o deus da guerra e do fogo.

Do facto, múltiplas conclusões haveria a extrair, não só referentes à permanência dos cultos anteriores à religião redentora, como também à riqueza ritual do catolicismo, como ainda referentes ao idêntico objecto de culto nas religiões dos mais diversos povos da terra como se o ritmo do rito religioso acompanhasse o alento das fases da Natura.

Da mais simples manifestação etnográfica para o mais complexo artifício da arte, a distância é nenhuma. Gastão de Bettencourt tem o cuidado de no-lo lembrar em diferentes momentos da marcha do livro, apontando a raiz popular dos mais belos artifícios da literatura brasileira. É assim que Gastão de Bettencourt nos explica as «práticas mágicas com imagens de Santo António», de que é sinal a seguinte quadra:

Santo António dizia missa,
Jesus Cristo benzia o altar;
Santo António benze este gado
Para ele não estourar.

Só, decerto, quem imaginar o que seja, na vida do vaqueiro, este «estourar do gado», poderá sentir a funda necessidade das práticas mágicas. É para que o imaginemos que Gastão de Bettencourt nos lê, numa página admirável de «Os Sertões» de Euclides da Cunha, uma poderosa descrição do «estourar da boiada».

Hoje, a literatura descritiva ou de ficção portuguesa, distantemente inferiorizada da brasileira, muito discute as exigências de intimidade da literatura com o povo. Ora a verdadeira intimidade da literatura e do povo está exemplificada nessa página de Euclides da Cunha. Está exemplificada no «Macunaíma» de Mário de Andrade. E em vez de seguir o modelo cosmopolita de romances descaracterizados, útil seria aos portugueses aprendizes de literatos, seguirem o indicado exemplo brasileiro que é, aliás, exemplo de universais criações como o registam estas palavras de Sílvio Romero com que Gastão de Bettencourt abre o seu belo livro: «Não sei como não possam ter interesse artístico inspirações do povo que vão servir para realçar as produções de um Goethe, de um Heine, de um Weber».

O. V.

Cerâmicas de Hein Semke

No estúdio do Secretariado Nacional de Informação e, depois, na livraria «Ática», ao Chiado, expôs Hein Semke, escultor alemão, que há uns dez anos reside em Portugal, — as suas cerâmicas.

Tenham alguns tantos a sabedoria de explicar que o Artista conseguiu com essas cerâmicas, novidades e excelências de técnica, absolvendo a louça vidrada do seu desnível de mero pretexto de indústria.

Por mim, abençoo o Destino por mais me não ter dado que esta humildade, toda em encantamento, de admirar; humildade de peregrino, que só porque se lhe proporcionou a pedra de ara, onde depor o ramo consagratório das suas dúlias, logo entreviu o céu, a compensá-lo de fomes e fadigas, de insultos e vilipêndios.

Deve ser certo que haja outros modos, bem mais úteis, bem mais proveitosos, bem mais completos, de ser feliz. Creio, no entanto, que os que admiram, quando estejam *no exercício* de tal sentimento, — uma como que sublimação de todas as virtualidades nervosas, há-de exalçá-los para além do concreto e do real — esses pesos mortos da felicidade comum.

Daí, perante esta e aquela amostra de arte expressiva, de arte aliciante, podermos observar em certos sujeitos, cujas andainas coçadas dizem biografias de escárnio e de aflição, — plenitudes gozosas de Césares, absurdamente enlevados em inefabilíssimas bem-aventuranças...

Donde provém que tudo o que sai da imaginativa de Hein Semke, por intermédio do viático febril dos seus dedos, eu o acho admirável? Disto, talvez: de ter passado a ser este homem agreste, de olhos criancilmente azuis, construído furibundamente em desatavio, feito de ângulos e oblíquas, de soluços e pragas, de gritos e disparate; de ter passado a ser, desde que o conheço, — um dos vícios da minha emotividade...

Não importa que modele um castiçal, ou um pisa-papéis, ou uma bugiganga *frívola,* para servir de cinzeiro; qualquer *negligente*

«experiência», ou um símile anódino de «resto». Não importa! No que ele *lá* pôs encontro o *sério* de esforço, a sinceridade funda de comoção, que autenticam o *fecit* magnífico dos seus Cristos barbarengos, crucificados numa angústia de princípio do Mundo, ou das suas *Pietás*, que não consubstanciam apenas Ternura eficiente de maters-dolorosas, mas realizam o Compadecimento, liberto do acessório humano, em contensão cosmogónica.

Por esse motivo, me parece impróprio, e mais do que impróprio, desassisado, querermos engonçá-lo, metê-lo para dentro de escolas ou ancestralidades rácicas.

A sua Arte é *assim*, não por ser dum alemão, ou antes, dum germano, contagiado de luares românticos e filosofias, e tendo a reboar-lhe nos nervos todo o Medo sortìlegamente rumoroso da Floresta Negra.

É *assim*, porque é dele, dele, tipo exótico, sorriso de «baby» e mãos de magarefe; dele, mistura ilógica de eremita e caminheiro, de cruzado e de blasfemo, aparecido por engano neste século monocórdio, neste século-bocejo, do prático e do útil, e que, mesmo absorvendo a sua bebida habitual, num café, de parçaria com *nosotros*, insossas pessoas de agora, — é como se fosse a réplica dum desses obreiros extáticos do século XIII, construindo catedrais, porque Deus *ia, de facto, morar nelas*...

Lisboa, 1947

CARLOS PARREIRA

Literatura espanhola e literatura portuguesa

Conhecemos mal a actividade das Faculdades de Filosofia do Brasil — quer da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, quer das Faculdades de São Paulo, Minas Gerais, Baía e Rio Grande do Sul. No primeiro número, relativo a Julho, Agosto e Setembro de 1947, da Revista da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: «Kriterion», que só agora nos chega às mãos, diz o Director da Faculdade, Braz Pellegrino: «Uma Faculdade de Filosofia, centro que é de debate e aprofundamento nas coisas do espírito, não pode contentar-se de existir apenas como estabelecimento de exclusivo alcance didáctico, destinado a transmitir um conjunto de experiências culturais consagradas pela tradição». E mais adiante: «Não é possível compreender-se uma Faculdade de Filosofia de cuja trama espiritual esteja ausente esta necessidade de criar, esta curiosidade intelectual que não se farta com o já feito mas procura incessantemente exercitar a sua força em novos empreendimentos e novas pesquisas». Acreditamos que, nesse sentido, seja fecunda a actividade da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e das suas congéneres. A revista «Kriterion», se não constitui um índice, tem já o valor de um sintoma.

O que espanta é encontrar numa revista dessas, e produzidas por um escritor com o espírito crítico e a cultura de Eduardo Frieiro, afirmações como a que reproduzimos a seguir: «se o rei D. Juan I, ao reivindicar a coroa de Portugal, que lhe cabia legìtimamente por parte de sua mulher D. Beatriz, não houvesse tido a desdita de perder a batalha de Aljubarrota, o lírico idioma da «Ocidental praia lusitana» — espanhol brando, desossado — não seria hoje um idioma nacional, com uma literatura rica e gloriosa, mas um dos vários romances hispânicos ofuscados pelo castelhano, como por exemplo o seu irmão siamês, o galaico, com o qual formou um só, pelos séculos XII e XIV». Lê-se isto num artigo intitulado «Minha amizade à literatura espanhola», do professor de Literatura Espanhola e Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (Brasil) — brasileiro, embora de origem espanhola, e escritor de língua portuguesa! Sim, não firma esse artigo um escritor de língua castelhana, que pelo espírito centralista esteja cego a ponto de não ver que a vitória portuguesa em Aljubarrota não foi um acidente histórico, mas a prova da existência de uma consciência nacional, que prosseguiria, fatalmente, na sua evolução política e cultural, independente do conjunto hispânico. Mas há pior: esse escritor que, como brasileiro, é um dos muitos herdeiros, não da literatura espanhola, apesar do seu sangue, mas da literatura portuguesa, do seu génio próprio, da sua grandeza de escala universal, perfilha a gratuita afirmação do francês Baldensperger — o qual, segundo Frieiro, «proclamou como grandes literaturas, ou dá na mesma, como «berços da literatura europeia», ùnicamente, a italiana, a espanhola, a francesa, a inglesa, a alemã»! Todos os comentários são supérfluos; só o não é, porventura, a nossa tristeza, ao ver um espírito culto, como o de Eduardo Frieiro, cair em afirmações tão contrárias à verdade histórica e à verdade crítica.

Vitalidade do Acordo Cultural Luso-Brasileiro

Esteve patente ao público, no Palácio Foz, uma exposição notável, que modestamente se apresentou como simples «Apontamentos

para uma Exposição». Nessa série de «apontamentos» se demonstrou o que tem sido a obra do Secretariado Nacional da Informação em «Catorze Anos de Política do Espírito». Não compete a esta revista focar senão um único aspecto dessa obra: aquele que diz respeito à aproximação entre as duas nações de formação espiritual comum, que formam, no Mundo, a Comunidade Lusíada.

De um só tronco, dois ramos cresceram, de tal maneira se desenvolvendo que, por mais largo que seja o Atlântico, as águas do mar não impedem que a mesma árvore sugue o húmus da «ocidental praia lusitana» e estenda a sua sombra sobre o solo do Novo Mundo. Mas como muitas raízes nos prendem à Europa, e como o sol da América banha com a sua luz diferente as folhas dessa árvore, é preciso lembrar constantemente, a brasileiros e portugueses, que uns sem os outros somos como seres incompletos ou almas mutiladas.

Pôde, por isso, o Secretário Nacional da Informação, que é o mesmo escritor António Ferro que tem o seu nome ligado a um momento literário do Brasil, orgulhar-se de ter sido o negociador português do Acordo Cultural Luso-Brasileiro—«acordo que tornou vivo e seguido o abraço entre as duas culturas irmãs mas alheadas, separadas durante anos».

Na definição das finalidades do Secretariado Nacional da Informação, com que abria o catálogo da exposição, lia-se que a esse Organismo do Estado cumpre: «Estreitar cada vez mais—Acordo Cultural assinado em 1941 — através da secção de intercâmbio luso-brasileiro, as nossas relações com o Brasil [...], na certeza de que existe um espírito atlântico e até uma arte atlântica». Que o Secretariado Nacional da Informação tem cumprido a sua missão nesse campo, provou-o a exposição do Palácio Foz, demonstrando a vitalidade do Acordo Cultural Luso-Brasileiro.

Ascenso Ferreira

Do artigo «O Poeta das Assombrações», de Guerra de Holanda, publicado na revista «Região», do Recife, transcrevemos estas palavras, definidoras do poeta de «Catimbó» e «Cana Caiana»—aedo nordestino, que pela primeira vez aparece numa revista editada em Portugal :

«Museu — disse-me um sertanejo paraibano, certa vez — é aquele amigo verdadeiro que guarda na memória os pedaços da nossa vida, as recordações da nossa infância, os segredos do nosso amor, os objectos raros e caros que são os nossos próprios sentimentos. Cada um de nós tem o seu museu, aquele que nos pode abrir as portas da recordação e mostrar um passado comum.

«E eu me lembrei, então, que o poeta Ascenso Ferreira, nada mais era na vida do que o museu do Nordeste. Conhece todas as suas histórias, não as histórias metidas a sebo, empavonadas nos livros sérios, mas as outras histórias, as que andam soltas pelos pátios dos engenhos, pelos sobrados de azulejo, pelas igrejas antigas, pelos cemitérios escuros. Essas histórias misteriosas de frades pecadores, de noivas degoladas, de almas do outro mundo, de botijas enterradas, que dão à nossa terra os limites de uma geografia encantada.

«Ascenso sabe a letra e a música desse Nordeste de mulheres nuas se banhando no rio, de homens maus, virando bicho.

Ascenso Ferreira é assim — o poeta das assombrações».

José Albano

Do poeta lusíada que escolhemos para as «Páginas de Antologia» deste número, escreveu Manuel Bandeira, na sua «Apresentação da Poesia Brasileira» :

«Antes de passar ao simbolismo temos que dar atenção à figura singular de *José* de Abreu *Albano* (1882-1923); singular porque inteiramente fora dos quadros da poesia brasileira. Cearense e educado na Europa, sentiu-se deslocado dentro da nossa incipiente civilização e num grande desdém pela língua do seu tempo voltou-se para o português do século de quinhentos. Cantou a Camões, o seu modelo, numa canção; a língua portuguesa, numa ode, e nesta explica os motivos do seu gosto arcaizante [...].

«A Albano, que era dotado de raro talento linguístico e conhecia a fundo vários idiomas modernos e antigos, não foi difícil assimilar inteiramente o «antigo estilo», e o seu «Poeta fui...» nos soa em verdade como um soneto póstumo de Camões. Nos momentos mansos dizia em redondilhas e decassílabos, os seus metros preferidos, coisas tristes e suavíssimas, versos que pareciam cantiga para adormecer a sua loucura:

«Há no meu peito uma porta
A bater continuamente;
Dentro a esperança jaz morta
E o coração jaz doente.

Por toda a parte onde eu ando,
Ouço este ruído infindo :
São as tristezas entrando
E as alegrias saindo».

«Uma crise forte no seu psiquismo doentio exigiu o internamento por um ano em casa de saúde. Depois, já convalescente, seguiu para o seio da família no Estado natal, e aí compôs a sua obra mais ambiciosa, a *Comédia Angélica*, em que (informa o seu grande amigo e crítico Américo Facó) «celebra o amor de Deus e nos apresenta, em visões suaves e rápidas, o nascimento de Adão, a criação de Eva, a aparição de Maria, Lúcifer revoltado e subido, o arcanjo Miguel e outras figuras da teogonia bíblico-cristã».

«Voltou o Poeta ainda duas vezes à Europa em plena guerra; da última em 1918 para não mais tornar. Segundo informações de Graça Aranha, que com ele privou em Paris, a crise mística havia passado e Albano voltara à Grécia. De facto o belíssimo poema do «Triunfo» tem todo o carácter dos poemas pagãos do Renascimento. O que lhe diz a Musa, «que ainda acende o meu desejo», remata com estes dois versos:

«Hás-de viver contente, conhecendo
Que Polímnia te inspira e Apolo te ouve».

«Contou Américo Facó que o poeta, escrita a *Comédia Angélica*, fez uma selecção dos versos que guardava inéditos, escolhendo apenas dez sonetos, alguns publicados antes e todos destinados talvez a formar um folheto a exemplo das *Redondilhas*, da *Alegoria* e da *Canção a Camões* e *Ode à Língua Portuguesa*, com a *Comédia* as únicas edições que deu, em tiragens limitadas, tudo subordinado à epígrafe, *Emoi kai Moúsais*. Anuncia-se para breve uma edição de suas poesias completas, a qual certamente consolidará a glória do Poeta, até hoje conhecido só dentro de um pequeno círculo de amigos e admiradores».

Devemos a Américo Facó, tão devotado à cultura lusíada como à amizade e à admiração por José Albano — classicista extemporâneo e, talvez por isso, olvidado neste seu tempo; demonstração magnífica da fecundidade intemporal e da originalidade perene do génio português no século de Camões — a possibilidade de revelar aos portugueses e, sem dúvida, a muitos brasileiros, as duas notáveis recriações poéticas que são a «Canção a Camões» e a «Ode à Língua Portuguesa», editadas em opúsculo esgotado, impresso em Barcelona no ano de 1912.

ESTE SEXTO NÚMERO (NOVA SÉRIE)
DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA

ATLÂNTICO

ACABOU DE SE IMPRIMIR NO DIA
DOIS DE JUNHO DE MIL
NOVECENTOS E QUARENTA E OITO,
NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA, SITA
NA RUA DA OLIVEIRA DO CARMO,
NÚMERO OITO, NA CIDADE DE LISBOA